



Actividade VI – Relatório Final | MUNICÍPIO GORONGOSA

Rev. 00

Serviços de Consultoria para Elaboração do Diagnóstico Integrado de Infraestrutura e Serviços na Província de Sofala

Janeiro 2020

Submetido por:

HaskoningDHV Moçambique

Maputo – Mozambique

Rua de Kassuende, nº 118, 1º andar

T +258 21 48 59 17/8 | F +258 21 48 59 23

E info.maputo@mz.rhdhv.com | W www.rhdhv.co.mz

FICHA TÉCNICA

República de Moçambique

Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

Projecto de Desenvolvimento Urbano e Local

Título: Diagnóstico Integrado de Infraestruturas e Serviços Básicos para os Municípios da Província de Sofala.

Edição: Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos; Ministério da Terra e Ambiente

Produção: PROCESL QUADRANTE

Apoio Técnico: Dinis Moreno, Faizal Julaya, Armando Paulino, Hafido Abacassamo, Lazaro Mapure, Abel Manhique.

Assistência Técnica Metodológica: Maria Sofia dos Santos, Adérito Wetela, Adelino da Cruz, Alda Saíde, Ângelo Benesse, Lázaro Matlava.

Revisão e Controlo de Qualidade: Márcia Oliveira, Ângelo Benesse, Lázaro Matlava, Olga Chicuamba, Neivaldo Natungueja, Inácio Novela.

Tiragem: 03 Exemplares

Edição: Única

Apoio Financeiro: Governo de Moçambique; Banco Mundial e Governo do Japão.

TÍTULO DO PROJECTO: Serviços de Consultoria para a Elaboração de Diagnóstico Integrado de Infraestruturas e Serviços Básicos (DIISB) para os Municípios e Distritos da Província de Sofala

TÍTULO DO DOCUMENTO: Actividade VI – Relatório Final | Município do Gorongosa

Preparado para:

Ministério da Administração Estatal e Função Pública - Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico

Preparado por:

HaskoningDHV Moçambique Lda.

Rua de Kassuende, Nr. 118, 8º andar

Maputo

Moçambique

Tel: +258 21 485917/8

Fax: +258 21 485923

Web: www.rhdhv.co.mz

Historial do Documento – KA1614-101-100 – R&AID

00	31-12-2019	Emitido para Aprovação	FG/FP	DS	MV
01	15-05-2020	Emitido para aprovação (actualização dos elementos)	FG/FP	DS	MV

Revisão	Data	Descrição	Preparado	Verificado	Aprovado	Aprov. Cliente
---------	------	-----------	-----------	------------	----------	----------------

INDICE

ACRÓNIMOS	0
ENQUADRAMENTO	4
PARTE I – RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO DE CAMPO	2
1 Introdução	4
2 Metodologia e planeamento do Levantamento de campo.....	5
3 Análise e síntese crítica da informação por sector	6
3.1 Uso do Solo e Infraestruturas de Ordenamento do Território.....	6
3.1.1 Introdução.....	6
3.1.2 Informação Recolhida	6
3.1.3 Síntese Crítica	9
3.2 Sistemas de Abastecimento de Água.....	10
3.2.1 Introdução.....	10
3.2.2 Informação Recolhida	11
3.2.3 Síntese Crítica	12
3.3 Saneamento	13
3.3.1 Introdução.....	13
3.3.2 Informação Recolhida	14
3.3.3 Síntese Crítica	15
3.4 Protecção contra Enchente e Sistema de Drenagem.....	15
3.4.1 Introdução.....	15
3.4.2 Informação Recolhida	16
3.4.3 Síntese Crítica	16
3.5 Protecção contra Erosão e Concentração de Encostas e Taludes.....	17
3.5.1 Introdução.....	17
3.5.2 Informação Recolhida	17
3.5.3 Síntese Crítica	19
3.6 Sistema Viário, Acessibilidade e Mobilidade	19
3.6.1 Introdução.....	19
3.6.2 Informação Recolhida	19
3.6.3 Síntese Crítica	21
3.7 Resíduos Sólidos	21
3.7.1 Introdução.....	21
3.7.2 Informação Recolhida	21
3.7.3 Síntese Crítica	23
3.8 Energia Eléctrica, Iluminação Pública e Electrificação Domiciliária	24
3.8.1 Introdução.....	24
3.8.2 Informação Recolhida	24
3.8.3 Síntese Crítica	26
3.9 Mercados e Feiras.....	26

3.9.1	Introdução.....	26
3.9.2	Informação Recolhida.....	27
3.9.3	Síntese Crítica.....	28
3.10	Recursos Humanos.....	29
3.10.1	Introdução.....	29
3.10.2	Informação Recolhida.....	30
3.10.3	Síntese Crítica.....	31
3.11	<i>Lessons Learned</i>	31
PARTE II RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO.....		34
1	Introdução / Metodologia.....	36
2	Diagnóstico.....	41
2.1	Enquadramento Territorial.....	41
2.2	Uso do Solo e Infraestruturas de Ordenamento do Território.....	43
2.2.1	Caracterização.....	43
2.2.2	Proposta de matriz de indicadores.....	64
2.2.3	Intervenções.....	64
2.3	Sistemas de abastecimento de água.....	65
2.4	Saneamento.....	65
2.5	Protecção contra Enchente e Sistema de Drenagem.....	65
2.5.1	Caracterização.....	65
2.5.2	Proposta de matriz de indicadores.....	75
2.5.3	Intervenções.....	75
2.6	Protecção contra Erosão e Concentração de Encostas e Taludes.....	77
2.6.1	Caracterização.....	77
2.6.2	Proposta de matriz de indicadores.....	80
2.6.3	Intervenções.....	81
2.7	Sistema Viário, Acessibilidade e Mobilidade.....	81
2.8	Resíduos Sólidos.....	82
2.8.1	Caracterização.....	82
2.8.2	Proposta de matriz de indicadores.....	87
2.8.3	Intervenções.....	87
2.9	Energia Eléctrica, Iluminação Pública e Electrificação Domiciliária.....	88
2.10	Mercados e Feiras.....	88
2.10.1	Caracterização.....	88
2.10.2	Proposta de matriz de indicadores.....	92
2.10.3	Intervenções.....	92
2.11	Recursos Humanos.....	92
2.11.1	Caracterização.....	92
2.11.2	Proposta de matriz de indicadores.....	95
2.11.3	Intervenções.....	95
3	Síntese global e intervenções.....	96

3.1	Introdução	96
3.2	Síntese da caracterização – destaques.....	96
3.3	Intervenções	99
4	Resultados do processo de auscultação	102
ANEXOS		104
1	Anexo 1 – Fichas de intervenção	106
1.1	Uso do solo e Infraestruturas de Ordenamento do Território	106
1.1.1	IOT01 Avaliar as desconformidades Jurídico-legais	106
1.1.2	IOT02 Elaborar / implementar / Fiscalizar / Monitorizar os IOT	107
1.1.3	IOT03 DUAT (Emissão, Fiscalização e Taxas).....	108
1.1.4	IOT04 Sistema e gestão do Ordenamento do Território e Uso do Solo.....	109
1.1.5	IOT05 Produzir uma carta do uso do solo detalhada de forma a ser feita uma monitorização e gestão do território.....	110
1.2	Protecção Contra Enchente e Sistema de Drenagem.....	111
1.2.1	IEN01 a IEN03 Revestimento da linha de água	111
1.2.2	IEN04 a IEN06 Limpeza de alguns trechos de linhas de água	112
1.2.3	IEN07 a IEN09 Limpeza e desobstrução de passagens hidráulicas.....	113
1.2.4	IEN10 Estruturas de retenção de resíduos sólidos	114
1.3	Protecção Contra Erosão e Concentração de Encostas e Taludes.....	115
1.3.1	IER01 Mapeamento de áreas vulneráveis e/ou com evidências de erosão.....	115
1.3.2	IER02 Mobilização de solos incluindo e vegetação de áreas mais degradadas	116
1.4	Resíduos Sólidos	117
1.4.1	IRS01 Elaboração do PGIRSU	117
1.4.2	IRS02 Avaliação da conversão de lixeira municipal em aterro controlado.....	118
1.4.3	IRS03 Elaboração e implementação de plano de manutenção de equipamentos de RSU, inc. análise de viabilidade à recuperação de equipamentos não operacionais	119
1.4.4	IRS04 Elaboração e implementação de um plano de competências do sector	120
1.4.5	IRS05 Reforço de equipamentos (recolha).....	121
1.4.6	IRS06 Construção do aterro controlado, inc. equipamentos (deposição final).....	122
1.5	Mercados e Feiras.....	123
1.5.1	IMF01 Melhoramento de todos os mercados formais existentes e construção de novos mercados e locais definitivos para a realização de feiras municipais	123
1.5.2	IMF02 Assistência Técnica ou Capacitação Institucional.....	124
1.5.3	IMF03 Capacitação contínua dos funcionários municipais responsáveis pela planificação, colecta e cobrança de receitas locais.....	125
1.6	Recursos humanos	126
1.6.1	IRH01 Colocação dos RH em áreas que sejam tecnicamente competentes, de acordo com seu nível de formação e assegurar capacitações contínuas em tempos regulares.....	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Faseamento das actividades	0
Figura 2: Exemplo da estrutura de ficha para as intervenções.....	37

Figura 3: Enquadramento Regional do município da Gorongosa	41
Figura 4: Limite dos bairros do município da Gorongosa	42
Figura 5: Níveis de intervenção e os instrumentos de ordenamento do território (baseado na Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho e no Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho)	44
Figura 6: Uso do Solo, fonte: PDUT Gorongosa	48
Figura 7: Extracto da planta do Uso do Solo, fonte: PEU Gorongosa	49
Figura 8: Uso do Solo, fonte: Banco Mundial	50
Figura 9: Exemplo de área de edificação dispersa	51
Figura 10: Exemplo de semi-urbana densamente edificada.....	52
Figura 11: Exemplo de semi-urbana pouco edificada	52
Figura 12: Exemplo de área administrativa e serviços	53
Figura 13: Exemplo de área comercial	53
Figura 14: Exemplo de área comercial	54
Figura 15: Exemplo de área comercial	54
Figura 16: Mapeamento das áreas com atribuição de DUAT (Fonte: PDUT e Direcção Nacional das Terras)	59
Figura 17: Sobreposição do PP Aeródromo e as áreas com atribuição de DUAT	60
Figura 18: Rede de Drenagem do município de Gorongosa.....	68
Figura 19: Mapa Topográfico	69
Figura 20: Sistema de Aviso de Cheias da Bacia do Púngoè – Operado pela ARA-Centro	70
Figura 21: sub-bacias e micro-bacias hidrográficas	71
Figura 22: Barragem da Gorongosa	72
Figura 23: Passagens hidráulicas ao longo da EN1 no município de Gorongosa.....	73
Figura 24: Mapa com a identificação dos bairros com erosão hídrica e erosão provocada por escorregamentos provocados por cortes (ou escavações).....	79

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Revestimento de linhas de água com colchão reno.....	76
Fotografia 2: Estrutura para retenção de resíduos sólidos em canais.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro de análise da informação existente – Uso do solo e infraestrutura de ordenamento do território.....	6
Tabela 2: Quadro de análise da informação existente – Sistemas de abastecimento de água	11
Tabela 3: Quadro de análise da informação existente – Saneamento.....	14
Tabela 4: Quadro de análise da informação existente – Protecção contra Enchente e Sistema de Drenagem	16
Tabela 5: Quadro de análise da informação existente – protecção contra erosão e concentração de encostas e taludes.....	17
Tabela 6: Quadro de análise da informação existente – Sistema Viário, Acessibilidades e Mobilidade	19
Tabela 7: Quadro de análise da informação existente – Resíduos Sólidos.....	22
Tabela 8: Quadro de análise da informação existente – Energia Eléctrica, Iluminação Pública e Electrificação Domiciliária	25
Tabela 9: Quadro de análise da informação existente – Mercados e Feiras	27
Tabela 10: Quadro de análise da informação existente – Recursos Humanos.....	30
Tabela 11: Matriz de grau de prioridade.....	39
Tabela 12: N.º habitantes por bairro no município da Gorongosa (PEU)	42
Tabela 13: Identificação dos IOT com incidência no município da Gorongosa.....	45
Tabela 14: Identificação dos IOT com incidência no município da Gorongosa e respectivas áreas	46
Tabela 15: Uso do Solo actual de acordo com o PDUT, PEU e Banco Mundial	47
Tabela 16: Área do Uso do Solo aferida.....	55
Tabela 17: DUAT existentes no município da Gorongosa	59
Tabela 18: Valor das Taxas.....	60
Tabela 19: Índices para os ajustamentos da taxa anual relativos à localização e dimensão dos terrenos e finalidade do seu uso.....	61
Tabela 20: Cálculo do valor simplificado do mercado da terra tendo como base os DUAT requeridos*	61
Tabela 21: Identificação de projectos / objectivos em implementação ou previstos na área do município da Gorongosa.....	62
Tabela 22: Proposta de matriz de indicadores para o Uso do Solo e Ordenamento do Território...	64
Tabela 23: Características das principais linhas de água.....	71
Tabela 24: Proposta de matriz de indicadores.....	75

Tabela 25: Proposta de matriz de indicadores.....	81
Tabela 26: Estimativa da produção de RSU	83
Tabela 27: Meios	85
Tabela 28: Proposta de matriz de indicadores.....	87
Tabela 29: Lista de mercados formais no município da Gorongosa	89
Tabela 30: Lista de mercados informais no município da Gorongosa	89
Tabela 31: Local de realização de feiras no município da Gorongosa.....	90
Tabela 32: Proposta de matriz de indicadores.....	92
Tabela 33: Distribuição dos funcionários municipais da Gorongosa por áreas de actuação	93
Tabela 34: Tipo de formação académica/profissional, área de formação e experiência de trabalho efectivo no sector dos RH no município de Gorongosa	93
Tabela 35: Proposta de matriz de indicadores.....	95
Tabela 36: Análise Integrada do DIISB.....	96
Tabela 37: Número de intervenções por sector e enquadramento nos eixos estratégicos do Projecto	99
Tabela 38: Número de intervenções por sector de acordo com o Grau de prioridade	100
Tabela 39: Número de intervenções por sector e de acordo com a incidência territorial (bairro / município)	100
Tabela 40: Número de intervenções por sector e de acordo com a incidência territorial com prioridade elevada (bairro / município)	101

ACRÓNIMOS

AIAS	ADMINISTRAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE ÁGUAS E SANEAMENTO
ANAM	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS DE MOÇAMBIQUE
ANE	ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DE ESTRADAS
AOB	ÁREA OPERACIONAL DA BEIRA
APIEX	AGÊNCIA DE POMOÇÃO DE INVESTIMENTO E EXPORTAÇÕES
ARA	ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DE ÁGUAS
BT	BAIXA TENSÃO
CAVG	CONSELHO AUTÁRQUICO DA VILA DA GORONGOSA
CENACARTA	CENTRO NACIONAL DE CARTOGRAFIA E TELEDETECÇÃO
CFM	CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE
DIISB	DIAGNÓSTICO INTEGRADO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS BÁSICOS
DNA	DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS
DNT	DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS
DP	DIRECÇÃO PROVINCIAL
DPOPHRH	DIRECÇÕES PROVINCIAIS DE OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS
DSDPI	DIRECTOR SERVIÇOS DISTRITAIS DE PLANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURAS
DUAT	DIREITO DO USO E APROVEITAMENTO DE TERRA
EDM	ENERGIA DE MOÇAMBIQUE
EGFAE	ESTATUTO GERAL DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO
EN	ESTRADA NACIONAL
FCA	FUNDO DE COMPENSAÇÃO AUTÁRQUICA (FCA)
FIA	FUNDO DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO (FIA)
FIPAG	FUNDO DE INVESTIMENTO E PATRIMÓNIO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
GdM	GOVERNO DE MOÇAMBIQUE
GPDUL	GABINETE DO PROJECTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOCAL
GPS	GLOBAL POSITION SYSTEM
GRS	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
IAB(#)	INTERVENÇÕES DO SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
IEE(#)	INTERVENÇÕES DA ENERGIA ELÉCTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ELECTRIFICAÇÃO DOMICILIÁRIA
IEN(#)	INTERVENÇÕES DA PROTECÇÃO CONTRA ENCHENTE E SISTEMA DE DRENAGEM
IER(#)	INTERVENÇÕES DA PROTECÇÃO CONTRA EROSÃO E CONCENTRAÇÃO DE ENCOSTAS E TALUDES
IMF(#)	INTERVENÇÕES DOS MERCADOS E FEIRAS
INE	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
INGC	INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE CALAMIDADES
IOT	INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

IOT(#)	INTERVENÇÕES DO USO DO SOLO E INFRAESTRUTURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
IP	ILUMINAÇÃO PÚBLICA
IRH(#)	INTERVENÇÕES DOS RECURSOS HUMANOS
IRS(#)	INTERVENÇÕES DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
ISA(#)	INTERVENÇÕES DO SANEAMENTO
ISV(#)	INTERVENÇÕES DO SISTEMA VIÁRIO, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE
MAEFP	MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL E FUNÇÃO PÚBLICA
MASA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR
MCS	MONITORING CONTROLLING AND SURVILLANCE
MCT	MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO
MDN	MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
MEF	MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
MIMAIP	MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS
MIN	MINISTÉRIO DO INTERIOR
MIPAR	MANUAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAL
MITADER	MINISTÉRIO DA TERRA AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
MOPHRH	MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS
MOPHRH	MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS
MRME	MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA
MT	MÉDIA TENSÃO
ODM	OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILENIO DAS NAÇÕES UNIDAS
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PCEI	PLANO DE COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS INTERESSADOS
PDUL	PROJECTO DESENVOLVIMENTO URBANO E LOCAL
PDUT	PLANO DISTRITAL DE USO DA TERRA
PESOM	PLANO ECONÓMICO SOCIAL ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DA VILA DE NHAMATANDA
PEU	PLANO DE ESTRUTURA URBANA
PGIRSU	PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
PGU	PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO
PNDT	PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
POT	PLANO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
PP	PLANO DE PORMENOR
PPU	PLANOS PARCIAIS DE URBANIZAÇÃO
PRODIA	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA AS AUTARQUIAS
PT	POSTOS TRANSFORMAÇÃO
PTP	POSTOS TRANSFORMAÇÃO PARTICULARES
RH	RECURSOS HUMANOS
RSU	RESIDUOS SOLIDOS URBANOS

SAA	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
SDAE	SERVIÇO DISTRITAL DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS
SDPI	SERVIÇOS DISTRITAIS DE PLANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURAS
SIG	SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA
SNV	ORGANIZAÇÃO HOLANDESA DE DESENVOLVIMENTO
TdR	TERMOS DE REFERÊNCIA

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]

ENQUADRAMENTO

A elaboração do Diagnóstico Integrado de Infraestruturas e Serviços Básicos de Sofala (adiante designado por DIISB) faz parte dos estudos necessários para a preparação do Projecto de Desenvolvimento Urbano e Local (PDUL) para a Província de Sofala, em especial para quatro dos seus municípios – Dondo, Gorongosa, Marromeu e Nhamatanda.

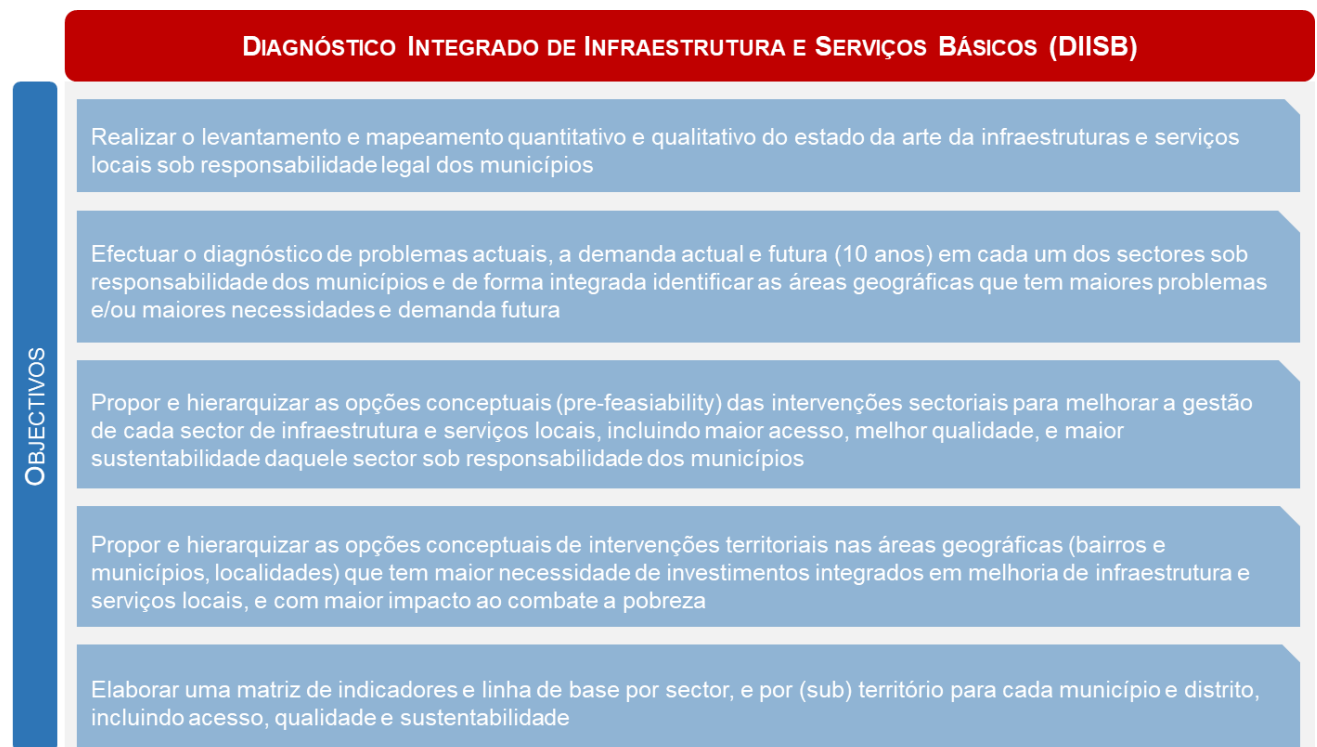
Estes estudos irão contribuir para compreensão integrada das fragilidades, soluções, oportunidades e potencialidades municipais, para enfrentar os desafios bem como as estratégias de fortalecimento das suas capacidades necessárias para encaminhar as soluções identificadas.

Ao nível municipal, o escopo de infraestrutura e serviços a avaliar no DIISB incluem:

- Vias de acessos e mobilidade urbana;
- Água e saneamento;
- Drenagem e controle de riscos (cheias, erosão, etc.);
- Gestão de resíduos sólidos;
- Edificações e espaços públicos (nomeadamente mercados, feiras e estacionamento).

Este diagnóstico permitirá a identificação e avaliação da situação de referência das infraestruturas, permitindo apresentar, de forma clara e objectiva, as prioridades essenciais para cada município ao nível de infraestruturas e serviços básicos.

O DIISB tem como finalidade:



Conforme apresentado no Relatório de Início [submetido ao GPDUL a 13 de Agosto], o faseamento dos trabalhos foi estruturado tendo em conta os aspectos consignados nos Termos de Referência (TdR). Estando organizado da seguinte forma:

- Actividade I – Fase Preparatória
- Actividade II – Revisão e Análise da Informação Disponível
- Actividade III – Levantamento de Campo
- Actividade IV – Diagnóstico, síntese e propostas
- Actividade V – Processo de Auscultação Pública
- Actividade VI – Relatório Final

A **Actividade I** teve por objectivo estabelecer as bases do trabalho e os princípios orientadores para o desenvolvimento do diagnóstico, cujo produto final foi constituído pelo Relatório de Início. [Submetido a 13 de Agosto de 2019]

A **Actividade II** teve como finalidade a recolha e análise de toda a informação existente, ao nível da cartografia digital, mapas, planos, regulamentos e posturas municipais e distritais para cada sector em causa. [Submetido a 29 de Agosto de 2019]

A **Actividade III** visou confirmar e complementar todo o levantamento efectuado na actividade anterior, culminando, na actividade posterior, com um relatório de análise de levantamento com a apresentação de uma descrição e sistematização da informação recolhida. [Concluído o levantamento a 04 de Outubro de 2019]¹

A **Actividade IV** teve como propósito a análise crítica da informação recolhida da situação actual, levantada na Actividade II e na Actividade III, com a apresentação de uma proposta e priorização de intervenções conceptuais ao nível sectorial. [Outubro e Novembro de 2019]

A **Actividade V** teve como objectivo apresentar o trabalho desenvolvido à comunidade e aos actores sectoriais chave para avaliar e validar o mesmo. Como produtos finais desta actividade foi feito o Relatório de Análise de Levantamento de Campo, a versão preliminar da proposta de intervenção e o Relatório dos resultados da auscultação local. [Dezembro de 2019]¹

Por fim, a **Actividade VI** corresponde à fase final da Elaboração do Diagnóstico das Infraestruturas e Serviços Básicos para os municípios considerados na Província de Sofala, em que é feita a compilação, a revisão e a melhoria dos produtos entregáveis nas actividades anteriores.

Na Figura seguinte apresenta-se o faseamento dos trabalhos.

¹ Face à instabilidade política vivida durante o ano 2019, não foi possível realizar a Actividade III e a Actividade V no município da Gorongosa [conforme email remetido 10 de Setembro de 2019]. No entanto o Consultor realizou todos os esforços para recolher e realizar o presente documento.

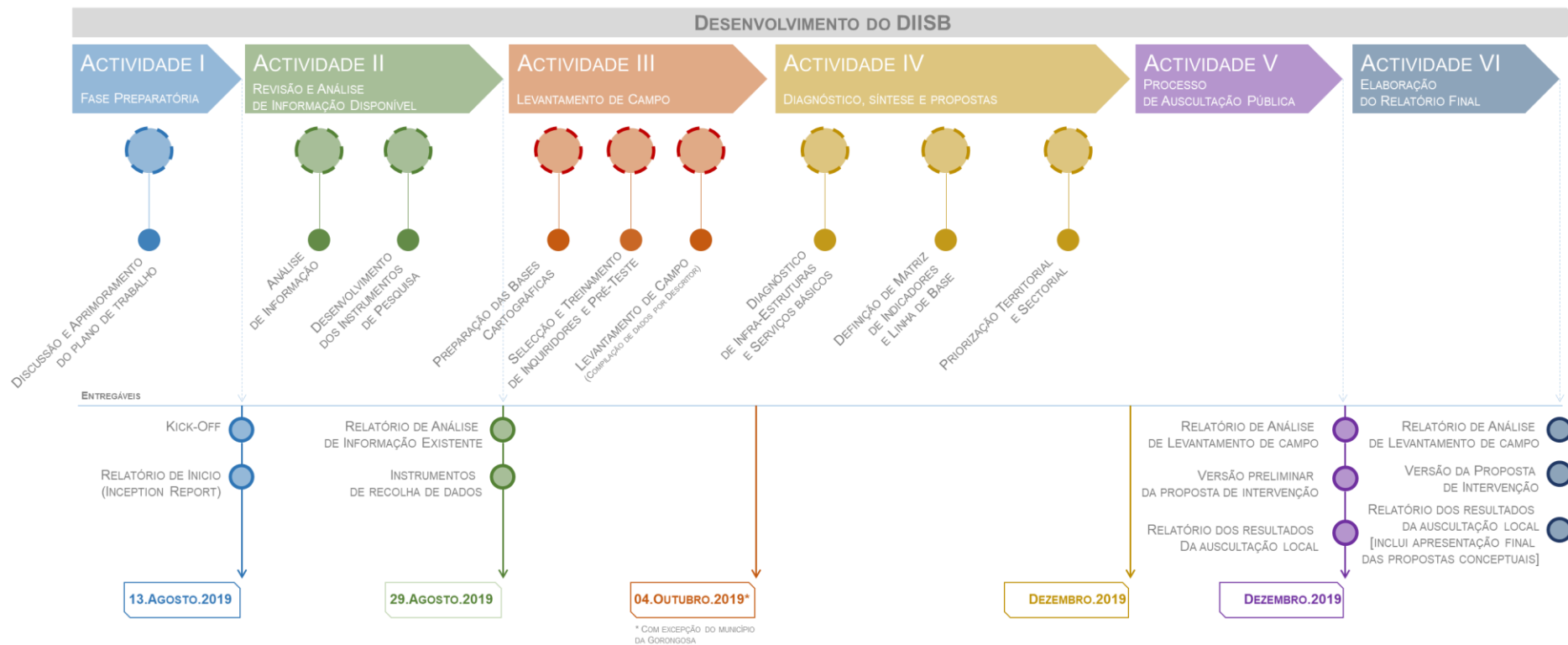


Figura 1 - Faseamento das actividades

O presente documento corresponde ao Relatório da Actividade VI desenvolvido para o **município da Gorongosa** estando estruturado em duas partes:

- **Parte I | Relatório do Levantamento de Campo**
 - Inicia-se pela descrição da metodologia e planeamento de campo, sendo seguida pela Análise e Síntese Crítica da Informação por Sector.
- **Parte II | Relatório de Diagnóstico**
 - Onde é apresentada a Caracterização e Diagnóstico por Sector que inclui a Matriz de indicadores e as Intervenções previstas, a Síntese Global e os resultados da auscultação pública

Em ambas as Partes, os sectores analisados são:

- Uso do Solo e Infraestruturas de Ordenamento do Território
- Sistemas de abastecimento de água
- Saneamento
- Protecção contra Enchente e Sistema de Drenagem
- Protecção contra Erosão e Concentração de Encostas e Taludes
- Sistema Viário, Acessibilidade e Mobilidade
- Resíduos Sólidos
- Energia Eléctrica, Iluminação Pública e Electrificação Domiciliária
- Mercados e Feiras
- Recursos Humanos

Por fim são ainda apresentados as seguintes Plantas, à escala 1:25 000 (tamanho A1):

- Planta 01 – Limites dos IOT presentes no município
- Planta 02 – Proposta de Uso Actual do Solo
- Planta 03 – Localização dos mercados formais, mercados informais, realização regular de feiras

Importa referir que face à instabilidade política vivida durante o ano de 2019, no município da Gorongosa, e tendo em conta ao tempo limitado para a elaboração do DIISB Sofala, não foi possível realizar o Levantamento de Campo.

Contudo, e conforme articulado com o MAEFP, foi solicitado ao município, através do correio electrónico, o envio e disponibilização de elementos necessários para o desenvolvimento do diagnóstico, tendo-se verificado, que face ao tempo limitado, não foi possível receber informação para todos os sectores, nomeadamente para os sectores Sistemas de abastecimento de água, Saneamento, Sistema Viário, Acessibilidade e Mobilidade e Energia Eléctrica, Iluminação Pública e Electrificação Domiciliária.

PARTE I – RELATÓRIO DO LEVANTAMENTO DE CAMPO

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]

1 INTRODUÇÃO

Tal como mencionado no ponto Enquadrador, a Parte I do Relatório – Relatório do Levantamento de Campo – é composta pelos seguintes capítulos:

- **Metodologia e Planeamento de Campo** | Apresentam-se os trabalhos realizados com vista à preparação do Levantamento de Campo.
- **Análise e Síntese Crítica da Informação por Sector** | É feita a descrição dos elementos compilados tendo como base o relatório produzido na Actividade II - Revisão e Análise da Informação Disponível, seguido por uma síntese crítica da informação recebida.
- **Lessons learned** | Descrevem-se as questões mais relevantes aferidas em sede de Levantamento de Campo.

Refere-se, novamente, que dado à instabilidade política vivida em 2019, no município da Gorongosa, o Levantamento de Campo não foi realizado [conforme email enviado no dia 10 de Setembro de 2019]. No entanto, foram realizados contactos, via correio electrónico, entre o Consultor e o município, para a disponibilização de informação.

2 METODOLOGIA E PLANEAMENTO DO LEVANTAMENTO DE CAMPO

O Levantamento de Campo enquadra-se na Actividade III dos trabalhos de elaboração do DIISB Sofala, o qual, de acordo com o definidos nos TdR, deve ser realizado “*o levantamento e o mapeamento quantitativo e qualitativo do estado da arte das infraestruturas e serviços locais sob a responsabilidade legal dos municípios*”.

A metodologia do Levantamento de Campo foi descrita nos relatórios submetidos anteriormente, em particular o Relatório da Actividade II (submetido a 29 de Agosto de 2019), cuja a leitura se recomenda para melhor compreensão do processo desenvolvido.

O Levantamento de Campo baseou-se em dois métodos distintos:

- **Método qualitativo**
 - Observação directa (semi-estruturada / com um *checklist*);
 - Reuniões de grupos focais com comunidades e utentes de infraestruturas e serviços;
 - Reportagem fotográfica e investigação aérea;
 - Entrevistas não-estruturadas ou semi-estruturadas;
 - Registos institucionais e análise documental;
 - Avaliação pelo pessoal das instituições e serviços públicos.
- **Método quantitativo**
 - Registos institucionais e análise documental estatística;
 - Inquérito por questionário nos agregados familiares;
 - Entrevistas estruturadas (*one-one-meeting*);
 - Fichas de Inspeção Técnica.

Os dois métodos de recolha de informação utilizados foram previstos desde o início dos trabalhos por serem complementares entre si. A leitura e recolha cruzada da informação recolhida por estas duas vias permite preencher lacunas e consolidar o estado da arte das infraestruturas e serviços básicos existentes no município de Gorongosa.

Porém, importa referir que dada a situação política vivida no município da Gorongosa (nos últimos meses de 2019) não foi possível realizar o Levantamento de Campo no terreno. Contudo, optou-se por se enviar às entidades seleccionados (cf. Relatório da Actividade II – Revisão e Análise da Informação Disponível) os Guiões-Base para a recolha de dados preparados no âmbito das entrevistas semi-estruturadas, estruturadas e inquéritos por questionário, através do correio electrónico. Para além desses elementos, foi também enviado, previamente, uma nota explicativa sobre o projecto DIISB e a Credencial Oficial [305/ANAMM/SG/2019] providenciada pela ANAM.

Para além das entidades localizadas na Gorongosa, foram também consultadas outras entidades com sede em Maputo e na Beira.

Importa esclarecer que ao longo do relatório será utilizado o termo “Levantamento de Campo”, não esquecendo que o mesmo se efectuou da forma atrás referida.

3 ANÁLISE E SÍNTESE CRÍTICA DA INFORMAÇÃO POR SECTOR

3.1 USO DO SOLO E INFRAESTRUTURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1.1 Introdução

O presente capítulo visa apresentar a informação que foi possível recolher no Levantamento de Campo ou que se encontra em falta para o sector “Uso do Solo e Infraestrutura de Ordenamento do Território” e que permitirá uma correcta caracterização e diagnóstico da situação actual do município da Gorongosa.

O Ordenamento do Território encontra-se regulado pela Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho – Lei de Ordenamento do Território, e pelo Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho – Regulamento da Lei do Ordenamento.

A Lei de Ordenamento do Território tem como objectivo “assegurar a organização do espaço nacional e a utilização sustentável dos seus recursos naturais observando as condições legais, administrativas, culturais e materiais favoráveis ao desenvolvimento social e económico do país, à promoção da qualidade de vida das pessoas, à protecção e conservação do meio ambiente²”. O Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho, estabelece o regime jurídico dos instrumentos de ordenamento territorial.

3.1.2 Informação Recolhida

Tendo como base a Tabela apresentada no Relatório - Revisão e Análise da Informação Disponível da Actividade II do DIISB Sofala (Cf. Capítulo 3.2), foi feita uma actualização à informação existente de acordo com os elementos recolhidos no Levantamento de Campo. Adicionalmente, foram colocados outros elementos recolhidos.

Deste modo, na Tabela 1 apresenta essa actualização com a identificação de algumas observações.

Tabela 1: Quadro de análise da informação existente – Uso do solo e infraestrutura de ordenamento do território

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRITOR USO DO SOLO E INFRAESTRUTURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			
INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT)	Sim [em elaboração]	Sim [não foi possível obter IG]	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida no âmbito do Relatório da Actividade II no âmbito do DIISB Sofala³ [não foi possível recolher o Estado de Arte do Plano nem elementos geográficos]

² N.º 1 do Artigo 5 da Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho.

³ <http://pndt.gov.mz/>

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR USO DO SOLO E INFRAESTRUTURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)	Sim	Sim [não foi possível obter IG]	<ul style="list-style-type: none"> • Informação recolhida no âmbito do Relatório da Actividade II no âmbito do DIISB Sofala [não foi possível recolher o Estado de Arte da Estratégia nem a informação geográfica existente]
Plano do Parque Natural da Gorongosa	Não	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Informação não recolhida/disponibilizada
Plano Provincial de Desenvolvimento Territorial de Sofala	Sim	Sim [não foi possível obter IG]	<ul style="list-style-type: none"> • Informação recolhida na consulta à entidade - DPATEDER Beira • <i>Em relação aos mapas que acompanham o Plano, foi necessário fazer a vectorização dos elementos uma vez que só foi disponibilizada informação em formato pdf</i>
Plano Estratégico de Desenvolvimento de Sofala	Sim	Sim [não foi possível obter IG]	<ul style="list-style-type: none"> • Informação recolhida no âmbito do Relatório da Actividade II no âmbito do DIISB Sofala • Informação disponibilizada na consulta à entidade - DPATEDER Beira • <i>Em relação aos mapas que acompanham o Plano, foi necessário fazer a vectorização dos elementos uma vez que só foi disponibilizada informação em formato pdf</i>
Plano Distrital do Uso da Terra da Gorongosa	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Informação recolhida no âmbito do Relatório da Actividade II no âmbito do DIISB Sofala (disponibilizada pelo Cliente) • Informação disponibilizada na consulta à entidade - DPATEDER Beira • <i>Em relação aos mapas que acompanham o Plano, foi necessário fazer a vectorização dos elementos uma vez que só foi disponibilizada informação em formato pdf</i>

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR USO DO SOLO E INFRAESTRUTURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Plano de Estrutura Urbana da Gorongosa	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Informação disponibilizada na consulta à entidade - DPATEDER Beira • <i>Em relação aos mapas que acompanham o Plano, foi necessário fazer a vectorização dos elementos uma vez que só foi disponibilizada informação em formato pdf</i>
Plano Geral de Urbanização da Gorongosa	Não	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Informação solicitada na consulta às entidades, no entanto não existe
Planos de Pormenor da Gorongosa	Sim	Sim [em parte]	<ul style="list-style-type: none"> • Informação solicitada ao Conselho Autárquico da Vila de Gorongosa tendo sido referido a existência de três planos de Pormenor nos Bairros de Aeródromo e Madibe, no entanto não foi disponibilizada qualquer informação • DPATEDER Beira disponibilizou em formato digital dois PP – PP Aeródromo e PP Vunduzi • <i>Em relação aos mapas que acompanham os PP, foi necessário fazer a vectorização dos elementos uma vez que só foi disponibilizada informação em formato pdf</i>
Plano Parcial de Urbanização da Gorongosa	Não	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Informação solicitada na consulta às entidades, no entanto não existe
Ocupação do Solo	Sim [elaborado no âmbito de diferentes Planos]	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Informação solicitada na consulta às entidades <p>Informação vectorial disponível no âmbito do PEU e do PDUT e deverá ser aferida pela Equipa</p>
Uso do Solo	Sim [elaborado no âmbito de diferentes Planos]	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Informação solicitada na consulta às entidades <p>Informação vectorial disponível no âmbito do PEU e do PDUT e deverá ser aferida pela Equipa</p>

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR USO DO SOLO E INFRAESTRUTURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Áreas com atribuição de DUAT / Áreas sem Atribuição de DUAT	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida na consulta à entidade (DNT)
Reservas Nacionais / Áreas para a conservação da Natureza	Sim [elaborado no âmbito de diferentes Planos]	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação solicitada na consulta às entidades, disponível no âmbito do PDUT
Qualificação dos solos	Sim [elaborado no âmbito de diferentes Planos]	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação solicitada na consulta às entidades <p>Informação vectorial disponível no âmbito do PEU e do PDUT e deverá ser aferida pela Equipa</p>
Cadastro Nacional das Terras	Não	Não	<ul style="list-style-type: none"> Informação solicitada na consulta à entidade, tendo sido referido que ao nível da autarquia existe um Sistema de Controlo Digital e Físico (informação não disponibilizada à equipa do Consultor)
Dados de Recenseamento Eleitoral 2017	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida no âmbito da Actividade III, não tendo sido possível obter informação desagregada ao bairro
Domínios legais do solo x domínios legais	Não	Não	<ul style="list-style-type: none"> Informação não recolhida/disponibilizada

3.1.3 Síntese Crítica

Importa, novamente, referir que não foi possível fazer o Levantamento de Campo no município da Gorongosa, no entanto, a interacção via correio electrónico foi bastante profícua e o município mostrou-se disponível para ajudar a Equipa de Especialistas do Consultor.

3.2 SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.2.1 Introdução

Segundo a UNESCO (2009), a água é um recurso natural de valor inestimável. Mais que um insumo indispensável à produção e um recurso estratégico para o desenvolvimento económico, ela é vital para a manutenção dos ciclos biológicos, geológicos e químicos que mantêm em equilíbrio os ecossistemas. É, ainda, uma referência cultural e um bem social indispensável à adequada qualidade de vida da população.

O Ministério das Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) é o órgão do governo responsável pela gestão dos recursos hídricos. O desenvolvimento da política compete à Direcção Nacional de Águas (DNA) dentro do MOPHRH. A nível Provincial, as Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação e Recursos Hídricos (DPOPHRH) têm a responsabilidade das tarefas do sector de água. Abaixo destas, a nível de distrito, é representado na Administração do Distrito pelos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI) e pelo seu Director (DSDPI).

Os sistemas de abastecimento de água, quer em zonas rurais quer em zonas urbanas, tem como objectivo servir de uma forma regular e contínua a maior percentagem de população possível, com a progressiva melhoria da qualidade do serviço no âmbito de uma perspectiva ambientalmente sustentável.

Este objectivo encontra-se patente em diversas políticas, no entanto, importa referir que a Política Nacional de Águas (Resolução n.º 46/2007, de 30 de Outubro) tem como visão: *“O futuro desejado em relação à água é aquele onde a água esteja disponível em quantidade e qualidade adequadas para as gerações actuais e futuras, servindo para o desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e promoção do bem-estar e paz e onde se minimizem os efeitos negativos das cheias e secas.”* Definindo como um dos objectivos a *“Satisfação das necessidades básicas do consumo humano da água na base dum abastecimento de água potável seguro e fiável.”*

A Política Nacional da Água em Moçambique foi revista em 2007, devido à necessidade de cumprir com os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs) e por se reconhecerem as insuficiências da anterior Política Nacional de Água (NB: é chamada a ‘Política da Água’ para a diferenciar da original ‘Política Nacional da Água’, elaborada em 1995, porém detém o mesmo estatuto político de uma política nacional.

A Política da Água também incorpora o Manual de Implementação de Projectos de Abastecimento de Água Rural (MIPAR, 2001). Este manual fornece orientações sobre os papéis e responsabilidades de todos os interessados envolvidos na implementação dos projectos de água rural, desde as comunidades aos órgãos centrais. A política e os seus respectivos regulamentos visam aumentar o acesso ao abastecimento de água sustentável para pelo menos 70% da população rural até ao ano 2015, em linha com as metas dos ODM.

Apesar de se verificar um progresso considerável nestes sistemas apenas cerca de metade dos moçambicanos tem acesso ao abastecimento de água melhorado, havendo evidentes desigualdades entre as zonas rurais e urbanas. O actual nível mínimo de serviço no abastecimento de água rural é constituído por poço protegido ou furo equipado com uma bomba manual. Outros tipos de serviço

incluem sistemas de recolha de água da chuva, protecção de nascentes de água, bombas de corda e pequenos sistemas reticulados de Abastecimento de Água.

Entretanto, a sustentabilidade financeira de sistemas de abastecimento de água constitui um dos elementos chaves para a sua garantia, a capacidade de gerar receitas para custear as despesas de operação e manutenção. Embora elementos como (i) o nível de organização do operador na sua vertente comercial e (ii) a complexidade do sistema em termos de estrutura e proliferação de ligações não autorizadas sejam determinantes para avaliar o potencial de receita em sistemas de abastecimento de água, o nível de divulgação e consciencialização da importância do pagamento da água e, a capacidade e vontade expressa pelos consumidores de pagar pela água são factores que determinam a definição e escolha das soluções tecnológicas viáveis de determinado sistema de abastecimento de água.

Nesse sentido, importa, no âmbito do desenvolvimento do DIISB, perceber qual a situação existente no que se refere ao abastecimento de água e preconizar um diagnóstico que explique a realidade actual do território.

3.2.2 Informação Recolhida

Na Tabela seguinte apresenta-se a análise da informação existente e quais as acções previamente definidas no âmbito da Actividade II que deviam ter sido realizadas.

Face à instabilidade vivida no município da Gorongosa, não foi possível realizar o levantamento directamente no local, porém foi solicitado via correio electrónico parte da informação abaixo elencada, no entanto, não foi possível, de forma atempada, obter resposta do município para robustecer a informação previamente recolhida.

Tabela 2: Quadro de análise da informação existente – Sistemas de abastecimento de água

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRITOR ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES (ACÇÕES)
REDE DE DISTRIBUIÇÃO: <i>Traçado da rede; Modelos hidráulicos, Proposta de expansão, Pequenos e Grandes Consumidor georreferenciado, Características dos Reservatórios, Características das Bomba, Perdas físicas e comerciais de água, Consumo per capita, Estudos anteriores, Tempo de abastecimento, Pressões na rede, Caudais distribuídos, Localização de contadores na rede pública, Tempo de abastecimento</i>	Não	Não	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar ao operador Levantamento no local [não foi realizado] Medições in-situ, nas torneiras individuais ou fontenários do SAA por meio de manómetros [não foi realizado] Leituras mensais (facturas) a obter junto dos consumidores/Operador

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR ABASTECIMENTO DE ÁGUA

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES (ACÇÕES)
<i>Cobertura por Nível de serviço (Total/Por bairro)</i>	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Disponível Total e por zonas. Informação a obter junto do Operador ou a partir da localização dos clientes/consumidores
CAPTAÇÃO E TRATAMENTO: <i>Localização (Coordenadas), Profundidade do furo, Característica das Bombas, Tratamento e Qualidade de água</i>	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar ao operador/Levantamento no local
POÇOS, FUROS E FONTÁNARIOS: <i>Quantidades, Localização (Coordenadas), Profundidade dos furos/ Poços, Nr de utilizadores, Volumes consumidos por dia, Qualidade de água, Pequenos e Grandes consumidores georreferenciados, Distância e tempo para obter água</i>	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar ao operador/Levantamento no local
POPULAÇÃO E PROJECTOS: <i>Projectos de Habitação, Delimitação dos bairros e do Municípios, Altimetria, Bairros prioritários para expansão da rede, População por bairro, últimos 2 anos</i>	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar ao INE Levantamento junto ao FFH/ Município/ Operador Solicitar ao operador/Levantamento no local Modelo de elevação digital
GESTÃO/ OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO: <i>Custos de operação e Manutenção, Dados dos Investimentos dos Últimos anos, Tarifas Cobradas, Operador (s)</i>	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Ver na DPOPRH (Se aplicável) ou levantamento no local [não foi realizado] Solicitar ao operador/Levantamento no local

3.2.3 Síntese Crítica

Face à instabilidade política, o Levantamento de Campo, directamente no município da Gorongosa, não foi realizado. Contudo, foi solicitado ao Conselho Autárquico da Vila da Gorongosa (CAVG), via correio electrónico, a disponibilização dos elementos acima elencados. Devido ao tempo limitado para a elaboração do DIISB Sofala, não foi possível receber informação de forma atempada.

3.3 SANEAMENTO

3.3.1 Introdução

O Saneamento e, conseqüentemente, a qualidade e adequabilidade das suas condições são uma necessidade universal e um direito indispensável ao desenvolvimento humano, consagrado nos ODMs das Nações Unidas, que reconhecem os grandes benefícios sociais e económicos decorrentes de instalações de saneamento melhorado, que inclui:

- *“Melhorar a saúde, com a redução das doenças motivadas pela água, especialmente das mães, das crianças, dos idosos e dos afectados pelo HIV/SIDA;*
- *A igualdade do género e social, com a redução do tempo para ir buscar água, o que permite que as raparigas frequentem a escola e as mulheres realizem mais actividades produtivas;*
- *Aumentar a produtividade dos agregados familiares, melhorando o acesso à água.⁴”*

Tal como no sector de Abastecimento de Água, o sector de Saneamento, ao nível distrital, é representado na Administração do Distrito pelos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI) e pelo seu Director (DSDPI) e, a nível Provincial, nas Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação e Recursos Hídricos (DPOPHRH).

Constitui como objectivo do Saneamento, nas áreas urbanas, aumentar a cobertura em 2015, para aproximadamente 67%, representando cerca de 6,3 milhões de pessoas. Em 2025 perspectiva-se aproximar gradualmente da cobertura universal. Em 1976, a cobertura por Saneamento Rural chegou a atingir 43%, como resultado da campanha lançada pelo Ministério de Saúde com o *slogan* “cada família uma latrina” (INPF/PNSBC, Agosto de 1997).

Nos anos 80 essa campanha enfraqueceu por causa da guerra, que fez com que a área rural fosse perigosa para trabalhos de sensibilização e educação comunitária. Devido a esse facto, os técnicos de saúde viraram a sua atenção para outras acções, baixando a cobertura do saneamento rural até aos níveis de 10-20%. Os mais recentes dados de cobertura por Saneamento rural são fornecidos pelo INE sob a forma de percentagens de cobertura. Estes dados incluem opções de saneamento fora do padrão de acesso mínimo definido pela DNA para as áreas rurais, ou seja, incluem latrinas tradicionais não-melhoradas.

Houve um crescimento da cobertura, alimentado provavelmente pelas actividades das ONG que trabalham em várias partes do país, mas também pela herança cultural do *slogan* “cada família uma latrina” acima referido.

Em Moçambique, 72% da população ainda defeca a céu aberto por falta de latrinas. Nas zonas rurais, 86% enfrenta o mesmo problema e 43% na área urbana.

É nestes pressupostos que importa a analisar de forma detalhada a situação de referência das infraestruturas de saneamento para os municípios que estão consagrados no desenvolvimento do DIISB – Dondo, Gorongosa, Marromeu e Nhamatanda.

⁴ Diploma Ministerial n.º 258/2010, de 30 de Dezembro - Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR)

3.3.2 Informação Recolhida

Na Tabela seguinte apresenta-se a análise da informação existente e quais as acções previamente definidas no âmbito da Actividade II que deviam ter sido realizadas.

Face à instabilidade vivida no município da Gorongosa, não foi possível realizar o levantamento directamente no local, porém foi solicitado via correio electrónico parte da informação abaixo elencada, no entanto, não foi possível, de forma atempada, obter resposta do município para robustecer a informação previamente recolhida.

Tabela 3: Quadro de análise da informação existente – Saneamento

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRITOR	SANEAMENTO		
INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES (ACÇÕES)
REDE DE DRENAGEM: <i>Traçado da rede, Proposta de expansão, Componentes do Sistema e suas características, Estudos anteriores, Serviços prestados</i>	Não	Não	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar ao operador/ Levantamento no local [não foi realizado]
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS EXISTENTES (LATRINAS, etc.): <i>Quantidade, Tipos, Localização (Coordenadas), Características dos vasos, Características das Sobreestruturas, Tempo de utilização, Método de utilização, Número de utilizadores, Método de Uso</i>	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar ao operador/ Levantamento no local [não foi realizado]
POPULAÇÃO E PROJECTOS: <i>Projectos de Consciencialização Satisfação (Qualidade e preferência), Projectos de Habitação, Planos Urbanos (próximos 10 anos), Delimitação dos bairros e do Municípios, População por bairro, últimos 2 anos, Altimetria, Bairros prioritários para melhorar as condições sanitárias</i>	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar ao operador/Levantamento no local [não foi realizado]

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR SANEAMENTO

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES (ACÇÕES)
GESTÃO E MANUTENÇÃO: <i>Operador (s), Custos de operação e Manutenção, Dados dos Investimentos dos Últimos anos, Tarifas Cobradas, Operadores na área de saneamento, Meios disponíveis</i>	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar ao operador/Levantamento no local [não foi realizado]

3.3.3 Síntese Crítica

Face à instabilidade política, o Levantamento de Campo, directamente no município da Gorongosa, não foi realizado. Contudo, foi solicitado ao Conselho Autárquico da Vila da Gorongosa (CAVG), via correio electrónico, a disponibilização dos elementos acima elencados. Devido ao tempo limitado para a elaboração do DIISB Sofala, não foi possível receber informação de forma atempada.

3.4 PROTECÇÃO CONTRA ENCHENTE E SISTEMA DE DRENAGEM

3.4.1 Introdução

As enchentes (cheias) são consideradas fenómenos extremos associados a riscos de inundações com consequentes perdas de bens materiais e por vezes até de vidas humanas. Portanto, o governo adoptou estratégias de gestão destes fenómenos envolvendo instituições especializadas para tal.

De acordo com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, foi definido o Objectivo 11 que visa promover Cidades e Comunidades Sustentáveis. Neste objectivo está previsto o Objectivo específico 11.5 em que se pretende, até 2030, reduzir significativamente o numero de mortos, pessoas afectadas e perdas económicas causadas por cheias e outros desastres relacionados com a água, com particular enfoque pra a protecção das camadas sociais mais desfavorecidas e vulneráveis.

Em Moçambique, a instituição que lidera a gestão do fenómeno das cheias é o INGC, enquanto as Administrações Regionais de Águas (ARA's) têm um papel mais ligado à operação dos sistemas de aviso de cheias e ao monitoramento das variáveis hidrológicas. As ARA's são também responsáveis pela gestão das linhas de drenagem naturais. No caso de Gorongosa, localizada no interior da bacia do Púnguè, a ARA responsável é a ARA-Centro.

A nível central são elaborados documentos que servem de instrumentos para o desenvolvimento de sistemas de gestão das cheias e também para o desenvolvimento de medidas de protecção contra cheias. Estes instrumentos apresentam-se na forma de Planos de Bacia, Redes de Monitoramento Hidrológico e outros relatórios de estudos desta área.

3.4.2 Informação Recolhida

Nesta fase, o Consultor efectuou um levantamento e análise da informação existente na vertente de protecção contra cheias e sistemas de drenagem natural para os 4 municípios. A tabela abaixo apresenta a informação relativa ao município de Gorongosa (Tabela 4).

Tabela 4: Quadro de análise da informação existente – Protecção contra Enchente e Sistema de Drenagem

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRITOR PROTECÇÃO CONTRA ENCHENTE E SISTEMA DE DRENAGEM			
INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Plano de Desenvolvimento da Bacia do Púnguè	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Parte da informação recolhida a nível central e outra parte a nível regional junto a ARA-Centro.
Levantamento da rede hidrográfica e corpos de água	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida a nível central - CENACARTA
Sistema de Aviso de Cheias	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Informação obtida a nível regional junto a ARA-Centro.
Dados Pluviométricos	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação obtida a nível regional junto a ARA-Centro.
Dados Hidrométricos	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação obtida a nível regional junto a ARA-Centro.
Imagens de Satélite	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação obtida através de serviços on-line. Resolução de 20 a 30m.
Modelos de Elevação Digital e mapas de bacias hidrográficas	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação obtida através de serviços on-line. Resolução de 30m (precisão baixa).
Infra-estruturas de protecção contra cheias	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida com apoio dos técnicos do município.
Rede hidrométrica e pluviométrica	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação obtida a nível regional junto a ARA-Centro.
Áreas de inundação	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida com apoio dos técnicos do município.

3.4.3 Síntese Crítica

Este município não foi visitado pela Equipa de Especialistas do Consultor devido a insegurança observada nas vias de acesso (ataques armados a veículos e seus ocupantes). Apesar desta limitação, a

recolha de informação (à distância) decorreu de forma satisfatória. A disponibilidade por parte do Presidente do município, seus vereadores e técnicos teve uma contribuição bastante positiva. Com o apoio dos técnicos do município foi possível identificar e recolher informação bastante relevante.

Tal como se esperava, foi possível constatar que o município de Gorongosa também enfrenta alguns desafios no que diz respeito a recolha e gestão de informação.

Porém, o Consultor, face à informação providenciada pelo município, notou a falta de informação detalhada sobre o estado das drenagens naturais e sobre áreas de inundação, embora isto possa ser explicado pelo facto de não haver inundação de áreas importantes neste município.

3.5 PROTECÇÃO CONTRA EROSÃO E CONCENTRAÇÃO DE ENCOSTAS E TALUDES

3.5.1 Introdução

Dondo e Nhamatanda são dois distritos identificados no Plano de Acção para a Prevenção e Controlo da Erosão de Solos (2008-2018), assim como nos respectivos PDUT. Considerando os diferentes estados do risco de erosão e de eventuais acções de remediação/contenção, o processo de recolha de informação centrou-se na interacção junto do município, e na perspectiva do levantamento de campo que infelizmente não foi possível de realizar.

3.5.2 Informação Recolhida

Fruto do processo de recolha de informação, abaixo apresentam-se os dados recolhidos no âmbito do combate à erosão.

Tabela 5: Quadro de análise da informação existente – protecção contra erosão e concentração de encostas e taludes

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRITOR	PROTECÇÃO CONTRA EROSÃO E CONCENTRAÇÃO DE ENCOSTAS E TALUDES		

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Programas, planos, regulamentos e posturas de protecção contra a erosão e contenção de encostas e taludes, e planos de expansão e monitoria dos serviços ao nível local	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Mapeamento, descrição e classificação dos	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Informação base recolhida via formulário preenchido pelo município

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR **PROTECÇÃO CONTRA EROÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE ENCOSTAS E TALUDES**

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
escorregamentos de cortes e aterros; erosões; cortes verticais feitos, taludes extensos e/ou íngremes; e outras áreas de risco; e classificação do grau de impacto ambiental e social.			
Modelos de gestão no município (directa, delegada, privatizada, etc.), tipo de sistema de controlo e fiscalização existente para garantir o pleno funcionamento do sector, seu grau de efectividade, fraquezas	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> a. Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Programas ou campanhas de capacitação ou conscientização existentes no sector	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Gastos em investimentos nos últimos 10 anos, investimentos planeados para os próximos 10 anos, custos de operação e manutenção médio dos últimos 5 anos.	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Proveniência de receitas para cobrir os gastos de capital e recorrentes do sector e/ou análise de necessidades financeira para sustentabilidade do sector	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Levantamentos qualitativos da satisfação da população sobre a qualidade e eficiência da prestação do serviço.	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município

3.5.3 Síntese Crítica

Uma vez que não foi possível realizar o levantamento de campo, as informações foram recolhidas através do contacto junto do técnico responsável, sendo que parte da informação não foi possível de recolher e/ou confirmar – dado que a actividade de campo não se realizou.

3.6 SISTEMA VIÁRIO, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

3.6.1 Introdução

O acesso rodoviário é uma componente chave no desenvolvimento económico dos distritos e no melhoramento das condições de vida nas zonas rurais.

Nem todas as estradas estão classificadas e nem sempre pertencem à rede nacional das estradas. Existem várias estradas que não estão classificadas mas que são de grande importância económica e social para os distritos, pois são as estradas que ligam os distritos entre si.

Segundo a Política Nacional das Estradas, a gestão das estradas não classificadas é da responsabilidade das Administrações Distritais, a gestão das estradas nacionais, pertencentes à rede nacional das estradas, é da responsabilidade da Administração Nacional de Estradas (ANE). A ANE a nível central é responsável pela concepção/revisão das Normas de Execução de Obras de Estradas de nível provincial em Moçambique, que contém especificações ou métodos de trabalho concisos incluindo o controlo de qualidade para praticantes envolvidos no desenvolvimento e na manutenção de estradas de nível provincial e estão particularmente direccionadas para o Sector de Estradas de Moçambique (Rede Viária).

3.6.2 Informação Recolhida

Na Tabela seguinte apresenta-se a análise da informação existente e quais as acções previamente definidas no âmbito da Actividade II que deviam ter sido realizadas.

Face à instabilidade vivida no município da Gorongosa, não foi possível realizar o levantamento directamente no local, porém foi solicitado via correio electrónico parte da informação abaixo elencada, no entanto, não foi possível, de forma atempada, obter resposta do município para robustecer a informação previamente recolhida.

Tabela 6: Quadro de análise da informação existente – Sistema Viário, Acessibilidades e Mobilidade

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRIPTOR	SISTEMA VIÁRIO, ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE		
INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES (ACÇÕES)
Identificar os modelos de gestão no Município	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Recolha e análise de bibliografia secundária

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR SISTEMA VIÁRIO, ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES (ACÇÕES)
			<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa participativa • Solicitar a ANE e a administração a nível Municipal
Identificar a existência de projectos, Planos, regulamentos e posturas de estradas, transportes e trânsito, e/ou de expansão dos serviços e/ou de monitoria dos serviços	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha e análise de bibliografia secundária • Pesquisa participativa • Solicitar a ANE e a administração a nível Municipal
Mapeamento e número de kms de estrada de acordo com a categoria, tipo de pavimento, tipo de drenagem, declividade, qualidade das vias, o tráfego médio e movimento dos pedestres incluindo identificação das áreas de estacionamento	Sim (Incompleto)	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha e análise de bibliografia secundária • Observação Directa [não foi realizado] • Pesquisa Participativa • Solicitar a ANE e a administração a nível Municipal
Levantamento quantitativo e estado de conservação das Infra-estruturas	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Participativa • Solicitar a ANE e a administração a nível Municipal
Identificar materiais usados na pavimentação, principais fontes, localização	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Participativa • Solicitar a administração a nível Municipal
Identificar a disponibilidade dos materiais	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Participativa • Solicitar a administração a nível Municipal
Identificar o itinerário dos transportes colectivos	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Participativa • Solicitar a administração a nível Municipal
Identificar os principais instrumentos de gestão e indicadores de controlo e de gastos no sector de transportes	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar a administração a nível Municipal
Identificar projectos ou campanhas de capacitação ou conscientização existentes	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar a administração a nível Municipal
Levantamento de fundos disponíveis e gastos em investimentos nos últimos 10	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitar a ANE e a administração a nível Municipal

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR SISTEMA VIÁRIO, ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES (ACÇÕES)
anos e os planeados para os próximos 10 anos			
Identificar a proveniência de receitas	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar a administração a nível Municipal

3.6.3 Síntese Crítica

Face à instabilidade política, o Levantamento de Campo, directamente no município da Gorongosa, não foi realizado. Contudo, foi solicitado ao Conselho Autárquico da Vila da Gorongosa (CAVG), via correio electrónico, a disponibilização dos elementos acima elencados. Devido ao tempo limitado para a elaboração do DIISB Sofala, não foi possível receber informação de forma atempada.

3.7 RESÍDUOS SÓLIDOS

3.7.1 Introdução

Conforme estabelecido no Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos Sólidos, aprovado pelo Decreto n.º 94/2014, cabe aos municípios e distritos a gestão de resíduos nas suas áreas de jurisdição. Resultado desse normativo, e com base nas responsabilidades institucionais estabelecidas a recolha de dados foi concentrada localmente, com excepção da solicitação da Ficha de Recolha de Dados Sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios/distritos. Com efeito e na base do Artigo 10.º (Dever de Informação) desse Regulamento, os municípios devem enviar até ao final do primeiro trimestre de cada ano o Registo Anual sobre a gestão de resíduos do ano anterior ao MITADER.

3.7.2 Informação Recolhida

Fruto do processo de recolha de informação, abaixo apresentam-se os dados recolhidos no âmbito dos resíduos sólidos.

Tabela 7: Quadro de análise da informação existente – Resíduos Sólidos

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRITOR		RESÍDUOS SÓLIDOS	
INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Existência de PGIRSU ou outro documento de planificação do sector	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Dados anuais submetidos ao DPTADER/MITADER	Não	N/A	
Inventário sobre infra-estruturas existentes no que respeita a tratamento ou deposição final de RSU	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Mapeamento sobre infra-estruturas existentes no que respeita a tratamento ou deposição final de RSU	Não	N/A	
Mapeamento sobre cobertura de serviços de gestão de resíduos	Não	N/A	
Mapeamento de zonas de localização e pontos críticos de deposição de resíduos sólidos (lixeiros)	Não	N/A	
Existência de alguma forma de tratamento, e disposição controlada dos locais de deposição.	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Referência a modelos de gestão em curso	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Inventário sobre equipamentos no sector (e.g. capacidade de recolha)	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Estimativas sobre produção de RSU	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Informação estimada com base em referências populacionais e capitação média
Referência a informações sobre campanhas de	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Informação recolhida via formulário preenchido pelo município

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR RESÍDUOS SÓLIDOS

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
sensibilização/capacitação do sector			
Capacidade projectada e a previsão do encerramento de cada equipamento	Não	N/A	
Tipo sistema de controlo e fiscalização	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Indicar os principais constrangimentos nesta área	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Gastos em investimentos nos últimos 10 anos, investimentos planejados para os próximos 10 anos, custos de operação e manutenção médio dos últimos 5 anos.	Não	N/A	
Identificar a proveniência de receitas para cobrir os gastos de capital e recorrentes do sector, analisando as necessidades financeira para sustentabilidade do sector para os próximos 10 anos.	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Informação recolhida via formulário preenchido pelo município
Capacidade instalada no sector: Técnicos superiores; Técnicos médios; Técnicos básicos; Auxiliares	Sim	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • Informação recolhida via formulário preenchido pelo município

3.7.3 Síntese Crítica

Uma vez que não foi possível realizar o Levantamento de Campo, as informações foram recolhidas através do contacto junto do técnico responsável, sendo que parte da informação não possível de recolher e/ou confirmar – dado que a actividade de campo não se realizou.

De notar que para além da tentativa do Levantamento de Campo, foi também realizado um esforço de recolher as Fichas de Resíduos, que conforme a legislação nacional devem ser apresentadas até 31 de Março de cada ano. Não tendo sido possível recolher essa informação junto do MITADER foi solicitado junto do município as fichas dos últimos anos – que ainda assim não foram possíveis de obter.

3.8 ENERGIA ELÉCTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ELECTRIFICAÇÃO DOMICILIÁRIA

3.8.1 Introdução

O Governo de Moçambique tem como objectivo cumprir o sétimo Objectivo de Desenvolvimento Sustentável garantindo o acesso universal à energia eléctrica através do Programa Nacional Energia para Todos e que conta com apoio de vários parceiros internacionais.

Neste contexto, foi lançada a Estratégia Nacional de Energia, denominada Programa Energia Para Todos e que tem como principal objectivo levar energia eléctrica para todo o país até 2030.

O desafio é acelerar a realização de novas ligações por ano. Actualmente, o número de novas ligações por ano ronda os 100 mil pretendendo-se que atinja as 600 mil por ano, para garantir que todos moçambicanos usem energia eléctrica. O governo tem consciência que o desafio é gigantesco mas diz ser fundamental para assegurar - a ausência da instabilidade social, o baixo nível de produção agrícola e industrial e impactos negativos da saúde, educação e meio ambiente para além de aumentar o acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Um grande passo já foi dado que consistia em fazer chegar energia da rede nacional a todas as sedes distritais. Agora, com este projecto do DIISB, vem complementar esse objectivo, mas importa, numa primeira fase fazer um levantamento da informação existente e das lacunas identificadas (Tabela 8).

3.8.2 Informação Recolhida

Na Tabela seguinte apresenta-se a análise da informação existente e quais as acções previamente definidas no âmbito da Actividade II que deviam ter sido realizadas.

Face à instabilidade vivida no município da Gorongosa, não foi possível realizar o levantamento directamente no local, porém foi solicitado via correio electrónico parte da informação abaixo elencada, no entanto, não foi possível, de forma atempada, obter resposta do município para robustecer a informação previamente recolhida.

Tabela 8: Quadro de análise da informação existente – Energia Eléctrica, Iluminação Pública e Electrificação Domiciliária

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRITOR	ENERGIA ELÉCTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ELECTRIFICAÇÃO DOMICILIÁRIA		
INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES (ACÇÕES)
Identificar os modelos de gestão no município (directa, delegada, privatizada, etc.), tipo de sistema de controlo e fiscalização existente para garantir o pleno funcionamento do sector, seu grau de efectividade, fraquezas	Sim	Não	<ul style="list-style-type: none"> Necessário contactar com as autoridades locais com antecedência para no caso de ausência de informação local esta seja solicitada `autoridade imediatamente superior – provavelmente ao ministério de tutela
Identificar o grau de instalação da rede de energia eléctrica, iluminação pública e suas características com relação ao fornecimento para a área de intervenção	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> Esta pode ser da rede nacional ou local por meio de grupos geradores / painéis solares – portanto mapas da rede de distribuição são necessários
Identificar e descrever qual é o processo/metodologia de planeamento e expansão dos serviços de electrificação aos bairros/assentamentos dentro do território municipal e distrital	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"> O contacto com as autoridades locais ou ao nível da capital provincial antecipado será a melhor solução para o acompanhamento no processo de identificação
Identificar o tipo de sistema de controlo e fiscalização existente para garantir o pleno funcionamento do sector, seu grau de efectividade, fraquezas	Sim		<ul style="list-style-type: none"> Contacto com o gestor local
Identificar os principais instrumentos de gestão e indicadores de controlo e de gastos no sector	Sim		<ul style="list-style-type: none"> Contacto com o gestor local
Identificar e analisar Projectos ou campanhas de capacitação ou conscientização existentes no sector	Sim		<ul style="list-style-type: none"> Contacto com o gestor e administração local
Efectuar o levantamento de gastos em investimentos nos últimos 10 anos, investimentos planeados para os próximos 10			<ul style="list-style-type: none"> Aqui, antes é necessário ouvir as autoridades da capital provincial e completar o serviço ouvindo as autoridades locais

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR **ENERGIA ELÉCTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ELECTRIFICAÇÃO DOMICILIÁRIA**

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES (ACÇÕES)
anos, custos de operação e manutenção médio dos últimos 5 anos			
Identificar a proveniência de receitas para cobrir os gastos de capital e recorrentes do sector, analisando as necessidades financeira para sustentabilidade do sector para os próximos 10 anos			<ul style="list-style-type: none"> Contacto com o gestor local

3.8.3 Síntese Crítica

Face à instabilidade política, o Levantamento de Campo, directamente no município da Gorongosa, não foi realizado. Contudo, foi solicitado ao Conselho Autárquico da Vila da Gorongosa (CAVG), via correio electrónico, a disponibilização dos elementos acima elencados. Devido ao tempo limitado para a elaboração do DIISB Sofala, não foi possível receber informação de forma atempada.

3.9 MERCADOS E FEIRAS

3.9.1 Introdução

Há uma tendência nacional de crescimento exponencial das actividades comerciais de índole informal. Esta tendência verifica-se igualmente nas áreas municipais e de grandes aglomerados populacionais ao nível das vilas-sede, sedes de postos administrativos, localidades e algumas comunidades.

Embora haja esforços no sentido de inverter este quadro – tornando a actividade informal em formal e por isso fiscalmente controlada, nota-se nos municípios de Sofala maior concentração de mercados e vendedores informais.

Porque nem sempre os municípios têm meios e capacidade de rastrear estas actividades, torna-se difícil planear eficazmente acções concertadas e acertadas para o seu controle. A legislação aplicável nestes termos é escassa, no entanto, as posturas municipais têm estado a abranger a regulação deste tipo de actividades.

Dos documentos disponibilizados antes do Levantamento de Campo não foram identificados quaisquer instrumentos, mas ao nível local foram encontrados mecanismos de regulação das actividades económicas no geral e dos mercados e feiras em particular. A par disso, o Código Comercial de Moçambique de 2005 ajuda na regulamentação de algumas actividades que se pretende transformar do informal para o formal para além das várias plataformas de facilitação fornecidas pela combinação do

Ministério da Economia e Finanças através da Autoridade Tributária e o Ministério da Indústria e Comércio através da APIEX (Agência de Promoção de Investimento e Exportações), entre outras.

3.9.2 Informação Recolhida

Tabela 9: Quadro de análise da informação existente – Mercados e Feiras

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRITOR	MERCADOS, FEIRAS E OUTROS MECANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS		
INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Mapeamento dos mercados, feiras e outros mecanismos de comercialização de produtos locais	Não	n/a	<ul style="list-style-type: none"> • Com fichas previamente concebidas, foram recolhidos dados referentes a localização dos mercados (formais e informais), bancas e vendedores existentes em cada um deles e informação atinente a realização de feiras na autarquia; • Foram efectuadas reuniões com grupos de vendedores para avaliar as acções do município nesta área; • Inquiridos agentes económicos locais para avaliar o nível de (in)satisfação destes pela actuação dos funcionários e serviços municipais, colher suas opiniões em relação a como o município deveria lidar com as várias matérias de desenvolvimento da autarquia principalmente as actividades nos mercados e nas feiras; • Na impossibilidade de a equipa de consultores deslocar-se a Gorongosa, toda a informação acima referida foi colectada por intermédio das próprias entidades municipais locais .
Instrumentos e/ou posturas municipais que regulam as actividades dos mercados, feiras e outros mecanismos de comercialização de produtos locais	Não	n/a	<ul style="list-style-type: none"> • Código de Postura Municipal; • Estatuto Orgânico do Município • Legislação nacional que regula as actividades comerciais gerais e indústria de restauração e panificação

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE

DESCRITOR **MERCADOS, FEIRAS E OUTROS MECANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS**

INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Outra informação			<p>Existência dos seguintes elementos nesta componente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6 mercados formais nos quais há cerca de 1023 bancas e 959 vendedores; • 2 mercados informais nos quais há cerca de 110 bancas para igual número de vendedores; • O Mercado da Feira é o espaço que também acolhe feiras em datas específicas. Portanto, as feiras são realizadas com frequência em datas comemorativas e feriados, em geral, nos locais de maior concentração populacional em média envolvendo 14 pessoas expositoras com quantidade de produtos entre 0,5 e 1,5 toneladas.

3.9.3 Síntese Crítica

O levantamento para esta componente de mercados e feiras foi realizado exclusivamente no CAVG (Conselho Autárquico da Vila de Gorongosa) pelos diferentes sectores com destaque para as Vereações de Administração e Desenvolvimento Institucional (tutela os RH) e de Desenvolvimento Económico Local (tutela os mercados e feiras). Em termos gerais, a seguir são elencadas as diferentes anotações que nortearam esta actividade:

DESAFIOS OBSERVADOS: (i) A área dos mercados e feiras tinha alguns dados gerais disponíveis, mas não actualizados e não havia informação específica tal como coordenadas, áreas dos mercados, bancas e vendedores estratificados pelos binómios dentro/fora e fixos/não fixos; e (ii) As entidades municipais locais tiveram que com recurso a meios próprios, fazer elas próprias o levantamento.

OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS: (i) Pelo menor tempo despendido para produzir e enviar a informação solicitada pela equipa de consultores, deixou claro que a autarquia dispunha consigo de alguma informação sobre os mercados e feiras; (ii) Equipas dinâmicas ao nível da área dos mercados e feiras do CAVG, constituiu um factor determinante para a recolha de dados consistentes com os propósitos do estudo.

AMEAÇAS IDENTIFICADAS: O ambiente de insegurança que se vive nas principais vias de acesso para a autarquia, constitui um grande constrangimento para eventuais acções de apoio à planificação e desenvolvimento da edilidade.

MEDIDAS PARA MELHORIA AO LEVANTAMENTO DE CAMPO: Nenhuma medida foi tomada tendo em conta que a equipa não se deslocou ao terreno contudo, os dados enviados foram alvo de uma análise minuciosa de modo a identificar e eliminar quaisquer inconsistências na sua interpretação.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: (i) Maior parte dos mercados formais e informais carece ainda, de infra-estruturas de apoio cruciais para o exercício das actividades dos vendedores de forma condigna no entanto, há esforço da edilidade para melhorar de forma paulatina essas condições; (ii) Tendo em conta a complexa configuração dos espaços dos mercados, situados entre habitações, caminhos, árvores e outras benfeitorias, normalmente fica difícil usar a fita-métrica para medir a sua área no entanto, as entidades locais forneceram estes dados de forma célere; (iii) É importante referir que a edilidade não dispõe de espaços exclusivamente reservados a realização de feiras, ocorrendo estas em mercados em datas comemorativas e feriados desde que a sua realização seja previamente planeada.

3.10 RECURSOS HUMANOS

3.10.1 Introdução

O sucesso de qualquer entidade principalmente pública depende muito da combinação entre quantidade e qualidade dos seus recursos mais valiosos, os humanos. Neste sentido, os municípios e distritos estruturam suas redes de pessoal em função da sua dimensão e condições e estes actuam regidos pela Lei n.º 10/2017, de 1 de Agosto (Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado – EGFAE) e respectivo regulamento, o Decreto-lei n.º 5/2018, de 26 de Fevereiro.

Devido a condicionantes orçamentais a administração pública não tem conseguido munir-se de todos os quadros necessários para seu pleno funcionamento sendo que a nível de Sofala e particularmente dos seus municípios, esta situação não é excepção. Contudo, os que lá existem nem sempre estão distribuídos de forma mais apropriada para responder os desafios próprios das dinâmicas de desenvolvimento em curso. É neste sentido que o trabalho desenvolvido olhou para a situação actual arrolando as potencialidades, fraquezas e melhorias necessárias para uma actuação futura mais acertada, conforme a Tabela seguinte.

3.10.2 Informação Recolhida

Tabela 10: Quadro de análise da informação existente – Recursos Humanos

QUADRO DE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO EXISTENTE			
DESCRITOR		RECURSOS HUMANOS	
INDICADOR	EXISTÊNCIA	FORMATO DIGITAL	OBSERVAÇÕES
Descrição dos RH existentes no município de acordo com área de afectação/serviços prestados e nível académico ou equivalente	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Com fichas previamente concebidas, foram recolhidos dados referentes aos recursos humanos por cada área (vereação) na autarquia, incluindo trabalhos transversais e indirectamente ligados à governação municipal; Inquiridos agentes económicos locais para avaliar o nível de (in)satisfação destes pela actuação dos funcionários e serviços municipais, colher suas opiniões em relação a como o município deveria lidar com as várias matérias de desenvolvimento da autarquia principalmente as actividades económicas
Plano e capacidade interna para suportar custos de formação dos RH do município	Não	N/A	<ul style="list-style-type: none"> Código de Postura Municipal; Estatuto Orgânico do Município; EGFAE (Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado).
Outra informação			<p>Existência de 126 (contra cerca de 138 efectivamente necessários) funcionários na autarquia divididos conforme se segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> Nenhum com nível de doutorado (0,0%); 1 com nível de mestrado (0,8%); 5 com o nível de licenciatura (4,0%); 64 com o nível médio (50,4%); 31 com o nível básico (24,6%); 25 com o nível elementar ou sem qualquer formação (19,8%).

3.10.3 Síntese Crítica

O levantamento para a componente de recursos humanos foi realizado exclusivamente no CAVG pelos diferentes sectores com destaque para a vereação que tutela os RH. Em termos gerais, a seguir são elencadas as diferentes anotações que nortearam esta actividade:

DESAFIOS OBSERVADOS: (i) O sector de RH dispõe de dados já sistematizados, mas houve a necessidade de adequá-los ao modelo solicitado pelos consultores para efeitos deste estudo; e (ii) As entidades municipais locais tiveram que com recurso a meios próprios, fazer elas próprias o levantamento e/ou adequação da informação existente sobre os RH da edilidade.

OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS: (i) Pelo menor tempo despendido para produzir e enviar a informação solicitada pela equipa de consultores, deixou claro que a autarquia dispunha de informação sobre seus RH; (ii) Equipas dinâmicas ao nível da área de RH do CAVG, constituiu um factor determinante para a recolha de dados consistentes com os propósitos do estudo.

AMEAÇAS IDENTIFICADAS: O ambiente de insegurança que se vive nas principais vias de acesso para a autarquia, constitui um grande constrangimento para eventuais acções de apoio à planificação e desenvolvimento da edilidade, incluindo obviamente os RH que são a espinha dorsal para o seu melhor desempenho.

MEDIDAS PARA MELHORIA AO LEVANTAMENTO DE CAMPO: Nenhuma medida foram tomadas tendo em conta que a equipa não se deslocou ao terreno contudo, os dados enviados foram alvo de uma análise minuciosa de modo a identificar e eliminar quaisquer inconsistências na sua interpretação.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: (i) Quase todos os funcionários municipais inquiridos, mostraram preocupação com o aprovisionamento de equipamentos de trabalho, instalações condignas, uniformes e transporte no exercício das suas funções; (ii) O enquadramento profissional e formações de curta duração fazem parte do rol das maiores preocupações dos funcionários autárquicos.

3.11 LESSONS LEARNED

O Levantamento de Campo no município da Gorongosa não decorreu conforme planeado devido aos conflitos armados vivenciados nos últimos meses de 2019. Contudo, foi feito o contacto com o CAVG através do correio electrónico, que se tornou bastante profícuo e eficiente para alguns dos sectores.

Importa salientar as principais lições apreendidas que decorreram deste processo do projecto DIISB Sofala:

- A elaboração da Credencial Oficial da ANAM, solicitando a cooperação dos municípios, foi uma “porta aberta” para o bom funcionamento desta actividade;
- A Equipa do Consultor rapidamente percebeu o constrangimento e o risco para o desenvolvimento do Levantamento de Campo, tendo informado atempadamente o cliente [email remetido 10 de Setembro de 2019];
- Apesar de ter sido disponibilizado o contacto directo com o município, o mesmo surgiu tardiamente, o que impossibilitou uma recolha detalhada da informação necessária para os sectores;

- Apesar de todos os constrangimentos, o Conselho Autárquico da Vila da Gorongosa mostrou-se bastante receptivo e disponível para ajudar o Consultor.

Face ao exposto, é possível perceber que existem um conjunto de procedimentos que poderão e deverão ser novamente aplicadas para um trabalho (levantamento) desta natureza (como seja o exemplo do envio prévio da agenda de temas e informação a recolher), existindo outras que devem ser acauteladas logo ao início.

Verifica-se também, no que se refere a questões de natureza mais técnica, que existem situações identificadas neste trabalho, que não poderão resolvidas (por exemplo recolha de informação que não foi possível efectuar, ou constrangimentos de ordem financeira ou de recursos humanos), sendo apresentadas chamadas de atenção, que devem ser equacionados, para futuros trabalhos.

Por fim, importa ainda salientar, que o desenvolvimento do DIISB Sofala, pode e deve ser partilhado com o município, de forma a colmatar a inexistência de informação.

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]

PARTE II | RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]

1 INTRODUÇÃO / METODOLOGIA

A Parte II do presente documento refere-se ao Relatório de Diagnóstico, apresentação de Propostas de Intervenção e resultados do processo de auscultação no qual, de acordo com os Termos de Referência (TdR), é descrita a situação actual do município da Gorongosa para cada sector em análise.

O relatório divide-se em 4 capítulos principais. O primeiro que corresponde à presente introdução/metodologia, o segundo que corresponde à caracterização e diagnóstico para cada sector sendo precedido de um breve enquadramento territorial do município da Gorongosa, no terceiro capítulo apresenta-se a síntese global e no quarto capítulo os resultados da auscultação pública.

De seguida descreve-se a metodologia seguida nos vários capítulos.

A abordagem para cada um dos sectores, apresentada no **Capítulo 2**, é feita de forma autónoma por subcapítulo sendo que em cada sector são apresentadas:

O diagnóstico – onde é dada resposta aos elementos solicitados no ponto 5.1 e 5.2 dos TdR – Levantamento de dados e informação cartográfica e Diagnóstico de infraestrutura e serviços básicos. Desta forma, em cada um dos sectores apresenta-se a situação actual para cada um dos itens descritos nos TdR, desenvolvida de acordo com a informação recolhida e apresentada na Parte I do presente Relatório. Por forma a sintetizar a abordagem, em todos os sectores, é apresentado no final do subcapítulo um quadro com os pontos fortes e os pontos fracos identificados.

Proposta de matriz de indicadores – onde é dada resposta aos elementos solicitados no ponto 5.3 dos TdR: Matriz de indicadores e linha de base. Desta forma, é apresentada uma matriz de indicadores de monitorização e avaliação do Projecto. Na definição dos indicadores houve a preocupação de estabelecer a situação inicial (T0) e de harmonizar os mesmos com os indicadores do Projecto, cobrindo questões de acesso às infraestruturas, de quantidade e de sustentabilidade.

Intervenções (acções /obras) – onde é dada resposta sectorial aos elementos solicitados no ponto 5.4, dos TdR: Estudo preliminar de infraestrutura e serviços básicos locais através da apresentação de uma proposta de intervenções (acções e obras). Neste âmbito foram estudadas e priorizadas as intervenções (acções e obras) conceptuais (*prefeasibility*) ao nível sectorial e territorial para os municípios. Estas Intervenções (acções e obras) consideram propostas de projectos conceptuais para adopção e/ou complementaridade da infraestrutura e serviços locais visando a melhoria do sector como um todo (acesso, qualidade, sustentabilidade), e áreas específicas onde intervenções integradas são mais urgentes, maior potencial de combate a pobreza e podem trazer um benefício para um número maior da população.

As intervenções são identificadas em cada um dos sectores, distinguindo aquelas que são prioritárias de acordo com os critérios que se apresentam de seguida.

A descrição detalhada das mesmas é apresentada recorrendo a um conjunto de fichas apresentadas no Anexo I. Na Figura seguinte apresenta-se a estrutura das fichas e de seguida a descrição dos diversos campos que as compõem.

Acção															
Tipologia															
Outros Sectores															
Município															
Bairro															
Grau de Prioridade															
Descrição da acção															
Caracterização da acção	<table border="1"> <tr> <td>Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Resultados da acção</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prioridade da intervenção</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prioridade do Município e população local</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Grau de Prioridade</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Estimativa do Custo</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Entidade Responsável</td> <td></td> </tr> </table>	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto		Resultados da acção		Prioridade da intervenção		Prioridade do Município e população local		Grau de Prioridade		Estimativa do Custo		Entidade Responsável	
Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto															
Resultados da acção															
Prioridade da intervenção															
Prioridade do Município e população local															
Grau de Prioridade															
Estimativa do Custo															
Entidade Responsável															
Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):															

Figura 2: Exemplo da estrutura de ficha para as intervenções

- **Acção** – Código da acção bem como designação da mesma.
No que se refere ao número da acção o mesmo é representado por três letras iniciais que se encontram associadas ao sector em análise, seguidas de uma numeração sequencial (esta numeração não tem qualquer significado em termos de grau de prioridade é apenas para a sua identificação), tal como se apresenta de seguida:

Código	Sector
IOT(#)	Uso do Solo e Infraestruturas de Ordenamento do Território
IAB(#)	Sistemas de abastecimento de água ⁵
ISA(#)	Saneamento ⁶
IEN(#)	Protecção contra Enchente e Sistema de Drenagem

⁵ Como referido no Enquadramento, não foi possível efectuar o diagnóstico deste sector, e como tal não foi possível identificar as intervenções necessárias

⁶ Como referido no Enquadramento, não foi possível efectuar o diagnóstico deste sector, e como tal não foi possível identificar as intervenções necessárias

Código	Sector
IER(#)	Protecção contra Erosão e Concentração de Encostas e Taludes
ISV(#)	Sistema Viário, Acessibilidade e Mobilidade ⁷
IRS(#)	Resíduos Sólidos
IEE(#)	Energia Eléctrica, Iluminação Pública e Electrificação Domiciliária ⁸
IMF(#)	Mercados e Feiras
IRH(#)	Recursos Humanos

- **Tipologia** – Identificação da tipologia de acção de acordo com os seguintes tipos: Estudo / Governação / Construção / Financiamento / Capacitação.
- **Articulação com outros sectores** – Identificação das necessidade de articulação com outros sectores, por exemplo quando se menciona no sector rede eléctrica que é necessária a expansão da rede de iluminação pública será necessário articular esta mesma expansão com o previsto nos instrumentos de ordenamento territorial.
- **Município** – Nome do município onde incide a acção, neste caso Gorongosa.
- **Bairro** – Identificação do Bairro onde incide a acção ou seja: Aeródromo, Nhataoa 2, Madibe, Matucudur, Tsuassiona, Nhambondo, Mapumbue.
- **Grau de Prioridade** – Identificação do grau de prioridade da acção que pode variar entre 1 e 25 na medida em que corresponde à multiplicação de outros dois indicadores de acordo com a Tabela seguinte. No âmbito da priorização das intervenções, foram consideradas prioritárias as intervenções cujo graus de prioridade é superior a 16.

⁷ Como referido no Enquadramento, não foi possível efectuar o diagnóstico deste sector, e como tal não foi possível identificar as intervenções necessárias

⁸ Como referido no Enquadramento, não foi possível efectuar o diagnóstico deste sector, e como tal não foi possível identificar as intervenções necessárias

Tabela 11: Matriz de grau de prioridade

			Prioridades DISB				
			Baixa	Média	Media / Elevada	Elevada	Muito Elevada
			1	2	3	4	5
Prioridade já identificada	Baixa	1	1	2	3	4	5
	Média	2	2	4	6	8	10
	Média / Elevada	3	3	6	9	12	15
	Elevada	4	4	8	12	16	20
	Muito / Elevada	5	5	10	15	20	25

Refira-se que os graus de prioridade foram classificados da seguinte forma,

- Prioridade elevada, cuja implementação deve acontecer nos próximos dois anos – valores superiores a 16 (vermelho);
 - Prioridade Média, cuja implementação deve ser iniciada no prazo de 3 a cinco anos – valores entre (laranja);
 - Prioridade baixa – cuja implementação deve ocorrer depois dos cinco anos (branco).
- **Prioridade da intervenção (DIISB)** – Esta prioridade é dada por cada um dos especialistas sectoriais do Consultor e varia entre os valores 1 a 5, em que 1 é a prioridade mais baixa e 5 a prioridade mais alta. O grau de prioridade 5 é atribuído às intervenções que mais contribuem para melhorar o grau de acesso às infraestruturas e serviços locais, potencializar o impacto na redução de pobreza e desigualdade social. Os mesmos foram definidos de acordo com os seguintes critérios:
 - Redução dos maiores riscos a população;
 - Maior número de beneficiários;
 - Maior impacto no território;
 - Essenciais para sustentabilidade do sector.
 - **Prioridade de intervenção (já identificada)** – Esta prioridade é dada pela análise e compatibilização das acções identificadas com os planos e projectos existentes que foram identificados no diagnóstico. Esta prioridade varia de 1 a 5 sendo que um corresponde a prioridade máxima.
 - **Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto** – As intervenções foram classificadas de acordo com os dois eixos de intervenção do projecto:
 - Assistência Técnica ou Capacitação Institucional;

- Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas destinados a municípios e distritos.
- **Descrição da Acção** – Neste campo apresenta-se uma descrição tal completa quanto possível do âmbito da intervenção proposta.
- **Resultados da Acção** – Neste campo apresenta-se o alcance e o resultado que se espera da implementação da intervenção/acção.
- **Estimativa de Custos** – Apresentação da estimativa de custos tendo em conta a descrição da acção.
- **Entidade Responsável** – Identificação da entidade que deverá ser a responsável pela implementação e acompanhamento da intervenção.
- **Figura / esquema** – Nas situações em que é aplicável é neste campo incluído uma figura esquema alusivo à intervenção proposta.

No **Capítulo 3** é apresentada uma síntese global onde é possível aferir de uma forma integrada os resultados apresentados em cada um dos sectores diagnosticados. Por fim, e porque o que estava previsto devia ter sido alvo de um processo de auscultação, no **Capítulo 4** são apresentados os comentários e observações a esse processo.

2 DIAGNÓSTICO

2.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O município da Gorongosa localiza-se na província de Sofala, no distrito da Gorongosa, tal como identificado na Figura 3. Gorongosa situa-se a 200 km o segundo centro urbano de Moçambique – Beira.

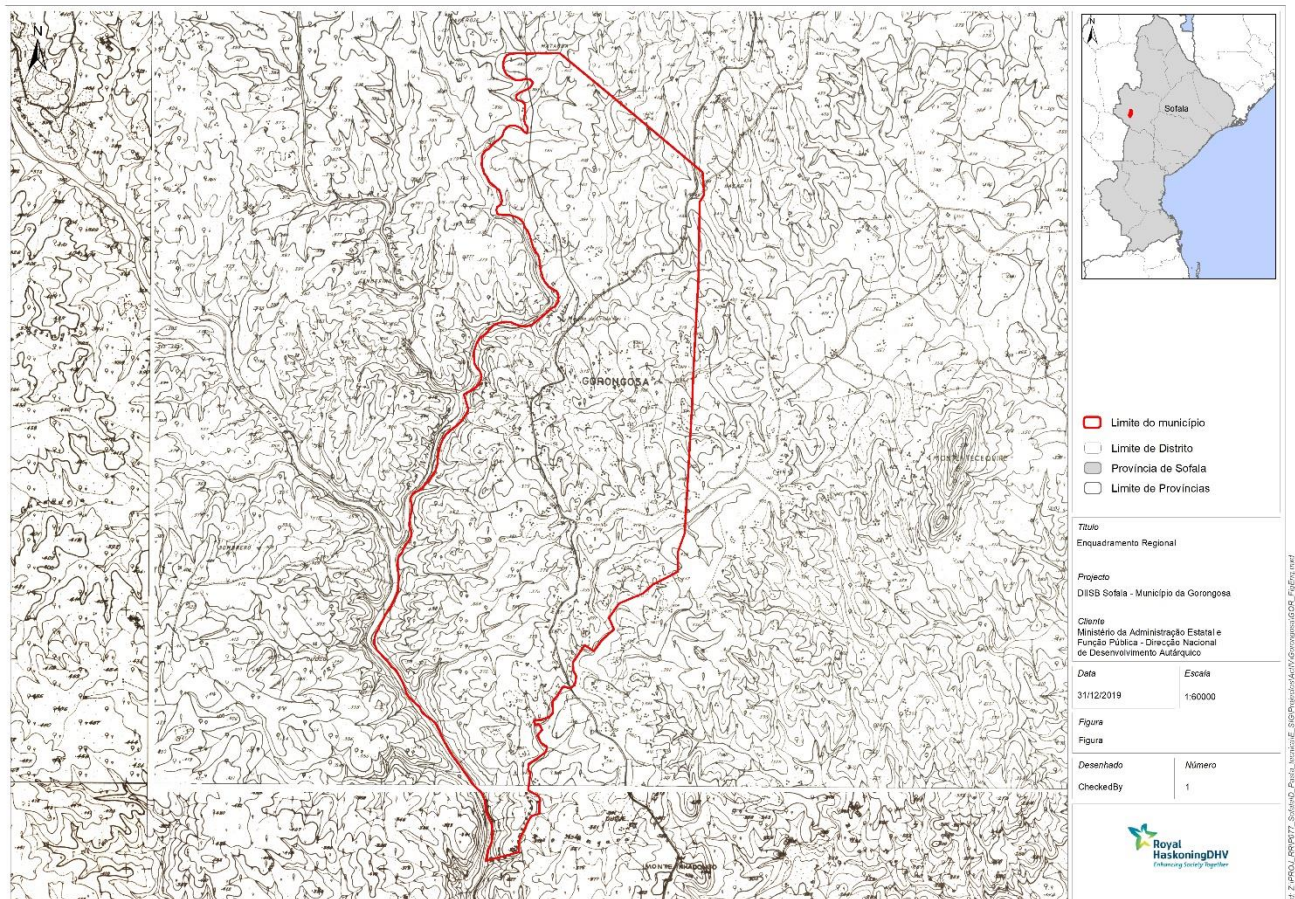


Figura 3: Enquadramento Regional do município da Gorongosa

Gorongosa encontra-se numa posição geográfica bastante privilegiada sob o ponto de vista económico e turístico dado a sua proximidade com o Parque Natural da Gorongosa (cascatas de Murombozi e Serra da Gorongosa) e a sua localização ao longo da Estrada Nacional n.º 1 (EN1) (PEU Gorongosa).

O município é limitado a Norte pelo povoado de Tambarara, a Oeste pelo povoado de Bangorangoma através do rio Nhandare, a Sul pelo povoado de Nhamissongora e a Este pelo povoado de Mangara, tem uma área de 52,2 km² e é constituído por sete (7) bairros, de acordo com o PEU: Aeródromo, Nhataoa 2, Madibe, Matucudur, Tsuassiona, Nhambondo, Mapumbue (Figura 4).

De acordo com a informação disponível em 2007 (Censo 2007) o município tinha cerca de 18 761 habitantes. Importa referir que existem estatísticas populacionais mais recentes – Censo 2017 – porém esta informação ao nível do município não foi disponibilizada, sabendo-se apenas que ao nível do distrito o valor de número de habitantes é de 176 845 habitantes.

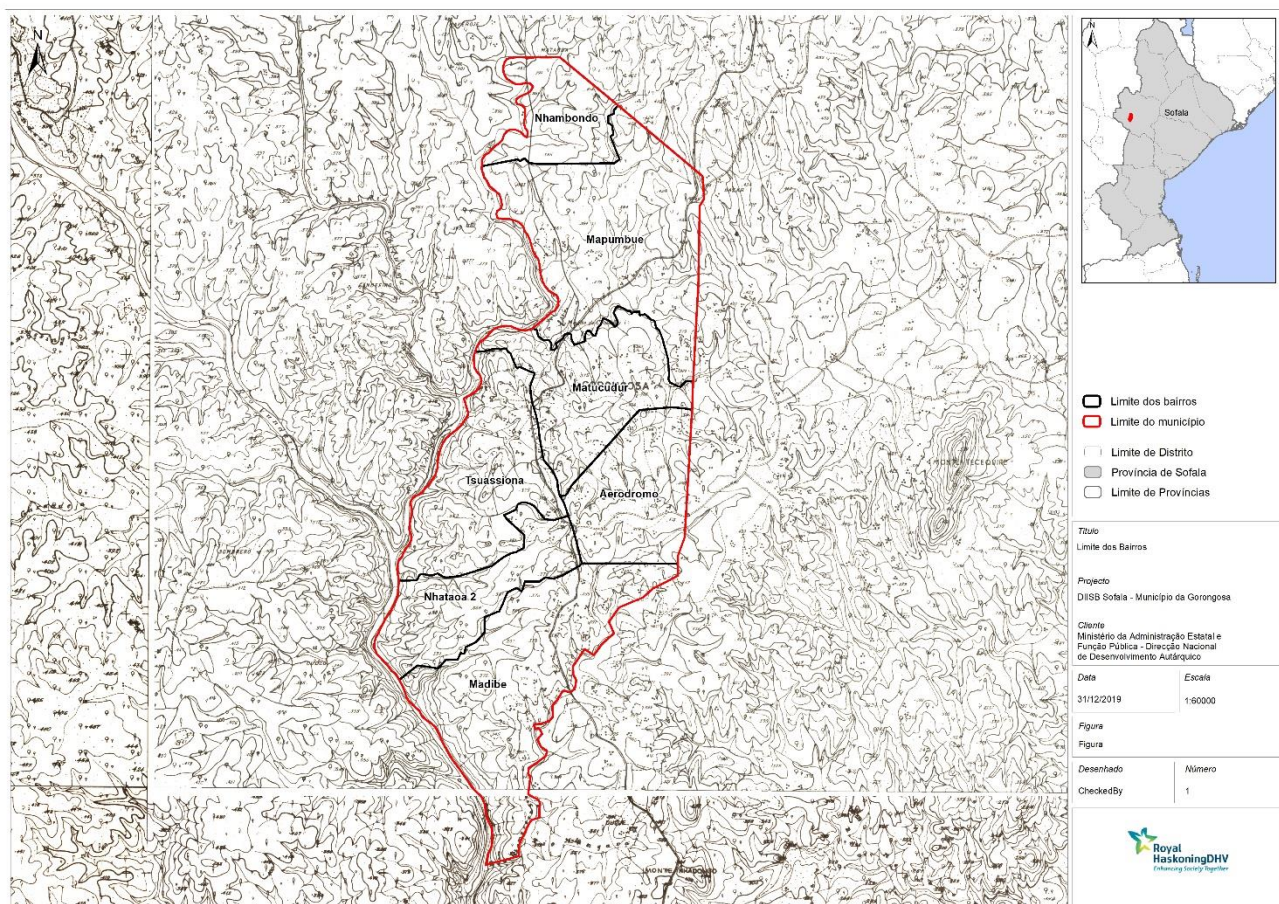


Figura 4: Limite dos bairros do município da Gorongosa

De acordo com o PEU da Gorongosa, a distribuição da população pelos bairros é bastante díspar, sendo o bairro de Matucudur o mais populoso com 6 655 hab, seguindo-se o Tsuassiona com 4 691 hab e o Mapombue com 4 4469 (Tabela 12). A concentração nestes bairros deve-se fundamentalmente à existência de infraestruturas e equipamentos sociais.

Tabela 12: N.º habitantes por bairro no município da Gorongosa (PEU)

	Área km ²	N.º Habitantes 2007	Den. Pop. 2007 (hab/km ²)
Madibe	11,21	1783	159,1
Aeródromo	5,66	1163	205,5
Tsuassiona	7,79	4691	602,2
Matucudur	6,63	6655	1003,8
Mapombue	12,19	4469	366,6
Nhambondo	3,60	-	-
Nhataoa 2	5,11	-	-
Município Gorongosa	52,2	18 761	359,4

Fonte: Plano de Estrutura Urbana da Gorongosa

2.2 USO DO SOLO E INFRAESTRUTURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2.2.1 Caracterização

A avaliação do ordenamento do território pressupõe intrinsecamente a monitorização e avaliação estratégica e operacional do sistema de planeamento, no âmbito do desempenho e execução dos diversos instrumentos de ordenamento territorial e respectivos impactos sobre o território. Nesse sentido, é objectivo do sector “Uso do Solo e Infraestruturas de Ordenamento do Território” avaliar e caracterizar o estado de arte do mesmo, nomeadamente nos pontos solicitados nos TdR, tal como apresentado nos parágrafos seguintes e que se encontram representados nas Plantas 01 e Planta 02 (Planta com os limites dos IOT presentes no município e Planta com a proposta de uso actual do solo).

1. Identificar e mapear os instrumentos de ordenamento territorial (PEU, PGU/PPU, PPs, PDUT) já aprovados (data de aprovação e ratificação) ou em revisão/elaboração

De acordo com o Regulamento da Lei do Ordenamento do Território, aprovado pelo Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho, o sistema de gestão territorial organiza-se em quatro âmbitos, para os quais são aqui identificados os Instrumentos de Ordenamento Territorial (IOT) que incidem no município da Gorongosa (Figura 5):

- **O Nacional** – é concretizado através do Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT) e dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT). O PNDT “*é o instrumento que define e estabelece as perspectivas e as directrizes gerais que devem orientar o uso de todo o território nacional e as propriedades das intervenções à escala nacional*”. Os PEOT “*são instrumentos que estabelecem os parâmetros e as condições de uso das zonas com continuidade espacial, ecológica, económica e interprovincial*”⁹.
- **O Provincial** – é concretizado através dos Planos Provinciais de Desenvolvimento Territorial (PPDT) “*de âmbito provincial ou interprovincial, que estabelecem a estrutura de organização espacial do território de uma ou mais provinciais, e definem as orientações, medidas e as acções necessárias ao desenvolvimento territorial, assim como os princípios e critérios específicos para a ocupação e utilização do solo nas diferentes áreas, de acordo com as estratégias, normas e directrizes estabelecidas ao nível nacional*”¹⁰.
- **O Distrital** – é concretizado pelos Planos Distritais de Uso da Terra (PDUT) “*que estabelecem a estrutura da organização espacial do território de um ou mais distritos, com base na identificação de áreas para os usos preferenciais e definem normas e regras a observar na ocupação e uso do solo e a utilização dos seus recursos naturais*”¹¹.
- **O Autárquico** – é concretizado através dos Planos de Estrutura Urbana (PEU), pelos Planos Gerais de Urbanização (PGU), pelos Planos Parciais de Urbanização (PPU) e pelos Planos de Pormenor (PP). O PEU “*é o instrumento que estabelece a organização espacial da totalidade do território*”

⁹ Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho | Regulamento da Lei do Ordenamento do Território

¹⁰ Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho | Regulamento da Lei do Ordenamento do Território

¹¹ Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho | Regulamento da Lei do Ordenamento do Território

do município e autarquia de povoação, os parâmetros e as normas para a sua utilização, tendo em conta a ocupação actual, as infra-estruturas e os equipamentos sociais existentes e a implantar e a sua integração na estrutura espacial regional¹²”. O PGU “é o instrumento que estabelece a estrutura e qualifica o solo urbano na sua totalidade, tendo em consideração o equilíbrio entre os diversos usos e funções urbanas, define as redes de transporte, comunicações, energia e saneamento, e os equipamentos sociais, com especial atenção às zonas de ocupação espontânea como base sócio-espacial para a elaboração do plano¹³”. O PPU “é o instrumento que estabelece a estrutura e qualifica o solo urbano parcialmente, tendo em consideração o equilíbrio entre os diversos usos e funções urbanas, define as redes de transporte, comunicações, energia e saneamento, e os equipamentos sociais, com especial atenção às zonas de ocupação espontânea com base sócio-espacial para a elaboração do plano¹⁴”. O PP “é o instrumento que define com pormenor a tipologia de ocupação de qualquer área específica do centro urbano, dispondo sobre usos do solo e condições gerais de edificações, o traçado das vias de circulação, as características das redes de infra-estruturas e serviços, quer para novas áreas ou para áreas existentes, caracterizando as fachadas dos edifícios e arranjos dos espaços livres¹⁵”.

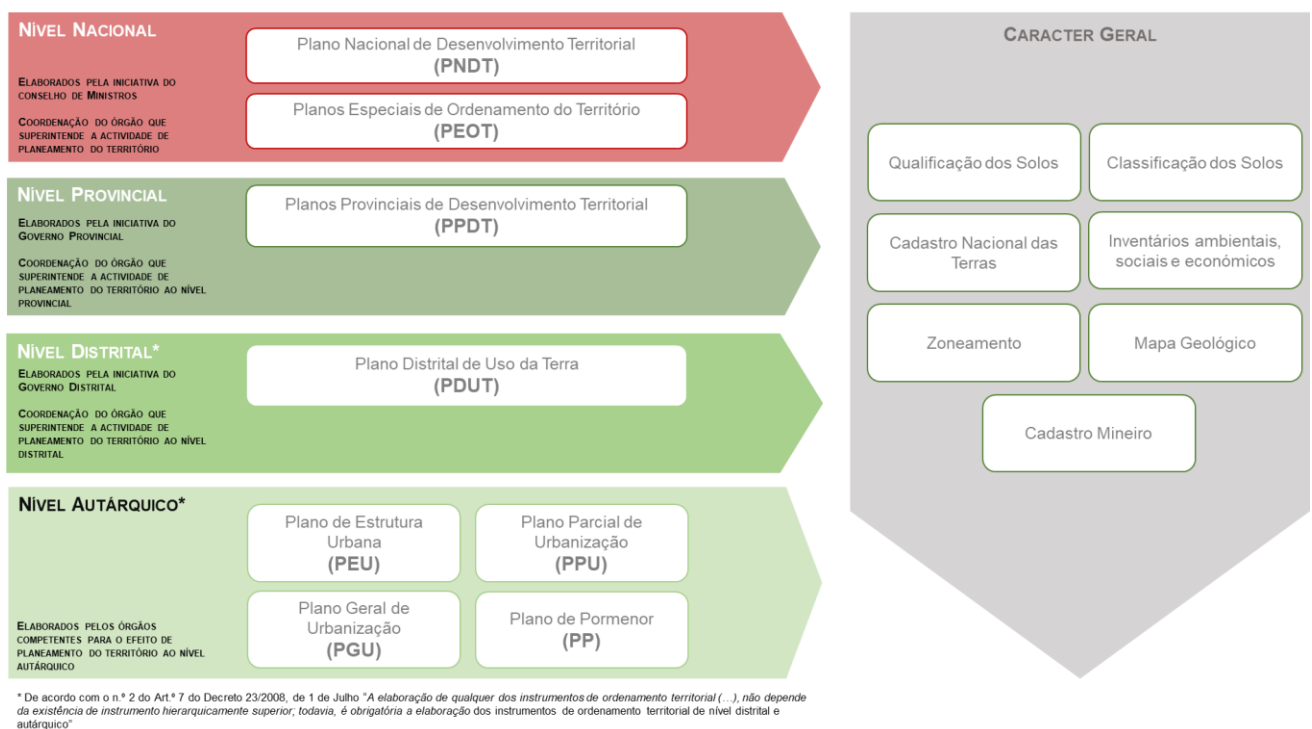


Figura 5: Níveis de intervenção e os instrumentos de ordenamento do território (baseado na Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho e no Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho)

¹² Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho | Regulamento da Lei do Ordenamento do Território

¹³ Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho | Regulamento da Lei do Ordenamento do Território

¹⁴ Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho | Regulamento da Lei do Ordenamento do Território

¹⁵ Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho | Regulamento da Lei do Ordenamento do Território

Conforme referido no n.º 2 do Art.7 do Decreto n.º 23/2008, de 1 de Julho, “a elaboração de qualquer dos instrumentos de ordenamento territorial (...), não depende da existência de instrumento hierarquicamente superior; todavia, é obrigatória a elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial de nível distrital e autárquico”. Desta forma, na Tabela 13 apresentam-se IOT que se encontram aprovados, em revisão ou em elaboração com incidência no distrito da Gorongosa e no município da Gorongosa, e que foram disponibilizados pelas entidades em formato digital.

Para além dos Instrumentos identificados no Decreto, identificam-se outros planos / programas com relevância para o território.

Tabela 13: Identificação dos IOT com incidência no município da Gorongosa

IOT	Estado	Âmbito Territorial	Incidência do município	Obs.
Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT)	Em elaboração	Nacional	Sim	
Plano Provincial de Desenvolvimento do Território Sofala (PPDT)	Concluído	Provincial	Sim	
Plano Distrital de Uso da Terra Gorongosa (PDUT)	Concluído	Distrito	Sim	
Plano de Estrutura Urbana Gorongosa (PEU) (2015) ¹⁶	Concluído	Municipal	Sim	
Plano de Pormenor Aeródromo (Unidade B e C)	A concluir	Municipal	Sim	Não foi disponibilizada IG
Plano de Pormenor Vunduzi*	Concluído	Municipal	Não	Não foi disponibilizada IG
Plano de Pormenor de Madibe	A concluir	Municipal		Foi mencionado na entrevista
Outros planos / programas				
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sofala	Concluído	Provincial	Sim	
Plano Provincial de Desenvolvimento do Território (Sofala)	Concluído	Provincial	Sim	
Plano Estratégico de Desenvolvimento da Gorongosa (2010-2020)	Concluído	Distrito	Sim	
Perfil do Distrito da Gorongosa	Concluído	Distrito	Sim	

* IOT para os quais não foi possível identificar a área exacta

¹⁶ Foi referido no questionário respondido que este instrumento de ordenamento territorial foi elaborado em 2015 junto com o apoio da Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental de Sofala, Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial. Foi deliberado e Aprovado pela Resolução n.º 15/AM/2015 por Unanimidade da VI Sessão Ordinária da Assembleia Municipal aos 31 de Março de 2015. Para término deste instrumento, a Autarquia está a fazer uma nota de envio de solicitação de pareceres aos órgãos que superintendem para devida continuidade e formalização do mesmo assim como sua Ratificação.

Para além dos acima identificados, o Concelho Autárquico da Vila de Gorongosa referiu a existência de mais um PP, no entanto, não foi disponibilizada informação digital à Equipa de Especialistas do Consultor.

Na Planta 01 são apresentados os limites dos IOT de âmbito municipal (com exceção do PEU) presentes no município que foram possíveis identificar e de cartografar.

2. Mapear dentro dos limites administrativos dos municípios nas áreas cobertas e não cobertas por planos de ordenamento territorial

Como se verifica nos parágrafos anteriores, o município da Gorongosa é abrangido pelos instrumentos de ordenamento do território supramunicipais – PNDDT, PPDT de Sofala e PDUT da Gorongosa –, estando também abrangido pelo Plano de Estrutura Urbana do município da Gorongosa.

No que se refere aos restantes planos, de abrangência municipal – Plano Parcial de Urbanização, Plano Geral de Urbanização e Planos de Pormenores – verifica-se a existência de apenas um PP passível de ser cartografado dentro dos limites administrativos. Em todo o caso, e de acordo com a informação das entidades, existem mais 3-4 PP.

O município da Gorongosa, para além de ter em vigor o PEU encontra-se coberto em apenas 1,4% de PP (tendo em conta a informação passível de ser cartografada), estando desprovido de instrumentos que estabeleçam e qualifiquem o solo urbano na sua totalidade ou parcialmente (PGU e PPU). O PEU tem assim a obrigação de estabelecer e organizar espacialmente a totalidade do território, definindo os parâmetros e as normas para a sua utilização (Tabela 14).

Tabela 14: Identificação dos IOT com incidência no município da Gorongosa e respectivas áreas

IOT	Área do IOT (km²)	Cobertura no município
Nível Nacional		
PNDDT	788 629	100%
Total ao nível Nacional		100%
Nível Provincial		
PPDT Sofala	68 018	100%
Total ao nível Provincial		100%
Nível Distrital		
PDUT Gorongosa	6 764	100 %
Total ao nível Distrital		100%
Nível Autárquico		
PEU da Gorongosa (2015)	52,2	100%
PP Aeródromo (Unidade B e C)	0,72	1,4%
Total ao nível Autárquico		0,72* 1,4%
Outros Planos / Programas		
Perfil do Distrito da Gorongosa	6 764	100%
Plano Estratégico de Desenvolvimento da Gorongosa (2010-2020)	6 764	100%

IOT	Área do IOT (km ²)	Cobertura no município
Perfil do Distrito da Gorongosa	6 764	100%
Total de outros planos / programas		100%

** sem contabilizar o PEU*

3. Uso do solo, identificando as áreas de assentamentos informais (ordenados e irregulares); zonas de reassentamentos, áreas comerciais, industriais, agrícolas, residenciais; equipamentos públicos e comunitários, espaços de lazer e de desporto, património do estado, reservas do estado, e zonas de risco, etc., e levantamento do valor patrimonial

Para a identificação do uso do solo do município (áreas de assentamentos informais, zonas de reassentamentos, áreas comerciais, industriais, agrícolas, residenciais; equipamentos públicos e comunitários, espaços de lazer e de desporto, património do estado, reservas do estado, e zonas de risco, etc., e levantamento do valor patrimonial), foi feita, em primeira instância, a análise da informação proveniente dos IOT municipais que foram disponibilizados, nomeadamente o PDUT e o PEU da Gorongosa. Adicionalmente considerou-se também a informação disponível no *site* do Banco Mundial (<https://www.mozgis.gov.mz>) (Tabela 15 e Figuras 6, 7, 8).

Note-se, que de acordo com o CAVG, a monitorização do uso do solo é feita a partir da elaboração dos Instrumentos de Ordenamento Territorial, garantindo uma melhor gestão e uso sustentável.

Tabela 15: Uso do Solo actual de acordo com o PDUT, PEU e Banco Mundial

IOT	Uso do Solo	Área (km ²)	% da área
PDUT Gorongosa			
	Cadastro Mineiro	26,98	51,68%
	Campos Cultivados	22,63	43,35%
	DUAT	2,60	4,98%
PEU Gorongosa*			
	Área habitacional não urbanizada	16,83	32,23%
	Área administrativa e serviços	0,20	0,38%
	Área Comercial	0,05	0,09%
	Área de uso condicionado	17,58	33,67%
	Área Rural Agrícola	17,55	33,63%
Banco Mundial			
	Artificial	35,88	68,74%
	Cultivada	9,37	17,95%
	Natural	6,95	13,32%
Município da Gorongosa		52,2	100%

** as áreas foram delimitadas pelo Consultor, tendo como base a planta em formato pdf. De acordo com a informação do Relatório do PEU o balanço das áreas é um pouco dispar do aqui apresentado*

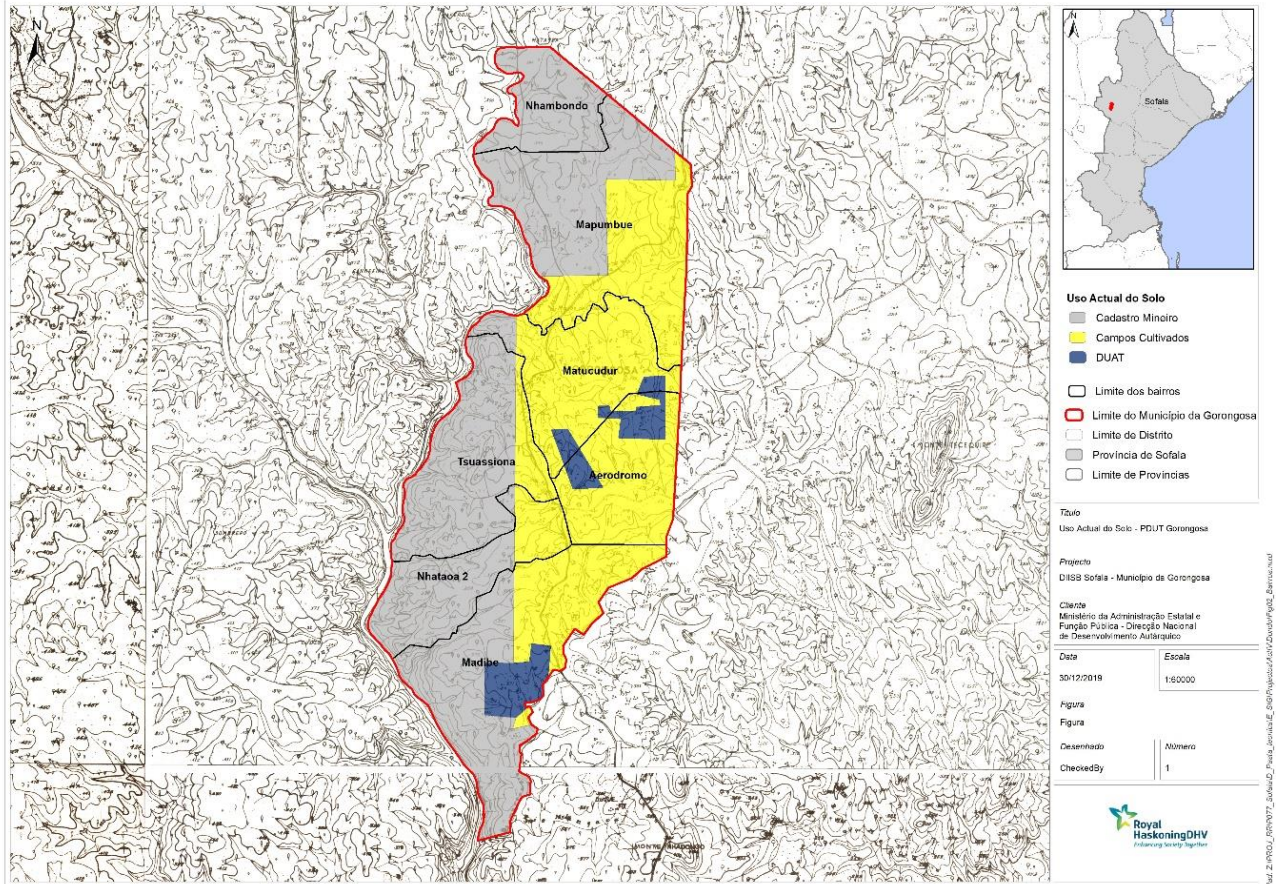


Figura 6: Uso do Solo, fonte: PDUT Gorongosa

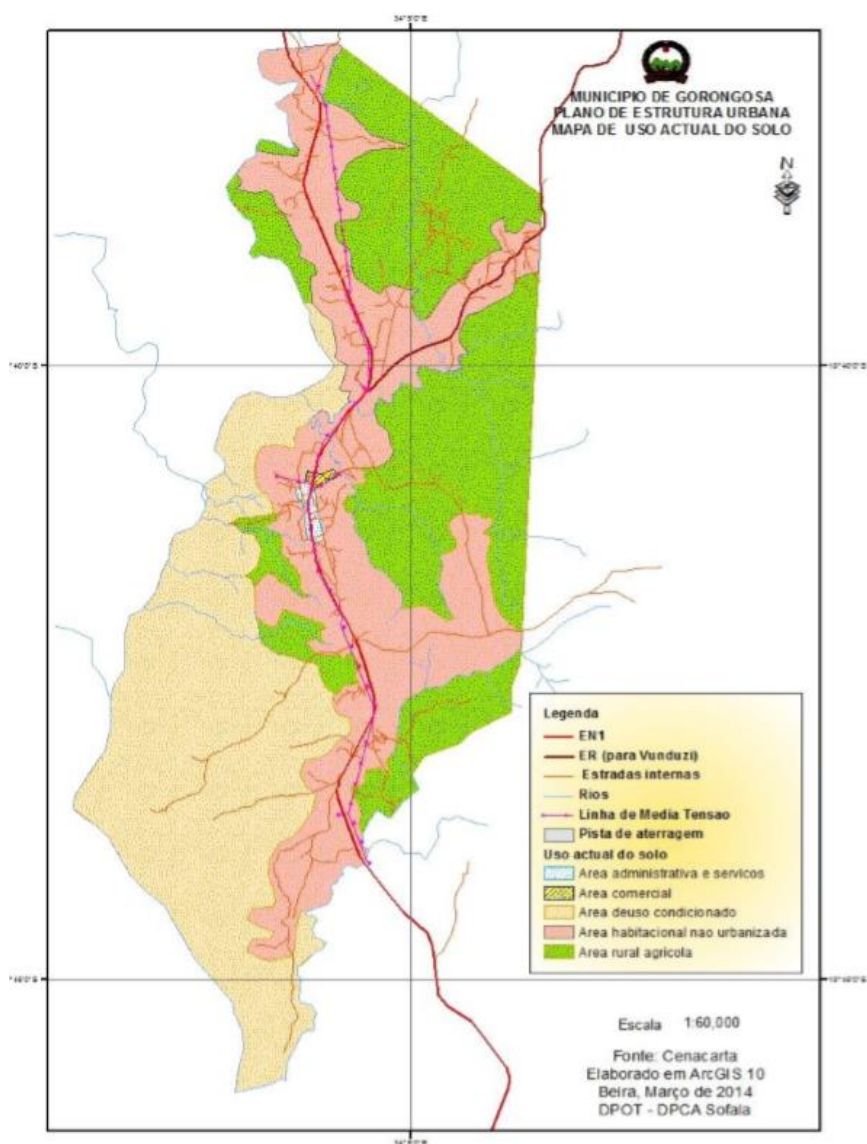


Figura 7: Extracto da planta do Uso do Solo, fonte: PEU Gorongosa

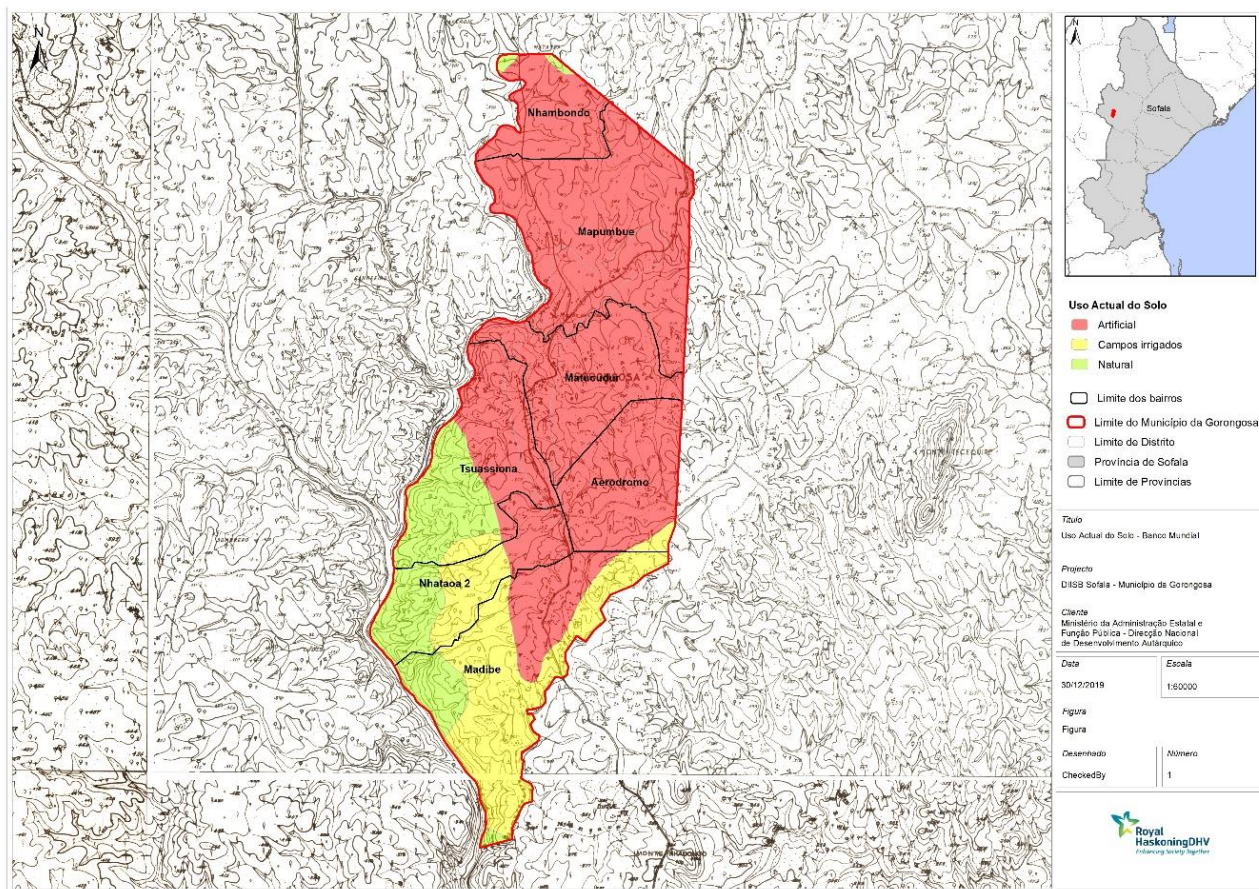


Figura 8: Uso do Solo, fonte: Banco Mundial

O PDUT para a área da Gorongosa considera como principais usos da terra os ‘campos cultivados’, ‘cadastro mineiro’ e os DUAT. Apesar desta informação não constatar na Planta do Uso do Solo no Diagnóstico do PDUT (2013), existe uma enorme intervenção humana no uso do solo assim como um crescimento da área habitacional.

De acordo com o Relatório do PEU da Gorongosa, o município apresenta as seguintes classes de uso do solo:

- Área urbana:** zona central da urbe na qual “... estão concentrados usos diferenciados, desde os serviços administrativos, comércio formal, informal e turismo. (...) Estão concentrados nesta zona as infraestruturas de abastecimento de água e rede de energia eléctrica, rede de iluminação pública, as redes viárias de acesso relativamente definidas e com uma pavimentada. A área urbanizada é caracterizada por possuir uma ocupação ordenada e com infra-estruturas consolidadas e de construção convencional dispersas, casas de alvenarias para habitação, serviços e comércio.” (PEU Gorongosa)
- Área semi-urbana:** “trata-se de uma vasta área distinguida por um nível de implementação e particularmente, a ocupação do espaço é bastante deficiente.” (PEU Gorongosa)

- **Área não urbanizada:** caracteriza-se por possuir uma ocupação informal bem como usos do solo desarticulados, corresponde a áreas com um deficit de infraestruturas e equipamentos de prestação de serviços básicos. A ocupação do solo é tipicamente dispersa.

Importa salientar que o mapa e o balanço das áreas do uso do solo actual presentes do PEU não correspondem inteiramente ao definido nos pontos acima identificados.

Resumindo, verifica-se que o PDUT não identifica áreas urbanas, caracterizando o território, na sua totalidade, como rural. Porém, o PEU e o Banco Mundial, caracterizam o território em cerca de 66% e 69%, respectivamente, como áreas urbanas / artificializadas, classificando a restante área como zona rural.

Estas disparidades evidentes, nas plantas de uso actual do solo de cada documento – PDUT, PEU e BM – suscitam a necessidade de avaliar criteriosamente os usos do solo actual tendo como base os ortofotomapas, disponíveis no software GIS. Para tal, tomou-se como ponto de partida a informação proveniente do PEU (uma vez que se considera que se trata do plano que tem maior detalhe - 1:50 000) e analisou-se zona a zona, fazendo-se alterações/afecções aos limites.

Nos pontos seguintes caracterizam-se os usos identificados:

- **Zona Rural**
 - Restante zona rural: áreas rurais com pouca ou nenhuma modificação do território (zonas ribeirinhas, florestais) mas também áreas com prática agrícola.
 - Áreas de edificação dispersa: áreas rurais com construções pontuais, sem infraestruturas (Figura 9).

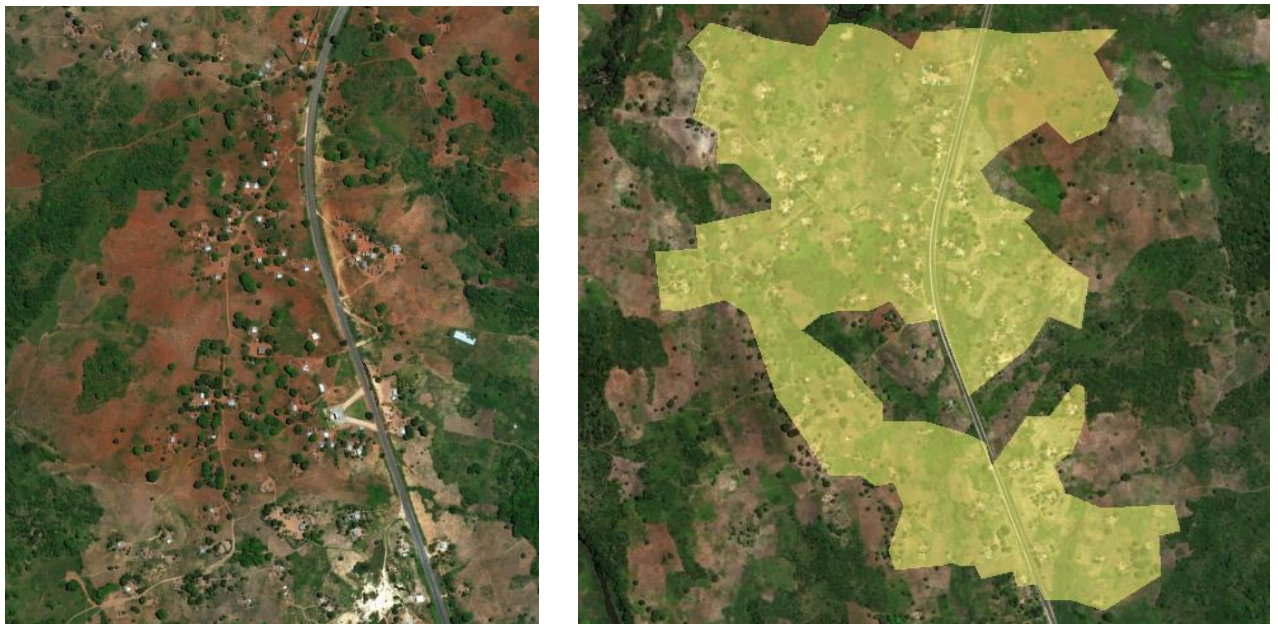


Figura 9: Exemplo de área de edificação dispersa

- **Zona Urbana**

- Área semi-urbana densamente edificada: área com cariz formal a informal com uma elevada densidade de construções (Figura 10).

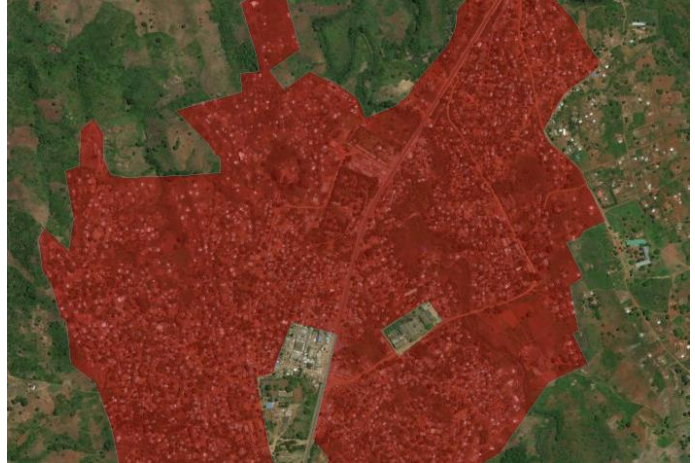


Figura 10: Exemplo de semi-urbana densamente edificada

- Área semi-urbana pouco edificada: área urbana com cariz informal e com baixa densidade de construção (Figura 11).

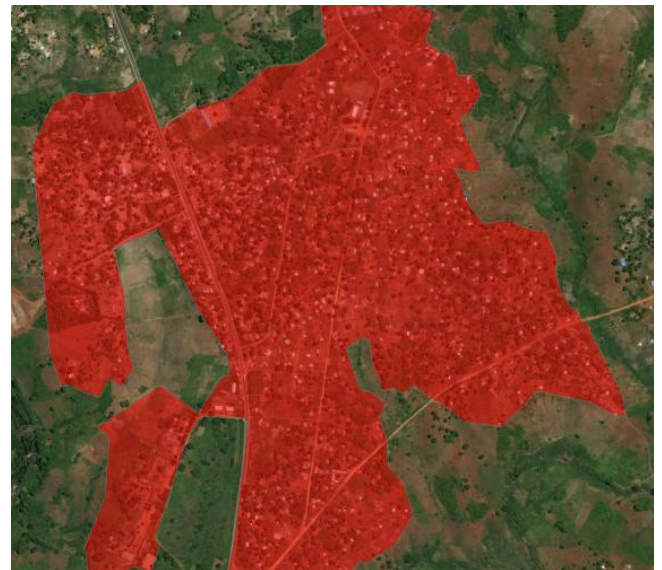


Figura 11: Exemplo de semi-urbana pouco edificada

- Área administrativa e serviços: áreas urbana consolidada onde se encontram os principais serviços e equipamentos administrativos (tendo como base o proveniente nas classes do uso actual da Planta do PEU) (Figura 12).



Figura 12: Exemplo de área administrativa e serviços

- Área Comercial: zonas com a identificação de mercados formais e informais (tendo como base o proveniente nas classes do uso actual da Planta do PEU) (Figura 13).



Figura 13: Exemplo de área comercial

- Equipamentos: áreas de equipamentos desportivos e escolares identificáveis (Figura 14).



Figura 14: Exemplo de área comercial

- Zona de infraestruturas: áreas onde se evidenciam ainda infraestruturas aeroportuárias (Figura 15).



Figura 15: Exemplo de área comercial

Na Tabela 16, e na Planta 02, apresentam-se as áreas totais dos usos do solo aferidos. Verifica-se que mais de 90% é solo rural, ao invés dos 33% que o PEU da Gorongosa definiu, e apenas 9% é zona com cariz urbano.

Tabela 16: Área do Uso do Solo aferida

Uso do Solo	Área (km²)	% da área do município
Zona Urbana	4,69	8,98%
<i>Área semi-urbana densamente edificada</i>	<i>2,91</i>	<i>5,57%</i>
<i>Área semi-urbana pouco edificada</i>	<i>1,52</i>	<i>2,91%</i>
<i>Área administrativa e serviços</i>	<i>0,12</i>	<i>0,23%</i>
<i>Área Comercial</i>	<i>0,01</i>	<i>0,02%</i>
<i>Equipamentos</i>	<i>0,03</i>	<i>0,05%</i>
<i>Zona de infraestruturas</i>	<i>0,10</i>	<i>0,20%</i>
Zona Rural	47,51	91,02%
<i>Área de edificação dispersa</i>	<i>6,54</i>	<i>12,52%</i>
<i>Restante Zona Rural</i>	<i>40,97</i>	<i>78,50%</i>

Ressalva-se a importância de se aferir com maior detalhe a delimitação correcta das áreas identificadas. Este trabalho deve ser efectuado pelo município através de Levantamento de Campo aliado ao trabalho em gabinete, com recurso ao GIS.

4. Mapa de superposição de ocupação actual x domínios legais do território, e desconformidades jurídico-legais (ex. disputas de limites geográficos dos municípios)

Não foi possível recolher informação relativamente aos domínios legais do território e desconformidades jurídico-legais.

No entanto, face ao trabalho em gabinete realizada, é possível constatar a necessidade de se limitar com rigor os limites administrativos dos bairros e consequentemente o limite do município. Verifica-se, face à dinâmica evidenciada de ocupação do território, que existem construções para além dos limites administrativos definidos no PEU da Gorongosa.

Esta situação poderá criar situações de desconformidades jurídico-legais.

5. Identificar o tipo, nível e eficiência do cadastro de terra ao nível dos municípios: i) se os municípios possuem cadastro de terra em funcionamento, e se este é manual ou informatizado; ii) Identificar o nº de talhões registados e nº de talhões por registar, no cadastro (manual e/ou no sistema); Especificar se o cadastro da terra está interligado com o cadastro de finanças para a cobrança de taxas relacionadas com a terra (IPRA) etc.

A identificação do tipo, nível e eficiência do cadastro de terra ao nível da Gorongosa não foi possível de realizar, porém, de acordo com o inquérito respondido, por parte do CAVG, foi possível detectar que a autarquia possui um sistema de Controlo Digital e Físico que posteriormente é colocado no Sistema de Rede Interno e conservados os respectivos processos de cadastro dentro de cacifos¹⁷.

6. Identificar qual a média mensal de atribuição de DUAT (Provisórios e definitivos) e regularizações

A Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro estabelece os termos em que se opera a constituição, exercício, modificação, transmissão e extinção do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT), indicando que a “a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada”. No entanto o DUAT é conferido às pessoas singulares ou colectivas tendo em conta o seu fim social.

Posteriormente foi aprovado, através do Decreto n.º 66/98, de 8 de Dezembro, o Regulamento da Lei de Terras que refere que nas zonas de protecção parcial – áreas de domínio publico – não pode ser adquirido o DUAT, com excepção de pessoas singulares nacionais nos aglomerados urbanos nas zonas fronteiriças. Nas zonas de domínio público só é permitido o exercício de determinadas actividades mediante emissão de licenças especiais.

Ao nível de aquisição de DUAT, o regulamento detalha o seguinte:

“Art.9º Aquisição de DUAT pelas comunidades Locais

- 1. “As comunidades locais que estejam a ocupar a terra segundo as praticas costumeiras adquirem o direito de uso e aproveitamento de terra;*
- 2. Exceptuam-se os casos em que a ocupação recai sobre áreas reservadas legalmente para qualquer fim ou seja exercida nas zonas de protecção parcial;*
- 3. Quando necessário ou a pedido das comunidades locais, as áreas onde recaia o direito de uso e aproveitamento da terra adquirido por ocupação segundo as praticas costumeiras, poderão ser identificadas e lançadas no Cadastro Nacional de Terras, de acordo com os requisitos a serem definidos num Anexo Técnico .*

Art.º 10 Aquisição de DUAT por ocupação de boa-fé por pessoas singulares nacionais

- 1. As pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos, adquirem o direito de uso e aproveitamento da terra;*

¹⁷ Foi mencionado que neste momento a Autarquia está com insuficiência de cacifos para a conservação dos processos.

2. Exceptuam-se os casos em que a ocupação recaia sobre áreas reservadas legalmente para qualquer fim ou seja exercida nas áreas de protecção parcial;

3. Quando necessário ou a pedido dos interessados, as áreas onde recaia o direito de uso e aproveitamento da terra adquirido por ocupação de boa fé, poderão ser identificadas e lançadas no cadastro nacional de terras, de acordo com os requisitos a serem definidos num Anexo Técnico¹⁸”

O pedido de registo de direito de uso e aproveitamento da terra deve ser feita aos Serviços de Cadastro, competindo aos Serviços, que superintendem as actividades económicas para as quais foi pedido o terreno, emitir um parecer técnico sobre o plano de exploração. Porém, “se a informação contendo o parecer técnico não for emitida até 45 dias após a solicitação dos Serviços de Cadastro, o processo será submetido ao Governador Provincial com a indicação sobre esse facto¹⁹”. Por outro lado, “quando a competência para autorização do pedido não for do Governador Provincial, os Serviços de Cadastro solicitarão informações complementares às instituições centrais que tutelam a actividade que o requerente pretende realizar²⁰”.

De acordo com o PEU “o Conselho Municipal da Vila da Gorongosa, através do seu sector de Construção e Urbanização é responsável pelo cadastro das terras, embora haja algumas dificuldades técnicas. Este sector procede a tramitação processual dos requerimentos de pedidos de direito de uso e aproveitamento de terra, mas há evidencias aplicadas na reorganização e capacitação dos técnicos afectos na área. Actualmente, existe uma grande pressão do sector de cadastro na procura de solo para habitação.

“A forma de acesso à terra para os diferentes usos com realce para agricultura na zona peri-urbana é feita com base consuetudinária dentro das comunidades. Outra via consiste na base de herança e boa fé entre as famílias.”

Da informação proveniente do CAVG foi referido que no processo de emissão de DUAT, após a entrada do pedido de atribuição, a Autarquia leva em média 7 (sete) dias laborais para a emissão dos mesmos. Tendo sido mencionado pela Autarquia, que em média são emitidos 9 (nove) DUAT definitivos por mês e uma média de 19 (dezanove) DUAT provisórios por mês.

7. Identificar e analisar quais os desafios que o município encontra no funcionamento e prestação deste serviço

De acordo com a informação fornecida pelo CAVG, o município referiu os seguintes desafios que se colocam no funcionamento e na prestação ordenamento do território:

1. A ratificação do Plano de Estrutura Urbana;
2. A Elaboração dos Planos de Pormenor nos bairros de Aeródromo Madibe.

Adicionalmente, o município indicou quais as principais debilidades, limitações e ameaças que se colocam hoje à acção governativa e que têm impacto directo no território:

¹⁸ Decreto n.º 66/98, de 8 de Dezembro

¹⁹ Decreto n.º 66/98, de 8 de Dezembro

²⁰ Decreto n.º 66/98, de 8 de Dezembro

- A tensão Política;
- A falta de verbas e/ou financiamentos para a implementação dos Planos.

Por sua vez, o PEU Gorongosa identifica como principais problemas o uso e a ocupação desordenada do espaço. *“Os assentamentos informais da Vila tendem a crescer nos últimos anos tendo em conta que este centro urbano constitui o único pólo de atracção de pessoas a nível do distrito. A falta de elaboração e conseqüente implementação de planos de ordenamento espacial conduz ao desenvolvimento da Vila sem observância de normas de uso e ocupação dos espaços. Outra conseqüência da falta de planos é edificação de casas sem obedecer os afastamentos recomendados em relação às vias de acesso construções habitacionais em baixo de linha energética de alta tensão.”*

O PDUT Gorongosa, apesar de ser de âmbito distrital, refere como problemas:

- Falta de instrumentos para ordenamento territorial;
- Conflitos de usos da terra entre actividades agrícolas e mineiras.

Em suma, os principais desafios do município, face ao funcionamento e prestação deste serviço, são: o uso e ocupação desordenada e a falta de instrumentos de ordenamento do território.

8. Identificar o valor anual / verba no município e distrito destinada à operacionalidade dos serviços de ordenamento territorial e cadastro da terra

Da recolha de informação realizada pelo Consultor, não foi possível identificar o valor anual, no município nem no distrito, destinado à operacionalidade dos serviços de ordenamento territorial e cadastro da terra. No entanto, de acordo com a Proposta de Orçamento de Estado 2019 (OE 2019) submetido à Assembleia da Republica (<http://www.dno.gov.mz/#nogo>) foi possível perceber que o município da Gorongosa tem uma despesa 16.418.840 MZN para investimentos de iniciativa autárquica, podendo assumir que parte desse montante se destinará a serviços de ordenamento do território. Esta informação deve ser detalhada com a administração local.

Ressalva-se que o CAVG referiu a falta de verba e/ou financiamento para a implementação de Planos de Ordenamento do Território.

9. Mapeamento das áreas com atribuição de DUAT, e sem atribuição de DUAT

Apesar de ter sido mencionado, por parte do CAVG, a existência de emissão de pedidos de DUAT, os mesmos não foram disponibilizados à Equipa do Consultor.

Contudo, na consulta à DNT foi possível recolher, em formato vectorial, a informação relativa dos DUAT existentes. Adicionalmente, e conforme apresentado no Ponto 2., o PDUT (2014) apresenta a delimitação de alguns DUAT.

Dos DUAT identificados no PDUT (2012), verificou-se a existência de 3 áreas de DUAT, correspondendo a uma área total incidente no município da Gorongosa de 2,6 km². Esta informação não apresenta qualquer caracterização (ano de pedido, requerente, estado, etc.).

Da informação geográfica disponibilizada pela DNT, verifica-se a existência de 10 pedidos com uma área total de 1027,35 km², com incidência no município em cerca de 46,62 km² – 89% da superfície do município (Tabela 17):

Tabela 17: DUAT existentes no município da Gorongosa

Requerente	Estado do Processo	Ano do Pedido	N.º de pedidos	Área (km ²)	Área no município (km ²)
Associação	Provisório	2014	1	0,20	0,20
Comunidade	Tramitação / Definitivo	2017	1	1027,01	46,28
Instituição do Estado	Provisório	2007	6	0,06	0,06
Pessoa Singular / Empresa Singular	Provisório	2000	1	0,02	0,02
		2002	1	0,05	0,05

Comparando as duas informações, verificam-se discrepâncias, quer na área total quer nos limites (Figura 16).

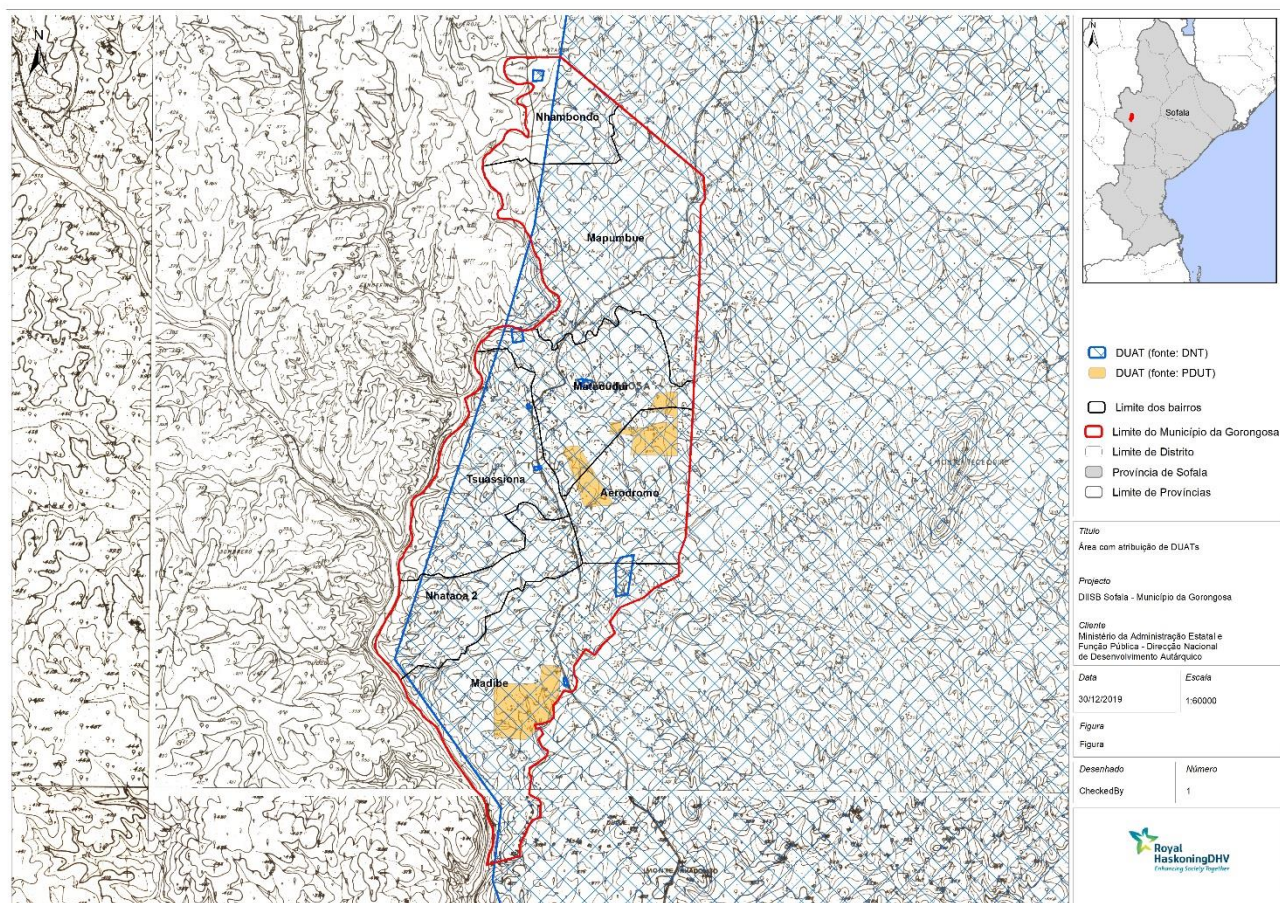


Figura 16: Mapeamento das áreas com atribuição de DUAT (Fonte: PDUT e Direcção Nacional das Terras)

Considerando a informação proveniente do CAVG (emissão de 9 DUAT definidos e de 19 DUATS provisórios por mês) e comparando-a com a informação do PDUT e da DNT verifica-se que há uma lacuna de informação bastante grande.

10. Efectuar o levantamento cadastral do n.º de DUAT que estão de acordo com os PPs

A metodologia realizada, para determinar o levantamento cadastral do n.º de DUAT que estão de acordo com os PP, passou pela sobreposição dos talhões definidos para o PP Aeródromo (Unidade B e C) e os DUAT provenientes da DNT e do PDUT.

Conforme a Figura 17 verifica-se que existe sobreposição apenas entre as áreas de atribuição de DUAT, da DNT, com os talhões definidos no PP. Porém, o DUAT em causa compreende uma área que extravasa a área do PP, podendo concluir-se que não existe qualquer relação entre ambos.

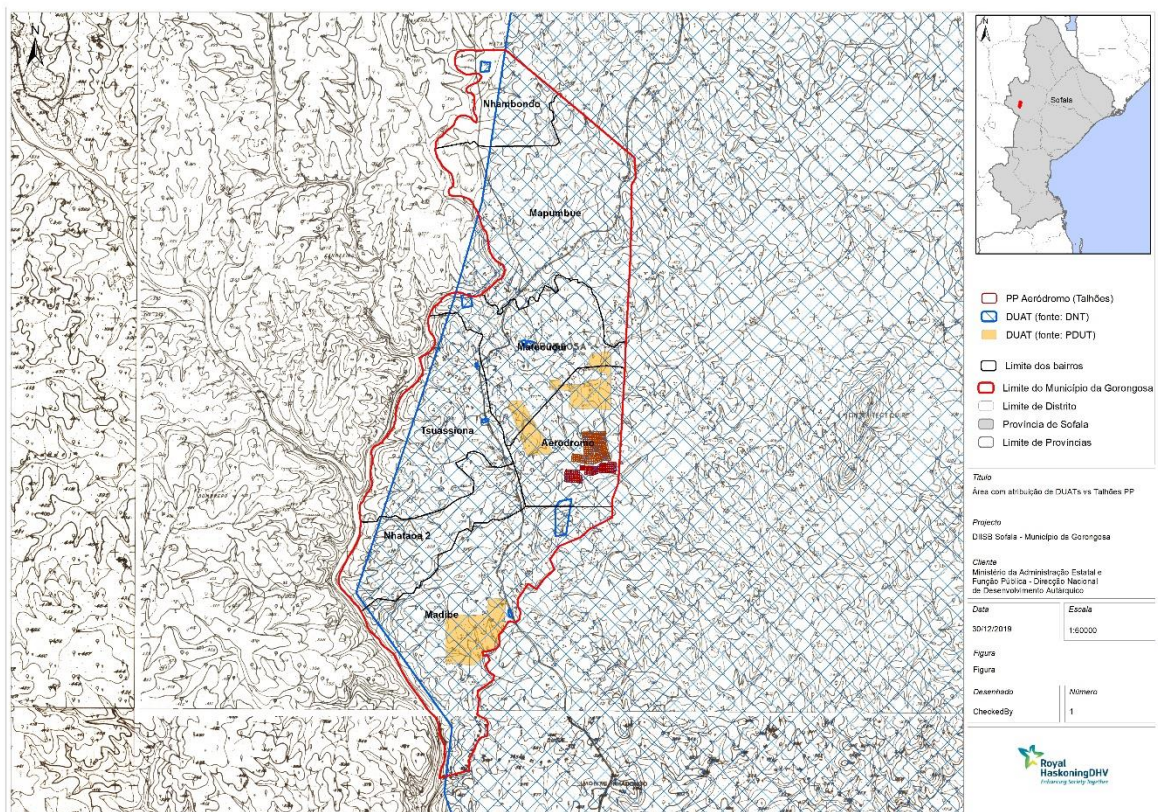


Figura 17: Sobreposição do PP Aeródromo e as áreas com atribuição de DUAT

11. Efectuar o levantamento simplificado do valor de mercado da terra tanto no nível do DUAT/Solo urbano, como da propriedade

De acordo com o Art.º 41, do Decreto n.º 66/98 de 8 de Dezembro, são devidas taxas de autorização e anuais a pagar pelos requerentes e titulares do DUAT em conformidade com a Tabela seguinte:

Tabela 18: Valor das Taxas

	Valor
Autorização provisória	600 000 MZN
Autorização definitiva	½ do valor da taxa de autorização provisoria
Taxa anual	30 000 MZN/ha

O Art.º 41 refere ainda que “os *ajustamentos das taxas anuais, relativos à localização e dimensão dos terrenos e a finalidade do seu uso, serão calculados pela aplicação dos índices*”, em conformidade com a tabela seguinte:

Tabela 19: Índices para os ajustamentos da taxa anual relativos à localização e dimensão dos terrenos e finalidade do seu uso

	Índice
Localização: Província de Maputo	2,0
Terrenos confrontantes com as:	
Zonas de protecção parcial	1,5
Zonas prioritárias de desenvolvimento	0,5
Restantes zonas	1,0
Dimensão até 100 ha	1,0
De 101 a 1000 ha	1,5
Superior a 1000 ha	2,0
Finalidade do uso: Associações com fins de beneficência	0,5

“As *peçoas singulares nacionais beneficiarão da redução do valor das taxas anuais pela aplicação do índice*”, sendo este índice de 0,8 aplicável a taxa anual devida. [para o cálculo estimado não foi considerado esta redução de valor]

Uma vez que não foi possível obter informação mais detalhada dos DUAT definidos no PDUT, optou-se por determinar o valor simplificado de mercado da terra tendo como base os DUAT provenientes da DNT e as Tabelas anteriores. Nesse sentido, aplicando os índices e as taxas atrás referidas, determinou-se um valor do mercado na ordem dos 91,69MZN/ha (Tabela 20).

Importa referir que não foi possível confrontar as áreas dos DUAT com as zonas de protecção parcial e com as zonas prioritárias de desenvolvimento, uma vez que as mesmas não foram fornecidas pelo município.

Tabela 20: Cálculo do valor simplificado do mercado da terra tendo como base os DUAT requeridos*

Requerente	Estado do Proc.	Ano Ped.	Área (km ²)	Área (ha)	T.Auto	T.Auto	V. Ano	Anos DUAT	T. Anual	T. à data
					MZN	MZN	MZN			
					[provisória]	[definitiva]	30 000 * IA	[2019- AnoPedido- 1]	[Valor Ano * Anos de DUAT]	[taxa provisória+Total Anual]
Associação	Provisório	2014	0,02	20,22	600 000		15 000	4	60 000	660 000
Comunidade	Definitivo	2017	1027,01	102701,22	600 000	300 000	60 000	1	60 000	960 000
		2007	0,01	0,72	600 000		30 000	11	330 000	930 000
Instituição do estado	Provisório	2007	0,01	0,59	600 000		30 000	11	330 000	930 000
		2007	0,00	0,40	600 000		30 000	11	330 000	930 000
		2007	0,00	0,37	600 000		30 000	11	330 000	930 000
		2007			600 000		30 000	11	330 000	930 000

Requerente	Estado do Proc.	Ano Ped.	Área (km ²)	Área (ha)	T.Auto	T.Auto	V. Ano	Anos DUAT	T. Anual	T. à data
					MZN	MZN	MZN			
					[provisória]	[definitiva]	30 000 * IA	[2019- AnoPedido- 1]	[Valor Ano * Anos de DUAT]	[taxa provisória+Total Anual]
		2007	0,04	3,92	600000		30000	11	330000	930 000
		2007	0,00	0,36	600000		30000	11	330000	930 000
Pessoa Singular/ Empresa Singular	Provisório	2000	0,02	2,21	600000		30000	18	540000	1 140 000
		2002	0,05	5,34	600000		30000	16	480000	1 080 000
TOTAL			1 027,23	102 735,36						9 420 000
										Valor MZN/ha 91,69

Nota: os cálculos foram feitos tendo como base a área total do limite dos DUAT e não da área referente ao município* [para o cálculo estimado não foi considerado a taxa de redução de valor]

12. Identificar projectos de infraestrutura em implementação ou previstos na área ou que afectem a área de intervenção e sua área de influência directa e indirecta

Para a identificação dos projectos de infraestruturas em implementação ou previstos no município da Gorongosa, foram analisados os diversos IOT presentes no território, tendo-se apenas identificado propostas de intervenções no PDUT, PEU, PP Aeródromo. Foi também analisado o PEDD.

Na Tabela seguinte apresentam-se os objectivos / projectos direccionados para o uso do solo e ordenamento do território. Ressalva-se, que não foi possível obter informação relativa ao grau de implementação.

Tabela 21: Identificação de projectos / objectivos em implementação ou previstos na área do município da Gorongosa

PDUT da Gorongosa	<ul style="list-style-type: none"> - Submissão do Plano Distrital de Uso da Terra a após a conclusão do sua elaboração para o parecer de Conformidade pela entidade provincial que subentende área de planeamento territorial; - A aprovação do PDUT pelo Governo Distrital legitimando as propostas de uso de solo e respectivas estratégias de desenvolvidas definidas; - A ratificação do Plano pelo Governo Provincial nos termos da legislação do Ordenamento do Território, como instrumento de planificação, com vista a orientar a execução das acções de desenvolvimento preconizadas pelo Governo do Distrito; - A aceitação e adopção do Plano pelos diferentes agentes económicos e pela sociedade civil, em geral; - Realização de uma ampla campanha de publicação do plano aos diferentes grupos sociais e económicos e de interesses, incluindo as comunidades aos diferentes níveis territoriais; - A adopção do PDUT como instrumento estratégico de planificação e base para a elaboração de Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital e outras ferramentas; - A integração de acções constantes no PDUT, no PEDD e nos planos sectoriais, particularmente as potencialidades e constrangimentos; - A planificação e direccionamento de investimentos e outras iniciativas, públicas e privadas, de acordo com o preconizado no PDUT;
--------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implementar os Planos de área específica definidos na Proposta do Uso do Solo; - Promover a construção, expansão e manutenção de infra-estruturas e equipamentos sociais conforme o previsto no PDUT.
<p>PEU da Gorongosa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação e ratificação do PEU pela Assembleia Municipal local e Ministério da Administração Estatal-MAE - Requalificação da área central da vila incluindo mudanças de usos do campo de futebol e pista de aterragem que se encontra neste momento cercada por construções habitacionais. - A requalificação da área central deverá também incluir a terminal de transportes rodoviários. - Reordenamento dos bairros de ocupação espontânea deverá consistir na abertura de vias de acesso e criação de espaços para implementação de infraestruturas e equipamento social - Melhoramento da rede vária interna existente e abertura de novas vias - Melhoramento da rede de drenagem de águas pluviais - Expansão da rede do sistema de abastecimento de água potável (furos) tendo em conta a construção da barragem e estação de captação de água a partir do rio Nhandar - Criação de áreas verdes particularmente, ao longo dos rios e riachos que atravessam a Vila de modo que estes sítios sirvam de zonas de purificação do ar e recintos de lazer. - Melhoramento de infra-estruturas e equipamento social existentes e construção de novos serviços para o atendimento básico - A elaboração de planos de pormenor para áreas de expansão constitui um processo de carácter contínuo durante a vigência deste plano.
<p>PP Aeródromo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do Plano de Pormenor pelo Governo Municipal e sua ratificação nos termos da legislação do Ordenamento do Território, como instrumento de planificação, com vista a orientar a execução das acções de desenvolvimento preconizadas pelo Governo Municipal; - Adopção do plano pelos diferentes agentes económicos e pela sociedade civil em geral; - Realizar uma ampla campanha de publicação do plano. - Estabelecimento das bases financeiras para a construção, expansão e manutenção de infraestruturas e equipamentos sociais das novas zonas de urbanização; - Atribuição de terrenos a entidades e pessoas singulares que os solicitem, de acordo com propostas fundamentadas e que respeitem os instrumentos de gestão territorial (planos). - Introduzir taxas de urbanização em função da aptidão de cada zona proposta com o objectivo de: i. Valorizar o solo urbano, permitindo a sua própria gestão; ii. Oferecer serviços ligados à gestão do solo urbano para o público naqueles locais; iii. Investir no solo urbano.
<p>PEDD da Gorongosa 2010-2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar o plano de distribuição de talhões até ao final do ano 2014: i. Identificação de locais para demarcação de talhões, ii. Demarcação de talhões - Promover a construção de casas condignas: - Sensibilizar os residentes do distrito em mudar o tipo de construção precária para casas condignas

Face ao expostos na caracterização acima descrita, é possível identificar os principais pontos fracos e pontos fortes latentes no território da Gorongosa.

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> - Existência do PEU em vigor e de estratégias de desenvolvimento municipal - Monitorização do uso do solo tendo como base a elaboração dos IOT, garantindo a melhor gestão e uso sustentável
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de eficácia dos instrumentos do território existentes, aliado ao facto de não serem desenvolvidos outros IOT de âmbito municipal (PP, PPU, PGU) - Existência de um tecido urbano diverso e desigual, com ocupação informal e bastante disperso, existindo áreas com um processo de “alastramento descontrolado” - Falta de controlo e monitorização das acções / intervenções propostas nos diversos IOT - Falta de aderência entre os DUAT pedidos e o território

2.2.2 Proposta de matriz de indicadores

Face à caracterização atrás identificada, importa identificar alguns indicadores para futura monitorização. Nesse sentido, a Tabela seguinte identifica três indicadores, e para estes a respectiva situação actual (T0) e onde se pretende chegar daqui a 5-10 anos (objectivo).

Tabela 22: Proposta de matriz de indicadores para o Uso do Solo e Ordenamento do Território

	T (0)	Objectivo
Uso do Solo e Ordenamento do Território		
N.º de IOT no município	4-5	> 5
N.º de Emissão de DUAT	10*	Mais 50% face ao existente
Média mensal de atribuição de DUAT	9	Mais 50% face ao existente

* com base na informação da DNT

2.2.3 Intervenções

Face ao diagnóstico efectuado cumpre agora definir intervenções (acções) que contribuam para resolver os problemas / desafios identificados no subcapítulo 2.2.1, bem como que permitam concretizar os objectivos constantes nos indicadores apresentados no subcapítulo anterior.

Para este sector foram definidas 5 intervenções cuja descrição completa é apresentada nas fichas constantes no Anexo I. As intervenções são enumeradas de seguida (a negrito identificam-se as consideradas prioritárias):

- IOT01 Avaliar as desconformidades Jurídico-legais
- **IOT02 Elaborar / implementar / Fiscalizar / Monitorizar os IOT**
- **IOT03 DUAT (Emissão, Fiscalização e Taxas)**
- IOT04 Sistema e gestão do Ordenamento do Território e Uso do Solo

- IOT05 Produzir uma carta do uso do solo detalhada de forma a ser feita uma monitorização e gestão do território

Uma abordagem global das intervenções propostas é efectuada no capítulo 3.

2.3 SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Tal como mencionado nos capítulos anteriores, face ao cenário de insegurança que se vive na zona da Gorongosa, não foi possível fazer o levantamento no local (que implicaria vários dias de permanência dos Especialistas da Equipa do Consultor no terreno).

Em alternativa, foi feita a recolha bibliográfica de informação existente e foi solicitada ao município, bem como aos diversos serviços (via telefone e via correio electrónico) a informação específica que pudesse apoiar os diversos Especialistas na caracterização e diagnóstico.

Infelizmente, relativamente ao sector em análise, independentemente das várias insistências, não foi recebida a informação solicitada, razão pela qual não é possível proceder à elaboração do diagnóstico e conseqüentemente da identificação das acções e intervenções.

O Consultor tem clara noção que esta situação põe em causa a concretização dos objectivos do projecto. Todavia, entende que fez tudo o que estava ao seu alcance para minimizar o constrangimento.

2.4 SANEAMENTO

Tal como mencionado nos capítulos anteriores, face ao cenário de insegurança que se vive na zona da Gorongosa, não foi possível fazer o levantamento no local (que implicaria vários dias de permanência dos Especialistas da Equipa do Consultor no terreno).

Em alternativa, foi feita a recolha bibliográfica de informação existente e foi solicitada ao município, bem como aos diversos serviços (via telefone e via correio electrónico) a informação específica que pudesse apoiar os diversos Especialistas na caracterização e diagnóstico.

Infelizmente, relativamente ao sector em análise, independentemente das várias insistências, não foi recebida a informação solicitada, razão pela qual não é possível proceder à elaboração do diagnóstico e conseqüentemente da identificação das acções e intervenções.

O Consultor tem clara noção que esta situação põe em causa a concretização dos objectivos do projecto. Todavia, entende que fez tudo o que estava ao seu alcance para minimizar o constrangimento.

2.5 PROTECÇÃO CONTRA ENCHENTE E SISTEMA DE DRENAGEM

2.5.1 Caracterização

Tal como para os sectores apresentados anteriormente, a caracterização do serviço de protecção contra cheias e sistema de drenagens naturais é formulada com base nos pontos apresentados pelos TdR do projecto (alínea e) do ponto 5.1).

Antes da descrição propriamente dita, interessa perceber os seguintes conceitos definidos no âmbito deste projecto:

- **Enchente:** Mais comumente designado por Cheia. Trata-se de uma situação em que os níveis de água estão acima do normal, podendo causar inundações de áreas ocupadas pelo homem trazendo prejuízos. Este cenário pode ocorrer num ambiente natural (rio, lagoa, etc.) ou num ambiente modificado pelo homem (cidade, estradas, valas, etc.). Quanto maior a cheia, maior os prejuízos que podem advir deste fenómeno. As cheias podem ser causadas por precipitação directa no local ou por transbordo de um rio/lago causando o espalhamento das águas e inundação, afectando geralmente as áreas em cotas mais baixas;
- **Sistema de drenagem:** É um sistema de canais naturais (riachos, rios e todas as linhas de água de menor dimensão) e/ou lagoas naturais que, no contexto do presente trabalho, ocorrem no interior da área Municipal e ao seu redor.

A seguir descrevem-se os vários aspectos relacionados com o serviço de protecção contra cheias e sistema de drenagens naturais, seguindo ordem dos pontos apresentados nos termos de referência.

1. Identificar a existência de Projectos, planos, regulamentos e posturas de drenagem e resiliência climática (cheias, erosão etc.), e/ou de expansão e monitoria dos serviços ao nível local (municípios)

Em relação a projectos, os técnicos do município de Gorongosa tem em mente algumas ideias para minimização das inundações causadas pelas cheias, mas estas ideias ainda não estão em formato de projecto contendo desenhos de construção, especificações técnicas para os materiais e trabalhos, orçamentos, etc.

O Consultor não identificou nenhum desenvolvimento a nível deste município para os aspectos relacionados com planos, regulamentos e posturas de drenagem e resiliência climática.

No que concerne a posturas de drenagens o Consultor identificou a ARA-Centro (Administração Regional de Águas do Centro) como sendo a entidade responsável por velar pela integridade da rede de drenagens naturais desta região, olhando para o sistema também como um meio receptor das descargas provenientes das actividades a nível municipal.

A actividade da ARA-Centro neste aspecto é regida pelo Decreto n.º 43/2007 de 30 de Outubro, designado de Regulamento de Licenças e Concessões de Águas. O Artigo 97.º-c) proíbe a poluição das redes de drenagem naturais e impõe sanções para casos de descarga de resíduos ou despejo de efluentes sem a respectiva licença ou, mediante licença, mas em local diferente do demarcado pelos organismos competentes ou em quantidades superiores às autorizadas.

No que diz respeito à monitoria ou planos de expansão da cobertura destes serviços, o Consultor não identificou nenhum mecanismo nem instrumento para tal a nível deste município.

2. Identificar os modelos de gestão no município e (directa, delegada, privatizada, etc.), tipo de sistema de controle e fiscalização existente para garantir o pleno funcionamento do sector, seu grau de efectividade, fraquezas

Este município faz uma gestão directa do serviço de protecção contra cheias. A gestão é mínima pois a região não é afectada pelas cheias. Dado o tamanho do município (relativamente reduzido) e a baixa probabilidade de inundação, é aceitável que a gestão seja directa.

O controle e a fiscalização é feita pelos técnicos do município que, apesar do seu numero reduzido, dão cobertura ao trabalho.

A maior limitação é a falta de meios de transporte para as operações de controle e manutenção das linhas de água.

Também foram identificadas limitações em termos de recurso humanos capacitados na matéria de hidráulica urbana, o que torna maior o desafio de implementação de uma boa gestão deste serviço.

3. Realizar o mapeamento da abrangência, tipo, padrão, e hierarquização dos sistemas de controle de enchentes e drenagem oficiais e não oficiais, no interior da área de intervenção, e sua relação com as redes do entorno

Uma vez que não há ocorrência de cheias no município não foram identificadas infra-estruturas especificamente construídas para minimizar o impacto de cheias. Existem valas de drenagem que estão associadas a construção da estrada nacional EN1 e que contribuem para a drenagem das águas para as linhas de água naturais.

O mapa na Figura 18 ilustra a rede de drenagem natural e a sua ligação com a rede hidrográfica do entorno. Tratando se de uma zona com relevo acentuado a rede de drenagem é mais densa. Este rede de drenagem local conecta-se ao rio Nhandare que escoas todas as águas para jusante do município.

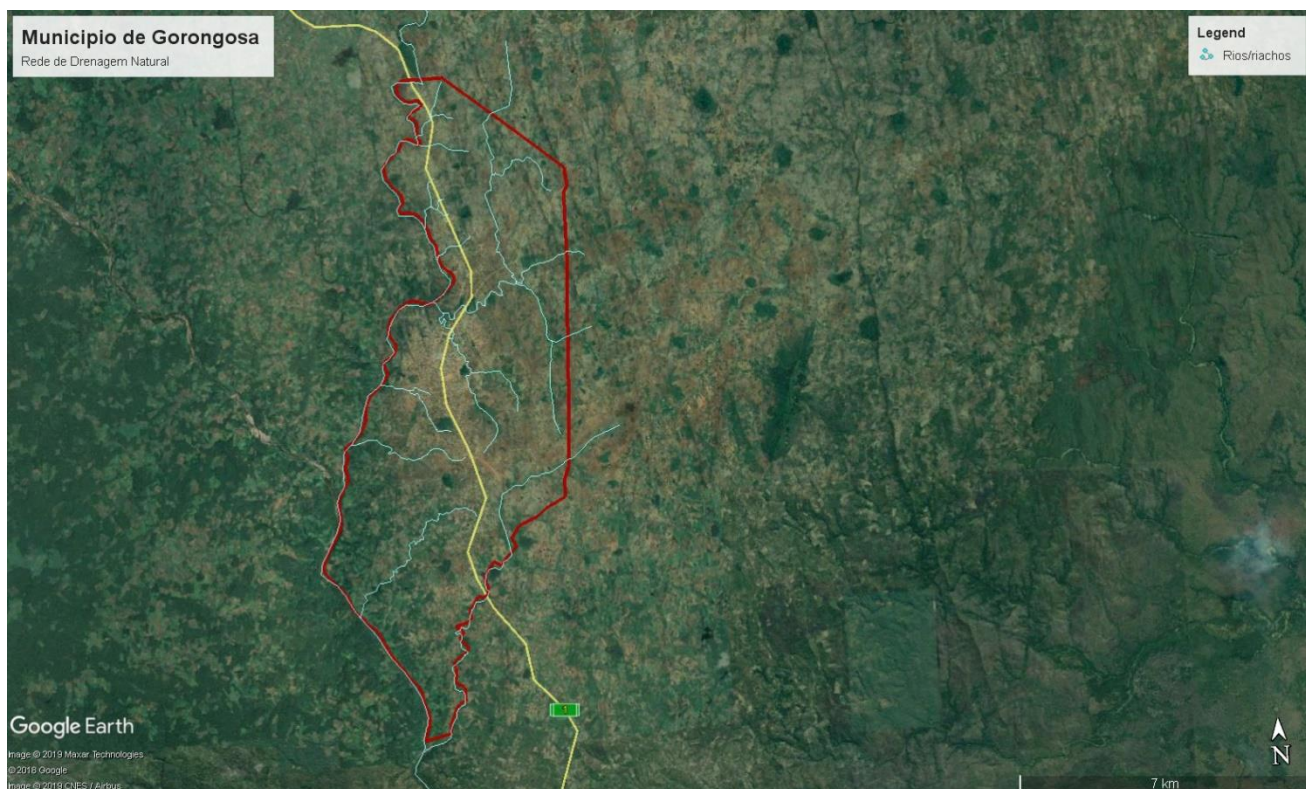


Figura 18: Rede de Drenagem do município de Gorongosa

Conforme se pode ver no mapa topográfico ilustrado na Figura 19, a topografia do terreno é bastante acentuada com uma rede de drenagem densa. Com estas características no terreno garante-se uma drenagem rápida das águas por gravidade para as linhas de água que de seguida escoam para fora da área municipal.

O limite Oeste deste município é o rio Vunduzi (incluindo os seus afluentes mais ao Norte – rio Nhandare e rio Chitunga, conforme ilustrado no mapa topográfico acima). Dada a ocorrência de vários riachos na área municipal que permitem a drenagem rápida do terreno (no sentido Este-Oeste) o município não sofre de problemas de inundação.

A estrada EN1 atravessa o município de Gorongosa no sentido Norte-Sul. Portanto, para garantir a drenagem natural do terreno no sentido Este-Oeste sem obstrução foram construídas algumas pontes e culverts ao longo desta estrada EN1. Após uma análise documental não foram identificadas nenhuma obstruções ao escoamento.

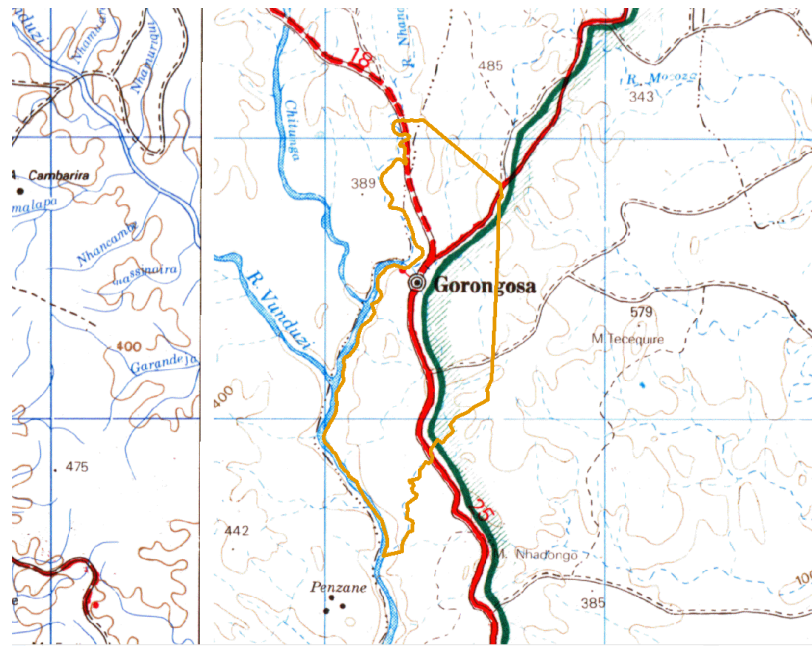


Figura 19: Mapa Topográfico

Em relação a monitoramento da precipitação, existe uma estação de medição no município de Gorongosa instalada no recinto do edifício da administração do distrito. As estações pluviométricas existentes na região são pertencentes ao INAM e/ou ARA-Centro.

O sistema de aviso de cheias na bacia do Púnguè é operado pela ARA-Centro. Na época das cheias a ARA-Centro produz boletins hidrológicos com informação sobre a subida dos níveis dos rios da região, que são partilhados com as diferentes entidades incluindo o município de Gorongosa. A Figura abaixo ilustra a localização das estações pertencentes ao Sistema de Aviso de Cheias da bacia do rio Púnguè.

Bacia do Pungue Sistema de Aviso de Cheias

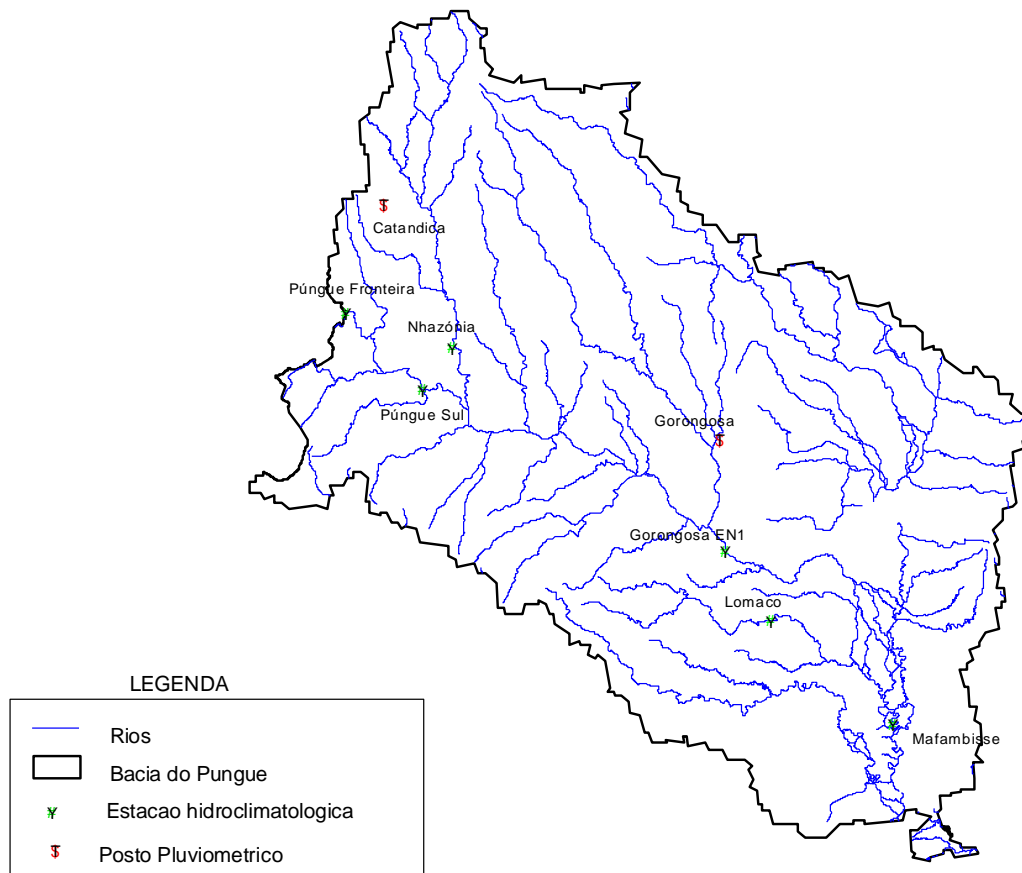


Figura 20: Sistema de Aviso de Cheias da Bacia do Pungoè – Operado pela ARA-Centro

4. Identificação e caracterização das bacias, sub-bacias e microbacias hidrográfica na área de intervenção directa ou indirecta / 5. Realizar o levantamento e classificação de corpos de água existentes / 6. Efectuar a identificação das redes de drenagem / bacias de contribuição/pontos de lançamento existentes, e sua relação com as redes do entorno / 7. Realizar o levantamento e classificação das redes de drenagem aproveitáveis ou em condições de serem assumidas pelo município, distrito, ou outros agentes

Os quatro pontos acima são desenvolvidos em conjunto por serem matérias interligadas, e complementares.

O município de Gorongosa se desenvolve ao longo da EN1 no sentido Sul-Norte. A rede de drenagem local é bastante densa e escoar no sentido Este-Oeste cruzando a EN1 em vários pontos (equipados com passagens hidráulicas do tipo pontes e culverts), facilitando a drenagem do município. A drenagem local encaminha as águas para o rio Vunduzi (e afluentes Nhandare e Chitunga) que escoam paralelamente a EN1 no sentido Norte-Sul.

A anterior Figura 18 ilustra a rede de drenagem acima mencionada.

As sub-bacias e micro-bacias hidrográficas são apresentadas no mapa na Figura 21.

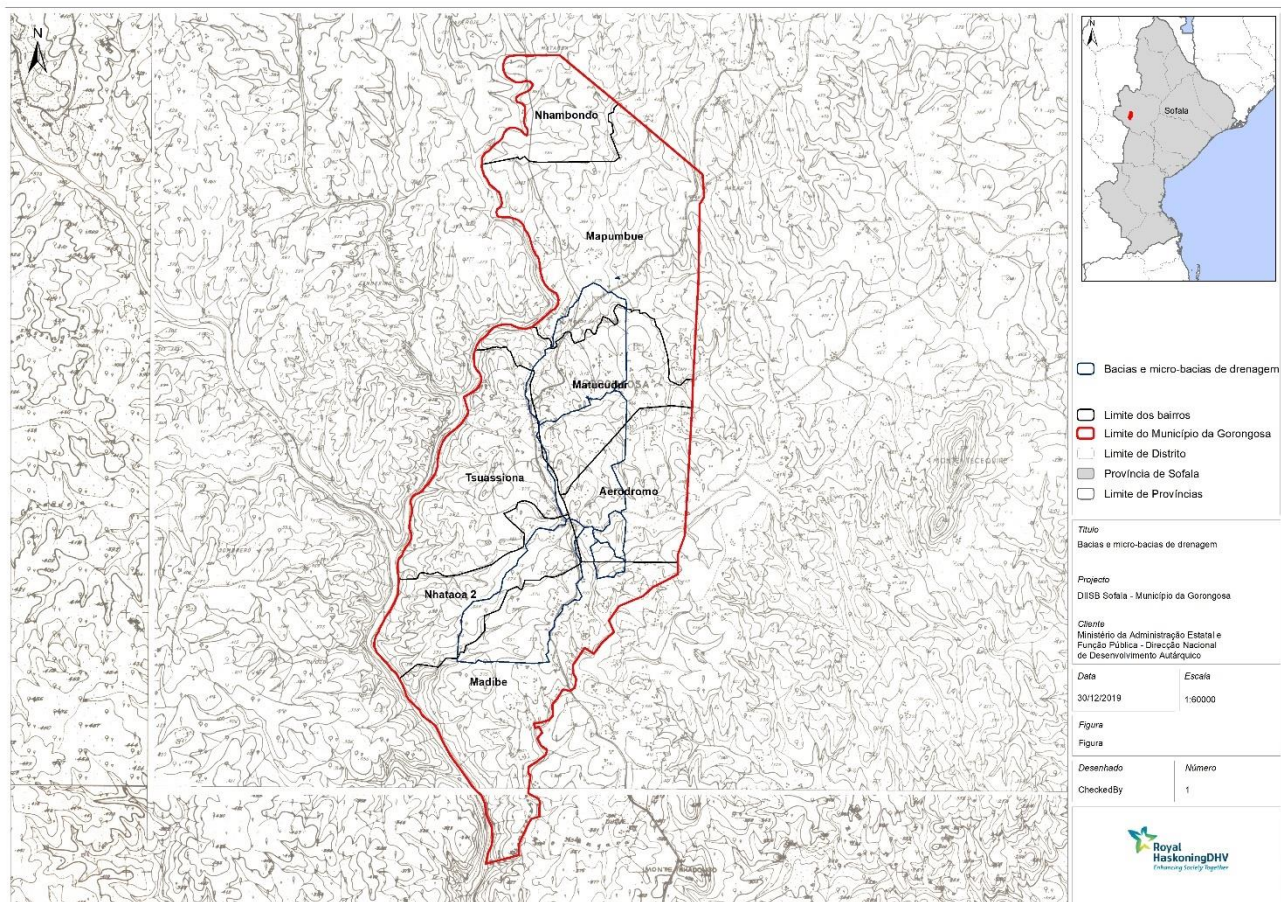


Figura 21: sub-bacias e micro-bacias hidrográficas

A Tabela abaixo apresenta as principais características de cada uma das linhas de água:

Tabela 23: Características das principais linhas de água

Nome do rio/ ID	Bairro(s)	Tipo de linha de água	Comprimento do rio	Cota mont.	Cota jus.	Inclinação do rio	Largura do rio	Observação
			[m]	[m]	[m]	[%]	[m]	
1	Mapumbue	Intermitente	6804	439	351	1.3	15 a 20	-
2	Aeródromo, Matucudur	Intermitente	7542	402	305	1.3	15 a 20	-
3	Aeródromo, Madibe	Intermitente	11625	431	206	1.9	15 a 20	-
4	Madibe	Efemero	5310	390	211	3.4	1 a 5	-
5	Tsuassiona	Efemero	3429	403	258	4.2	1 a 5	-
6	Tsuassiona	Efemero	2356	384	266	5.0	1 a 5	-
7	Matucudur	Efemero	4698	405	304	2.1	1 a 5	-
8	Mapumbue	Efemero	1118	375	341	3.0	1 a 5	-
9	Mapumbue	Efemero	1354	379	348	2.3	1 a 5	-
10	Nhambondo	Efemero	1238	405	375	2.4	1 a 5	-
11	Nhambondo	Efemero	1594	396	374	1.4	1 a 5	-

Em relação aos corpos de água, para além dos rios e riachos acima indicados foi identificada apenas uma lagoa artificial (albufeira) criada com a construção da Barragem da Gorongosa. Trata-se de uma barragem em betão armado, sobre o rio Nhandare, para fornecimento de água à vila da Gorongosa, com altura máxima de 11,8 m, e coroamento de 101 m de comprimento e 5 m de largura. A albufeira tem uma capacidade máxima de 84.780 m³ e inunda uma área de 3,53 ha. A barragem está equipada com um descarregador de cheias, tomada de água, descarga de fundo e aproveitamento hidroelétrico. Coordenadas da barragem: 18°39'52.80"S; 34° 4'19.78"E.



Figura 22: Barragem da Gorongosa

Em relação a lançamentos para as redes de drenagem, não foi identificado nenhum ponto de lançamento pois actualmente as descargas de águas residuais são feitas para o subsolo a nível domiciliário através de fossas sépticas e drenos.

8. Identificar os pontos críticos (maior incidência de enchentes recorrentes 1-25 anos) e com maiores riscos para a população / 9. Identificar no levantamento o nível de comprometimento das áreas de drenagem (áreas obstruídas com lixo, construções sobre ou adjacente às redes saneamento, etc.

De acordo com informações obtidas junto aos técnicos deste município, constatou-se que não ocorrem inundações de proporção relevante no município de Gorongosa. Após avaliação minuciosa da fisiografia do terreno e com base em cálculos hidráulicos o Consultor validou a informação dada pelos técnicos do município concluindo-se que de facto não há problemas de inundação neste município.

A rede de drenagem natural das águas pluviais é constituída maioritariamente por linhas de água e pequenos riachos que escoam no sentido Este-Oeste cruzando a estrada nacional EN1. Nestes pontos de cruzamento entre a rede de drenagem e a estrada estão instaladas passagens hidráulicas (pontes, culverts) que garantem o escoamento sem obstruções. Ver Figura 23.

Estas linhas de água e riachos são por vezes usadas pela população como local de deposição de lixo. Para além disso, é comum observarem-se algumas práticas agrícolas ao longo das linhas de água.



Figura 23: Passagens hidráulicas ao longo da EN1 no município de Gorongosa

10. Identificar os principais instrumentos de gestão e indicadores de controle e de gastos no sector

O Consultor não identificou nenhum instrumento de gestão claro para o serviço de protecção contra cheias e drenagens naturais, nem indicadores de controle e de gastos. Sendo assim, o Consultor irá propor o desenvolvimento de instrumentos de gestão baseados no monitoramento de indicadores como:

- quantidade de recursos humanos alocados a actividades do sector;
- equipamentos e outros recursos materiais alocados a estas actividades;
- recursos financeiros (orçamento) alocados. etc.

11. Efectuar o levantamento de gastos em investimentos nos últimos 10 anos, investimentos planeados para os próximos 10 anos, custos de operação e manutenção médio dos últimos 5 anos / 12. Identificar a proveniência de receitas para cobrir os gastos de capital e recorrentes do sector, analisando as necessidades financeira para sustentabilidade do sector para os próximos 10 anos

A informação financeira relacionada com as actividades dos vários sectores do município revelou-se ser de acesso limitado, não só pela sua natureza mas também pelo facto de esta informação não ser gerida a nível de pessoal técnico dos sectores mas sim por uma unidade centralizada de gestão financeira ao nível do município.

Dada esta situação, o que se pode apresentar em termos de investimentos realizados nos últimos 10 anos são:

- Construção da Barragem sobre o Rio Nhandare, financiado pelo Governo Central.

Quanto aos custos de operação e manutenção nos últimos 5 anos, nenhuma informação foi disponibilizada.

E quanto aos planos de investimentos para os próximos anos, pode se mencionar o seguinte:

- Construção de Ponte sobre o Rio Vunduzi e a requalificação da Ponte sobre o Rio Matucudur;
- Reabilitação e Colocação de pavê.

13. Realizar o levantamento qualitativo, sobre a satisfação da população sobre a qualidade e eficiência da prestação do serviço

Até a data da elaboração deste relatório ainda não foi feito o levantamento qualitativo sobre a satisfação da população.

De um modo geral, pode se dizer que as características fisiográficas da região, com destaque para o relevo acentuado e linhas de água com inclinações relativamente altas garante uma rápida drenagem natural das águas por gravidade para fora da área municipal. Sendo que o município de Gorongosa é atravessado pela estrada EN1, ocorrem naturalmente alguns cruzamentos entre esta estrada e as linhas de água. Todavia, esta estrada não é vista como uma barreira ao escoamento e com as passagens hidráulicas instaladas não se tem observado nenhum caso de inundação.

Conforme referido anteriormente, é aceitável que a gestão do serviço de protecção contra cheias e drenagem, seja directa dado o tamanho do município (relativamente reduzido) aliado ao facto de a probabilidade de ocorrência de inundações ser relativamente baixo.

Este sector de protecção contra cheias e sistema de drenagens é gerido em conjunto com outros sectores como o abastecimento de água, saneamento, protecção contra erosão, etc... Portanto os recursos humanos são partilhados pelos diferentes sectores. O controle e a fiscalização é feita pelos técnicos do município que, apesar do seu número relativamente reduzido, dão cobertura ao trabalho.

A maior limitação é a falta de meios de transporte e equipamentos para as operações de manutenção, controle e fiscalização.

Para além das questões acima mencionadas o Consultor identificou uma fraqueza por parte do município no planeamento de ocupação de terras para construção de habitação e na fiscalização da implementação do plano de ocupação de terras, pois há várias habitações construídas no interior da faixa de reserva das linhas de água.

Em síntese:

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> - As características fisiográficas da região promovem uma rápida drenagem natural das águas - Probabilidade de ocorrência de inundação é relativamente baixo - Controlo e fiscalização realizado pelos técnicos do município
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos do município partilhados por diversos sectores

	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de meios de transporte e equipamentos para operações de manutenção, controle e fiscalização - Não planeamento de ocupação de terras para a construção de habitação - Falta de implementação do plano de ocupação de terras - Construção no interior das faixas de reserva das linhas de água
--	---

2.5.2 Proposta de matriz de indicadores

Na Tabela seguinte apresenta-se a proposta de matriz de indicadores para o sector ‘Protecção contra Enchente e Sistema de Drenagem’, identificando cinco indicadores prementes para o município referindo qual a situação actual (T(0)) e o que se pretende alcançar daqui 5-10 anos (Objectivo).

Tabela 24: Proposta de matriz de indicadores

	T (0)	Objectivo
Protecção contra enchente e sistema de drenagem		
Estação de monitoramento pluviométrico em funcionamento (Sim -1; Não – 0) [Controlar a operacionalidade dos sistemas de monitoramento]	0	1
Ocorrência de obstrução nas valas e linhas de água (Sim -1; Não – 0) [Medir a eficácia dos trabalhos de manutenção na rede de drenagem]	0	1
Monitoramento de incidência de doenças por via hídrica: Nº de casos de Malaria: Nº de casos de Cólera: [Medir o impacto na saúde da população[? ?	Redução em 50%?

2.5.3 Intervenções

Face ao diagnóstico efectuado cumpre agora definir intervenções (acções) que contribuam para resolver os problemas / desafios identificados no subcapítulo 2.5.1, bem como que permitam concretizar os objectivos constantes nos indicadores apresentados no subcapítulo anterior.

Este sector foca sobre a questão da protecção contra as cheias urbanas como um serviço prestado pelo município, e foca também sobre o sistema de drenagens (naturais e artificiais) como meio principal pelo qual a água das cheias é evacuada da área municipal, ou pelo menos das áreas habitadas.

As intervenções, num número de 10, compreendem essencialmente o seguinte (as intervenções indicadas a negrito são as consideradas prioritárias):

- **IEN01 a IEN03** Revestimento da linha de água. Ver Fotografia 1;

- IEN04 a IEN06 Limpeza de alguns trechos de linhas de água
- **IEN07 a IEN09 Limpeza e desobstrução de passagens hidráulicas, com base em blocos de betão, rede de nylon ou polietileno e elementos de fixação metálicos com protecção contra corrosão.**
- **IEN10 Estruturas de retenção de resíduos sólidos** Ver Fotografia 2.

O revestimento das linhas de água usadas para a evacuação da água das cheias no município visa garantir maior eficiência ao escoamento. Com este revestimento o canal passará a ter uma secção mais regularizada com menor resistência aos escoamento pelo que os caudais de cheia passarão a ser escoados com menor altura de água. Este material tem a vantagem de permitir algum crescimento de vegetação, o que dá um aspecto mais natural ao canal.



Fotografia 1: Revestimento de linhas de água com colchão reno

Quanto a estrutura de retenção de resíduos sólidos, esta visa essencialmente proteger o meio ambiente de uma poluição originada neste município. Em resposta aos impactos dos resíduos sólidos no ambiente marinho, que têm sido amplamente divulgado por vários canais de comunicação, propõe-se a adopção desta medida a nível deste município garantindo assim uma conformidade em relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável.



Fotografia 2: Estrutura para retenção de resíduos sólidos em canais

Sugere-se que o município supervisione cuidadosamente o desenvolvimento das novas obras para evitar o aparecimento de mais áreas com construção desordenada, principalmente em zonas baixas com maior probabilidade de inundação. Por outro lado, sugere-se também que a construção de estradas tome em consideração a rede de drenagem e os caudais de cheia que por ela escoam de modo a evitar o barramento da água durante as cheias.

Estas medidas vão contribuir de maneira significativa para o controle do risco de inundação e poderão evitar a necessidade de mais infraestruturas onerosas de protecção contra cheias.

A construção de novas valas secundárias visa garantir o encaminhamento das águas das zonas onde se verifica inundação actualmente, para as valas principais (que são basicamente as linhas de água naturais que drenam a área do município).

Estas valas secundárias devem ser revestidas de modo a reduzir a necessidade de manutenção (limpeza de vegetação) e podem ser incorporadas no projecto de desenvolvimento da rede viária.

As intervenções propostas encontram-se no Anexo 1 do presente relatório.

2.6 PROTECÇÃO CONTRA EROSÃO E CONCENTRAÇÃO DE ENCOSTAS E TALUDES

2.6.1 Caracterização

A caracterização deste sector teve como objectivo dar resposta aos elementos solicitados nos TdR (alínea f) do ponto 5.1). Nos pontos que se seguem apresenta-se a análise possível de efectuar face à informação recolhida.

1. Identificar a existência de Projectos, planos, regulamentos e posturas de protecção contra a erosão e contenção de encostas e taludes, e planos de expansão e monitoria dos serviços ao nível local (municípios)

Segundo as informações recolhidas, o município dispõe de programas de protecção contra a erosão e/ou contenção de encostas e taludes, que se baseiam no plantio de árvores e vetiver para contenção de erosão e na manutenção de drenagens.

Em termos de regulamentos ou posturas de protecção contra a erosão e/ou contenção de encostas e taludes, o município referiu o Código de Postura de Municipal. No entanto, não foi possível obter o documento referido para efeitos de análise.

De notar que o município não dispõe de planos, incluindo expansão no combate à erosão ou plano de acção local de resposta a emergências, nomeadamente situações de deslizamentos de terras ou outros eventos de calamidades.

2. Identificar os modelos de gestão no município (directa, delegada, privatizada, etc.), tipo de sistema de controle e fiscalização existente para garantir o pleno funcionamento do sector, seu grau de efectividade, fraquezas

O município é a entidade responsável pelo combate à erosão, ainda que delegue a terceiros algumas acções. Com efeito e apesar das atribuições, uma vez que esta área de intervenção do município depende fortemente do desempenho de outros sectores/secções como a drenagem de águas pluviais e/ou rede viária a sua interligação é normalmente um desafio dada a sua interdependência de diferentes entidades/sectores.

3. Realizar o mapeamento, descrição e classificação dos escorregamentos de cortes e aterros; erosões; cortes verticais feitos, taludes extensos e/ou íngremes; e outras áreas de risco; e classificação do grau de impacto ambiental e social

O município apresenta evidências de fenómenos erosivos, seja pela existência de escorregamentos provocados por cortes (ou escavações) como acontece nos bairros Nhambondo e Madibe, seja resultado de erosão hídrica, nomeadamente nos bairros Matucudur e Tsuassiona, cuja distribuição se apresenta abaixo.

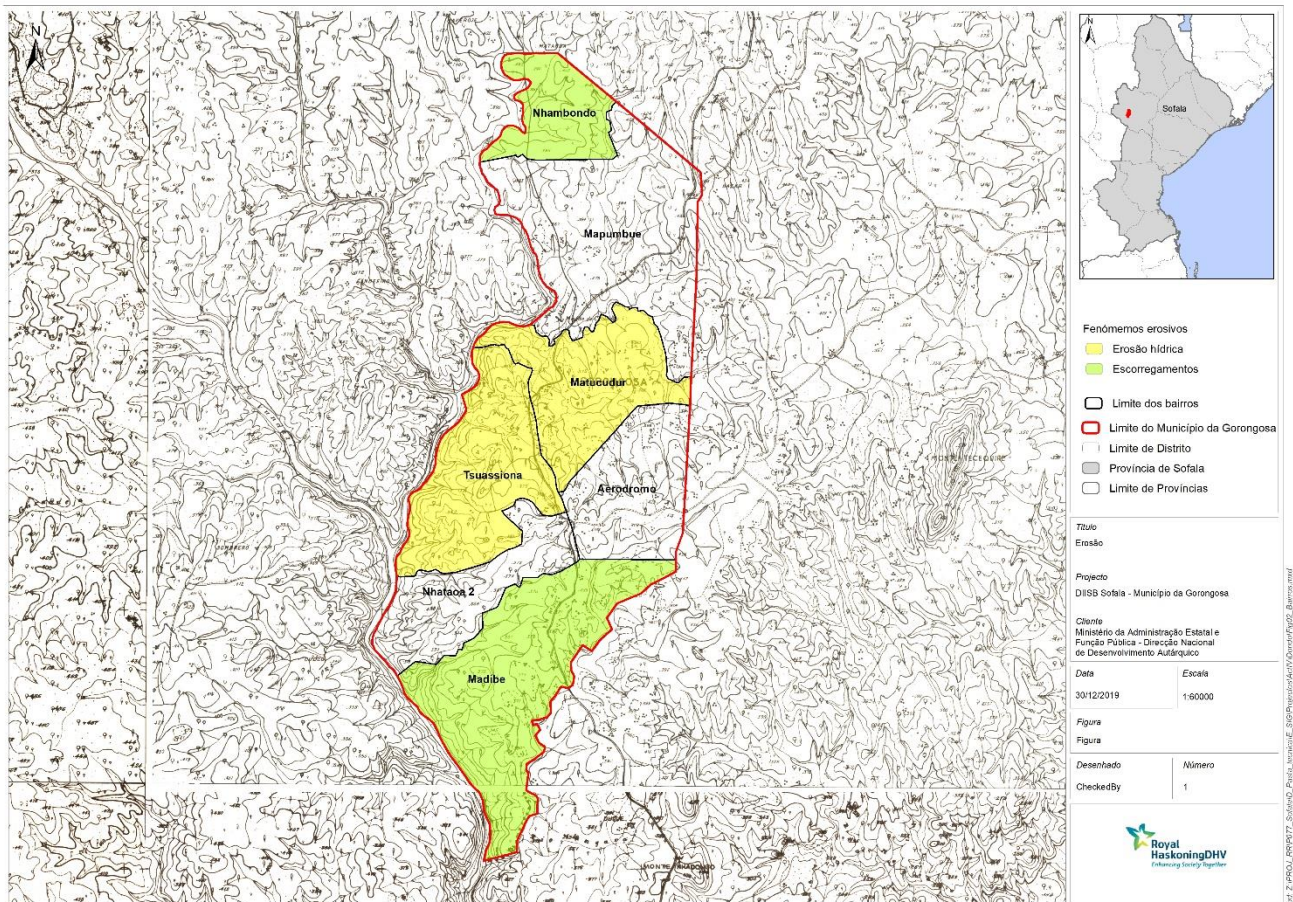


Figura 24: Mapa com a identificação dos bairros com erosão hídrica e erosão provocada por escorregamentos provocados por cortes (ou escavações)

4. Identificar e analisar Projectos ou campanhas de capacitação ou conscientização existentes no sector

O município referiu a realização de programas ou campanhas de capacitação ou conscientização de combate e controlo de erosão mas não apresentou detalhes que pudessem permitir a sua análise.

5. Identificar os principais instrumentos de gestão e indicadores de controle e de gastos no sector

Segundo as informações disponibilizadas, o município não dispõe de instrumentos de gestão ou indicadores de controle de gastos no sector.

6. Efectuar o levantamento de gastos em investimentos nos últimos 10 anos, investimentos planeados para os próximos 10 anos, custos de operação e manutenção médio dos últimos 5 anos

Em termos de custos o município apenas apresentou o valor de 620 000 MZN referente a valor atribuído a associação que realiza trabalho na área de Saneamento e Meio Ambiente.

Não foram apresentados outros valores quer referentes a investimentos associados às actividades referidas, nomeadamente plantio de vetiver para combater corte de solos provocado pelas águas das chuvas, quer no plantio de árvores para combate à erosão no leito dos rios.

Não foram partilhados custos previstos/futuros.

7. Identificar a proveniência de receitas para cobrir os gastos de capital e recorrentes do sector, analisando as necessidades financeira para sustentabilidade do sector para os próximos 10 anos

Segundo as informações do município as fontes de financiamento para as actividades de combate à erosão provêm do Orçamento Geral Estado.

8. Realizar o levantamento qualitativo (amostra reduzida), sobre a satisfação da população sobre a qualidade e eficiência da prestação do serviço

Segundo a informação partilhada pelo município a satisfação da população é variável, sendo que nos Bairros Aeródromo e Madibe se classifica como má, sendo nos restantes razoável a boa/muito boa.

Em suma, ainda que deva ser reforçado que a informação de base é limitada – devido à impossibilidade de realização do trabalho de campo – para efeitos de uma avaliação equilibrada, e segundo as informações transmitidas pelo município, as intervenções realizadas até agora no campo do combate à erosão estão dentro dos resultados esperados, sendo que segundo a autoridade local as principais fraquezas no sistema de combate e controlo de erosão são as ocupações espontâneas de terrenos, a extracção de solos nos leitos dos rios e as queimadas para limpeza das machambas. Com efeito há a destacar a alocação de recursos no combate à erosão, que nem sempre acontece a nível local, sendo que se considera que existem lacunas ao nível de uma avaliação integrada que permita uma intervenção mais baseada na prevenção, e menos na correcção.

Em síntese:

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de intervenções de combate à erosão - Alocação de recursos no combate à erosão
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupações espontânea de terrenos contribuem para a dificuldade no combate e controlo da erosão - Extracção de solos e queimadas - Lacunas ao nível da avaliação integrada entre a prevenção e a correcção

2.6.2 Proposta de matriz de indicadores

Na Tabela seguinte apresenta-se a proposta de matriz de indicadores para o sector ‘Protecção contra Erosão e Concentração de Encostas e Taludes’, identificando cinco indicadores prementes para o

município referindo qual a situação actual (T(0)) e o que se pretende alcançar daqui 5-10 anos (Objectivo).

Tabela 25: Proposta de matriz de indicadores

	T (0)	Objectivo
Protecção contra erosão e concentração de encostas e taludes		
Mapeamento de áreas em risco e/ou com evidências de erosão (ha)	Sem informação	Ter o mapa das áreas vulneráveis
Áreas em risco e/ou com evidências de erosão (ha)	Sem informação	Ter o mapa das áreas de risco
Instrumentos regulamentares com mapeamento de zonas vulneráveis à erosão	Existentes (código de postura municipal, mas cujo conteúdo não foi possível avaliar)	
Contribuição financeira no combate à erosão, incluindo a relativa à dos concessionários de terrenos urbanos	Sem informação	Criar
Nº de intervenções por local de combate à erosão	Sem informação	Identificar

2.6.3 Intervenções

Face ao diagnóstico efectuado cumpre agora definir intervenções (acções) que contribuam para resolver os problemas / desafios identificados no subcapítulo 2.6.1, bem como que permitam concretizar os objectivos constantes nos indicadores apresentados no subcapítulo anterior.

Para este sector foram definidas 2 intervenções cuja descrição completa é apresentada nas fichas constantes no Anexo I. As intervenções são enumeradas de seguida (a negrito identificam-se as consideradas prioritárias):

- **IER01 Mapeamento de áreas vulneráveis e/ou com evidências de erosão**
- IER02 Mobilização de solos incluindo e vegetação de áreas mais degradadas

Uma abordagem global das intervenções propostas é efectuada no capítulo 3.

2.7 SISTEMA VIÁRIO, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Tal como mencionado nos capítulos anteriores, face ao cenário de insegurança que se vive na zona da Gorongosa, não foi possível fazer o levantamento no local (que implicaria vários dias de permanência dos Especialistas da Equipa do Consultor no terreno).

Em alternativa, foi feita a recolha bibliográfica de informação existente e foi solicitada ao município, bem como aos diversos serviços (via telefone e via correio electrónico) a informação específica que pudesse apoiar os diversos Especialistas na caracterização e diagnóstico.

Infelizmente, relativamente ao sector em análise, independentemente das várias insistências, não foi recebida a informação solicitada, razão pela qual não é possível proceder à elaboração do diagnóstico e consequentemente da identificação das acções e intervenções.

O Consultor tem clara noção que esta situação põe em causa a concretização dos objectivos do projecto. Todavia, entende que fez tudo o que estava ao seu alcance para minimizar o constrangimento.

2.8 RESÍDUOS SÓLIDOS

2.8.1 Caracterização

A caracterização deste sector teve como objectivo dar resposta aos elementos solicitados nos TdR (alínea h) do ponto 5.2). Nos pontos que se seguem apresenta-se a análise possível de efectuar face à informação recolhida.

1. Identificar a existência de Projectos, planos, regulamentos e posturas de gestão de resíduos sólidos ao nível local (municípios)

Segundo as informações disponibilizadas pelo município, o Código do Postura Municipal, nomeadamente no Capítulo II, constam diversas obrigações e directrizes relacionadas com a gestão de resíduos. No entanto, a Equipa do Consultor, não teve acesso ao documento.

2. Identificar os modelos de gestão no município (directa, delegada, privatizada, etc.), tipo de sistema de controle e fiscalização existente para garantir o pleno funcionamento do sector, seu grau de efectividade, e fraquezas

A responsabilidade sobre a gestão de resíduos no município está afecta à Vereação de Construção, Urbanização e Meio Ambiente, concretamente ao sector Saneamento e Meio Ambiente. O modelo de gestão existente é directo, ou seja, as actividades são realizadas directamente pela equipa municipal.

Relativamente ao controlo e fiscalização, segundo as informações do município, é baseado pela equipa técnica do sector de Saneamento e Meio Ambiente e a Assembleia.

3. Mapear a área de cobertura do serviço (nº de pessoas com acesso ao serviço), tipo de colecta (directa ou indirecta), padrão de colecta (quantidade e frequência), nº de bairros (áreas) abrangidos

Com base nas informações recolhidas torna-se essencial estimar a produção de RSU como forma de avaliar a cobertura do serviço. Esse exercício é central ao processo de caracterização do sistema de gestão RSU nas suas diferentes componentes físicas (i.e. recolha, deposição final, valorização). Neste contexto e atendendo à população projectada e aos dados da produção per capita estima-se que a produção de resíduos seja actualmente de 15,4 toneladas por dia, ou seja, cerca de 5 615 toneladas por ano, conforme se apresenta abaixo.

Tabela 26: Estimativa da produção de RSU

População 2019 (hab)²¹	Produção RSU per capita (kg/hab/dia)²²	Produção total RSU (ton/dia)
45 244	0,34	15,4

De acordo com as informações apresentadas pelo município, dos 7 bairros, em dois são disponibilizados tambores em áreas de maior concentração de aglomerados, sendo que o serviço de recolha é realizado com uma frequência 7 vezes por semana. No entanto, e associando a informação partilhada sobre o número de voltas, considera-se que esta informação parece estar sobre-estimada, uma vez que a maioria dos bairros, o método de recolha baseia-se em pontos no chão, que se caracteriza por uma baixa eficiência e níveis de cobertura baixos.

4. Indicar os critérios usados para a definição dos actuais locais para a deposição dos resíduos sólidos (Lixeira)

Os resíduos são depositados na lixeira localizada no bairro Nhataoa 2 com uma área de 2,5 hectares. Segundo as informações do município a identificação do local resultou do facto de não estar próximo de infraestruturas públicas ou do lençol freático onde se produz água para consumo público.

5. Efectuar o levantamento de impedimentos físicos para colecta directa ou indirecta

De acordo com os dados recolhidos os principais obstáculos/desafios na recolha estão associados à má transitabilidade das vias de acesso em épocas chuvosas, tendo sido destacados pelo município os desafios associados à necessidade de instrumentos reguladores para a gestão de resíduos sólidos, a aquisição de meios circulantes e a consciencialização das comunidades sobre o tratamento dos resíduos.

6. Efectuar o levantamento da demanda e interesse do sector privado no reaproveitamento dos resíduos sólidos

Segundo as informações, a demanda/interesse do sector privado é inexistente sendo que as comunidades em redor da lixeira municipal recorrem ao local para recolher resíduos orgânicos como fertilizante natural.

²¹ Considerou-se uma taxa anual de crescimento coincidente com a do últimos censos (2007-2017) ou seja de 7,6%

²² Para efeitos da estimativa da produção de RSU foi considerada uma capitação de RSU domésticos de 0,34 kg/hab/dia, obtida da campanha de quantificação de resíduos domésticos realizada em 2017 em Quelimane no âmbito do PRODEM. De modo a atender aos outros fluxos de RSU (comerciais, industriais, etc.) foi assumido um acréscimo de 10%, tendo-se obtido a capitação média de RSU apresentada na tabela.

7. Identificar as formas de acondicionamento, armazenamento, triagem e reciclagem dos RS; lixo

O acondicionamento dos resíduos é baseado em tambores e pontos no chão não havendo referências ou quaisquer evidências sobre triagem e/ou reciclagem de resíduos no município.

8. Mapear e categorizar a zona de localização e pontos críticos da deposição dos resíduos sólidos (estado da lixeira, condições de acesso, e impacto social e ambiental)

O local de deposição final caracteriza-se por ser uma lixeira a céu aberto, não estando munida de qualquer dispositivo/equipamento/infraestrutura de protecção ou suporte à operação. O local não é operado, sendo que os resíduos são queimados, conforme informações do município, o que agrava o impacto ambiental já por si negativo.

Segundo as informações recolhidas, durante o período chuvoso as equipas e os responsáveis pelo sector não têm acesso ao local de deposição final devido aos escorregamentos de solos nas vias de acessos. Desta forma, os resíduos acabam muitas vezes por serem descartados ao longo das vias. O resultado é a dispersão de resíduos e a contaminação ambiental.

Em termos gerais podem-se realçar os seguintes pontos relativos aos impactos resultantes:

- riscos elevados para a saúde pública, devido ao contacto directo com os resíduos e à proliferação de vectores de doenças;
- riscos ambientais devido à poluição do ar (queima de resíduos);
- riscos na qualidade da água (acentuada devido ao efeito de percolação); e
- riscos na contaminação dos solos (ausência de impermeabilização e percolação de lixiviados).

9. Levantar os percursos, periodicidade e tipo de colecta (periodicidade no entorno e na área de intervenção)

Segundo os dados recolhidos não existe um plano semanal de recolha.

10. Realizar o levantamento do pessoal afecto ao sector e suas qualificações

O sector dispõe de 11 funcionários, dos quais 3 são técnicos superiores, 7 são técnicos médios e 1 auxiliar pertencentes à Vereação de Construção, Urbanização e Meio Ambiente, nomeadamente Sector de Construção e Urbanização e Sector Saneamento e Meio Ambiente.

11. Realizar o levantamento dos meios e equipamentos (operacionais e não operacionais) disponíveis no sector

De acordo com os dados recolhidos, o município possui os seguintes meios para a recolha de resíduos.

Tabela 27: Meios

Tipo de veículo	Disponíveis	Paralisados	Capacidade (m³)
Camião Marca Tata	1	0	10 m ³
Camião Marca Isuzu	1	0	3 m ³
Tractor e atrelado	0	2	sem informação
Total	2	2	-

12. Identificar e descrever a existência de alguma forma de tratamento, e disposição controlada dos locais de deposição

O método associado à utilização dos equipamentos de recolha é na maioria dos bairros, de pontos no chão, sendo que paralelamente na deposição final dos resíduos se baseia também na queima.

De notar ainda que segundo as informações disponibilizadas, os tambores existentes estão distribuídos em locais de maior aglomeração e nos mercados 25 de Junho, 25 de Setembro (Mercado de Frutas) e Mercado Feira no Bairro de Matucudur.

13. Identificar os principais instrumentos de gestão e indicadores de controle e de gastos no sector

A gestão financeira do sector é assegurado pelo sector financeiro do município, sendo que o sector não possui instrumentos próprios para assegurar a gestão de resíduos. Neste contexto o município apenas referiu o Código de Postura Municipal.

Parte desse constrangimento estará naturalmente associado ao sistema contabilístico, assim como a partilha de meios entre sectores, que dificulta uma aferição mais rigorosa dos gastos do sector – nomeadamente, no que respeita, ao consumo de combustível e manutenção de equipamentos que acabam por ser partilhados com outras áreas da gestão municipal.

14. Identificar e analisar Projectos ou campanhas de capacitação ou conscientização existentes no sector

Segundo as informações do município, campanhas de capacitação ou conscientização sobre gestão de resíduos são realizadas nas comunidades através das reuniões comunitárias e Rádio Comunitária. Não são conhecidos os temas ou informações complementares sobre essas campanhas.

15. Efectuar o levantar de gastos em investimentos nos últimos 10 anos, investimentos planejados para os próximos 10 anos, custos de operação e manutenção médio dos últimos 5 anos

O município não partilhou informação sobre custos passados sendo que, e atendendo à ausência de um PGIRSU, também não foram indicados quaisquer custos planeados.

No entanto, de notar quais os desafios identificados pelo município (e que serviram de base às intervenções propostas):

- Criação de instrumentos reguladores para gestão de resíduos;
- Vedação da lixeira Municipal;
- Consciencialização das comunidades sobre o tratamento de resíduos
- Aquisição de meios circulantes para manuseamento de resíduos.

16. Identificar a proveniência de receitas para cobrir os gastos de capital e recorrentes do sector, analisando as necessidades financeira para sustentabilidade do sector para os próximos 10 anos

O município não dispõe de receitas próprias associadas à gestão de resíduos uma vez que não é cobrada nenhuma taxa. Não foram indicados planos futuros para a implementação de ferramentas associadas à recuperação de custos.

Em suma, pode-se referir que a gestão de resíduos no município apresenta alguns pontos positivos, como por exemplo um quadro regulamentar que permite, em princípio (uma vez que não foi possível analisar o documento), uma actuação reforçada do sector, no que respeita aos deveres e responsabilidades dos seus munícipes. No entanto, a sustentabilidade financeira é actualmente nula devido à ausência de taxas associadas ao serviço público prestado, o que aliado à falta de registos e controlo/monitoria efectivo das actividades²³ não permite um desenvolvimento do sector como desejado.

A ausência de um PGIRSU traduz a falta de preparação do sector em se desenvolver, que acaba por ter influência nas várias áreas da gestão de resíduos. A título de exemplo, poderá referir-se a limitada capacidade/produtividade do sistema de recolha devido à ausência de métodos ajustados, a deposição descontrolada de resíduos e a falta de mecanismos/iniciativas de valorização adaptadas à realidade municipal. O sector parece ainda necessitar do reforço das capacidade tanto a nível técnico, como em termos institucionais da sua organização, procedimentos, atribuições e qualificações.

²³ Segundo as informações do município, o controlo e fiscalização da gestão de resíduos é assegurado pela equipa técnica do sector de Saneamento e Meio Ambiente e a Assembleia Municipal. No entanto, e tendo como base a produtividade média indicada do sistema de recolha de resíduos (5 voltas de 2^a a 6^a e 2 voltas no Sábado e Domingo) não resulta de dados registados. Com efeito e na base dos dados indicados pelo município. Estima-se que o nível de cobertura do sistema de recolha seria cerca de 94% o que se considera uma impossibilidade face à distribuição de meios e população pelo território.

Em suma, identificam-se os seguintes pontos fortes e fracos:

Pontos Fortes	- Existência de um quadro regulamentar
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de sustentabilidade financeira - Ausência de taxas associadas ao serviço público prestado no sector - Falta de registos e controlo/monitoria efectivo das actividades - Ausência do PGIRSU - Falta de capacidade técnica e institucional

2.8.2 Proposta de matriz de indicadores

Na Tabela seguinte apresenta-se a proposta de matriz de indicadores para o sector ‘Resíduos Sólidos’, identificando seis indicadores prementes para o município referindo qual a situação actual (T(0)) e o que se pretende alcançar daqui 5-10 anos (Objectivo).

Tabela 28: Proposta de matriz de indicadores

	T (0)	Objectivo
Resíduos Sólidos		
% de agregados familiares que têm acesso a um serviço regular de recolha de resíduos	Sem informação	50% (2025)
% dos resíduos produzidos que são recolhidos e entregues numa instalação oficial	Sem informação de base fidedigna	60% (2025)
% dos RSU destinados a tratamento ou deposição final controlada	0%	60% (2025)
rácio entre receitas próprias e custos da gestão de resíduos	Sem informação	Superior a 40% (2025)
Relatório de operação do aterro controlado/sanitário licenciado	0	Relatório anual aprovado pelo CM
Confirmação do MITADER/DPTADER sobre a boa recepção da Ficha de Resíduos devidamente preenchida	-	Correspondência do MITADER/DPTADER sobre recepção e correcto preenchimento

2.8.3 Intervenções

Face ao diagnóstico efectuado cumpre agora definir intervenções (acções) que contribuam para resolver os problemas / desafios identificados no subcapítulo 2.8.1, bem como que permitam concretizar os objectivos constantes nos indicadores apresentados no subcapítulo anterior.

Para este sector foram definidas 6 intervenções cuja descrição completa é apresentada nas fichas constantes no Anexo I. As intervenções são enumeradas de seguida (a negrito identificam-se as consideradas prioritárias):

- **IRS01** Elaboração do PGIRSU
- **IRS02** Avaliação da conversão de lixeira municipal em aterro controlado
- **IRS03** Elaboração e implementação de plano de manutenção de equipamentos de RSU, inc. análise de viabilidade à recuperação de equipamentos não operacionais
- **IRS04** Elaboração e implementação de um plano de competências do sector
- **IRS05** Reforço de equipamentos (recolha)
- **IRS06** Construção do aterro controlado, inc. equipamentos (deposição final)

Uma abordagem global das intervenções propostas é efectuada no capítulo 3.

2.9 ENERGIA ELÉCTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ELECTRIFICAÇÃO DOMICILIÁRIA

Tal como mencionado nos capítulos anteriores, face ao cenário de insegurança que se vive na zona da Gorongosa, não foi possível fazer o levantamento no local (que implicaria vários dias de permanência dos Especialistas da Equipa do Consultor no terreno).

Em alternativa, foi feita a recolha bibliográfica de informação existente e foi solicitada ao município, bem como aos diversos serviços (via telefone e via correio electrónico) a informação específica que pudesse apoiar os diversos Especialistas na caracterização e diagnóstico.

Infelizmente, relativamente ao sector em análise, independentemente das várias insistências, não foi recebida a informação solicitada, razão pela qual não é possível proceder à elaboração do diagnóstico e consequentemente da identificação das acções e intervenções.

O Consultor tem clara noção que esta situação põe em causa a concretização dos objectivos do projecto. Todavia, entende que fez tudo o que estava ao seu alcance para minimizar o constrangimento.

2.10 MERCADOS E FEIRAS

2.10.1 Caracterização

A caracterização deste sector teve como objectivo dar resposta aos elementos solicitados nos TdR (alínea j) do ponto 5.1). Nos pontos que se seguem apresenta-se a análise possível de efectuar face à informação recolhida.

1. Se existe ou não plano e postura municipal / distrital de mercados e feiras / 2. Elaboração de mapas de localização dos mercados formais e informais, com indicação dos perímetros / raio de área de mercado considerado área de venda e elegível para aplicação de taxas / 3. Tipo e categorização do mercado (ex.: mercado de peixe, grossista ou retalhista) / 4. N.º de vendedores formais e informais, dentro do mercado e fora do mercado / 5. Qual o modelo de gestão em curso / 6. Qual a taxa de cobrança / 7. Levantar os gastos em investimentos nos últimos 10 anos, investimentos planeados para os próximos 10 anos, custos de operação e manutenção médio dos

últimos 5 anos / 8. Identificar a proveniência de receitas para cobrir os gastos de capital e recorrentes do sector, analisando as necessidades financeira para sustentabilidade do sector para os próximos 10 anos

A área dos mercados e feiras ao nível do município de Gorongosa é regulada pelo Código de Posturas Municipais aprovado em 2014 e o Regulamento dos Mercados aprovado em 2011 que por sua vez respeitam o Estatuto Orgânico Municipal e demais legislação sobre o comércio geral, restauração, panificação e outras. No caso dos mercados, o Código de Postura Municipal define e delimita actividades nestes espaços municipais. A Tabela 29 indica os mercados formais existentes na autarquia, enquanto que a Tabela 30 indica os mercados informais.

Tabela 29: Lista de mercados formais no município da Gorongosa

N.º	Nome do Mercado	Coordenadas		Área do mercado (m ²)	N.º de bancas				N.º de Vendedores			
		X	Y		Dentro	Fora	Fixas	Móveis	Dentro	Fora	Fixos	Não Fixos
1	Mercado 18 de Maio	613392	7931617	3961,70	40	67	59	48	40	67	59	48
2	Mercado 25 de Junho	612818	7934026	11966	217	250	213	254	217	250	213	254
3	Mercado 25 de Setembro	612933	7933939	1505	56	7	47	16	56	7	47	16
4	Mercado Feira	613003	7934527	9718	40	129	48	121	40	129	48	121
5	Mercado Grossista	614921	7936263	10000	64	0	64	0	0	0	0	0
6	Mercado Guita	613406	7934947	4274	0	153	22	131	0	153	22	131
Total formal				41425	417	606	453	570	353	606	389	570

Tabela 30: Lista de mercados informais no município da Gorongosa

N.º	Nome do Mercado	Coordenadas		Área do mercado (m ²)	N.º de bancas				N.º de Vendedores			
		X	Y		Dentro	Fora	Fixas	Móveis	Dentro	Fora	Fixos	Não Fixos
1	Mercado Mapombue	613585	7936238	959	0	63	19	44	0	63	19	44
2	Mercado de Nhambondo	612802	7939932	853	0	47	13	34	0	47	13	3
Total informal				1.812	0	110	32	78	0	110	32	47

De modo geral nos mercados existentes vende-se um pouco de tudo desde pequenos vendedores grossitas, retalhistas, alimentos confeccionados, bebidas alcoólicas e não-alcoólicas, peixe fresco e seco, produtos de época, diversos materiais de construção entre outros. Portanto, não estão designados (categorizados) para um tipo específico de produtos. Têm problemas de saneamento, segurança, falta de água e electricidade, ocupação desordenada, deficiência e/ou falta de balneários, deficiência de

acessos devidamente definidos, falta de sistema de drenagem de águas pluviais e de precárias condições de higienização de géneros alimentícios entre outros. No entanto, os vendedores são confrontados com taxas diárias. Na maioria dos mercados, não há ocupação plena das bancas dentro dos seus perímetros, ocorrendo proliferação de bancas e vendedores não fixos nas suas partes exteriores e contíguas. Este fenómeno, que infelizmente ocorre em quase todo o país, lesa sobremaneira os cantineiros tradicionais que entram em concorrência desleal com os vendedores informais que se fixam em seu redor vendendo o mesmo tipo de produtos embora sem estarem sujeitos aos vários impostos e encargos salariais com a massa laboral como aqueles.

O modelo de gestão dos mercados é directo pelo próprio município havendo ligação entre este e os vendedores através de uma comissão do mercado liderada por um chefe de mercado que tem como principais coadjuvantes o chefe-adjunto, chefes de blocos, limpeza entre outros, dependendo da complexidade do mercado.

As taxas diárias cobradas variam de 10 (uma senha que corresponde mais ou menos a 1m²) a 20 MZN (duas senhas, com uma área maior que 1m²) de acordo com tamanho do espaço ou da banca que o vendedor ocupa. Acrescido a isso, os vendedores de bancas fixas cobertas pagam a licença anual cujo valor depende dos produtos comercializados.

Tabela 31: Local de realização de feiras no município da Gorongosa

Nome da Feira	Coordenadas		X	Y	
	X	Y			
Mercado Feira	613003	7934527	9718	Mista	O município não dispõe de locais previamente indicados para a realização de feiras como diz o nome, portanto a exposição de produtos em forma de feira ou grossista é feita neste mercado municipal. Todavia, as feiras são realizadas com frequência em datas comemorativas e feriados, em geral, nos locais de maior concentração populacional e expõem em média 14 pessoas, produtos diversos em quantidade de 0,5 a 1,5 toneladas.

Conforme referido na tabela acima, as feiras são realizadas em datas comemorativas e feriados e a sua organização depende da disponibilidade financeira.

Pela impossibilidade de se estar no terreno, não foi possível apurar *in loco* as principais tipologias de intervenções realizadas pela edilidade nos últimos 10 anos em termos de infra-estruturas ligadas aos mercados e feiras. Não obstante, foi indicada a atribuição de espaços para mercados, o controle das cobranças ilícitas, o combate ao incumprimento das obrigações fiscais e da venda de produtos em estado de putrefacção, realocação de alguns mercados e dedicação a assuntos organizacionais da Vila de Gorongosa como principais intervenções. É de destacar o mercado grossista que está na fase final de construção e por conseguinte, será em breve inaugurado e conseqüentemente irá entrar funcionamento.

A avaliação das intervenções realizadas na autarquia enquadra-se na opção dentro das expectativas pois segundo a edilidade, as soluções que têm sido adoptadas concorrem para o suprimento da demanda nesta componente de mercados e feiras. Ainda assim, as principais fraquezas no sistema de gestão e fiscalização dos mercados, feiras e outros mecanismos de comercialização de produtos locais na autarquia de Gorongosa têm que ver com a não observância das normas estabelecidas nos instrumentos regulamentares por parte dos vendedores formais e informais e das diferentes comissões de mercados eleitas que se traduz no abandono dos espaços atribuídos para o uso no âmbito de domínio público. Na tentativa de corrigir a situação, para além de campanhas, o Conselho Autárquico realiza anualmente reuniões com vendedores em todos os mercados Municipais e com os agentes económicos locais para os sensibilizar a pautarem pelo seguimento das posturas municipais e demais legislação nacional relevante para o sector.

As receitas próprias e a partir dos FCA (Fundos de Compensação Autárquica) que são alocados a partir do nível central, têm sido as formas de financiamento desta componente, mas o alargamento da base tarifária continua a forma mais provável para a sustentabilidade do sector a médio e longo prazos.

Na Planta 03 apresenta-se a localização dos mercados formais, mercados informais e localização regular de feiras.

Identificação dos pontos fortes e pontos fracos na área dos mercados e feiras

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoal que trabalha na área, jovem e disposto a fazer mais do que actualmente consegue - Localização estratégica ao longo da EN1 constitui um factor de maior movimentação de pessoas e mercadorias o que pode permitir maior desempenho em termos de receitas dos mercados e feiras
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de quadros aliado a falta de enquadramento nas suas carreiras pode minar a motivação e o desempenho - O rápido crescimento das demandas ligadas à acelerada procura pelas cidades e vilas (uma tendência nacional e global) constitui um desafio enorme para a edilidade para prover serviços básicos condignos incluindo mercados e feiras devidamente organizados e funcionais na sua plenitude (com acessos, balneários, bancas, drenagens, energia e água). - Maior proliferação de mercados e vendedores informais ao longo das principais vias propicia a imundície e insegurança para os seus utentes. - A proliferação de espaços informais não permite melhor organização visando a arrecadação de receitas e torna o ambiente urbano insalubre. - Gorongosa é um dos municípios com graves problemas de erosão pluviométrica devido à configuração de seu terreno. Esta situação pode afectar os serviços ligados a mercados e feiras em duas dimensões: (1^a) espaços dos mercados a sofrer erosão e pondo em perigo suas infra-estruturas e seus utentes; e (2^a) a dotação de verbas para a contenção de erosão pode afectar a alocação de verbas para a intervenção nos mercados e feiras.

2.10.2 Proposta de matriz de indicadores

Na Tabela seguinte apresenta-se a proposta de matriz de indicadores referindo qual a situação actual (T(0)) e o que se pretende alcançar daqui 5-10 anos (Objectivo).

Tabela 32: Proposta de matriz de indicadores

	T (0)	Objectivo
Mercados e Feiras		
% de vendedores formais (fixos) face aos vendedores informais (não fixos).	63% formais 37% informais	90% formais 10% informais
% de ocupação das bancas dentro dos mercados formais.	<60%	>90%
% de vendedores informais fora dos mercados.	>36%	=<10%
Valor médio anual de arrecadação de receitas nos mercados e feiras.	1.414.262,175 MZN	>20-25%

2.10.3 Intervenções

Face ao diagnóstico efectuado cumpre agora definir intervenções (acções) que contribuam para resolver os problemas / desafios identificados no subcapítulo 2.10.1, bem como que permitam concretizar os objectivos constantes nos indicadores apresentados no subcapítulo anterior.

Para este sector foram definidas 3 intervenções cuja descrição completa é apresentada nas fichas constantes no Anexo I. As intervenções são enumeradas de seguida (a negrito identificam-se as consideradas prioritárias):

- **IMF01 Melhoramento de todos os mercados formais existentes e construção de novos mercados e locais definitivos para a realização de feiras municipais**
- IMF02 Incremento das receitas municipais pelo alargamento de cobranças nos mercados e feiras
- IMF03 Capacitação contínua dos funcionários municipais responsáveis pela planificação, colecta e cobrança de receitas locais

Uma abordagem global das intervenções propostas é efectuada no capítulo 3.

2.11 RECURSOS HUMANOS

2.11.1 Caracterização

A caracterização deste sector teve como objectivo dar resposta aos elementos solicitados nos TdR (alínea k) do ponto 5.1). Nos pontos que se seguem apresenta-se a análise possível de efectuar face à informação recolhida.

1. N.º de Funcionários afectos ao Departamento / Sector da área de levantamento / 2. Qualificações profissionais: tipo de formação académica / profissional (técnica, média, profissional), área de formação (arquitectura, engenharia, geografia, etc.), e experiência de trabalho efectivo no sector

Conforme acima referido, devido a condicionantes orçamentais a administração pública não tem conseguido munir-se de todos os quadros necessários para seu pleno funcionamento sendo que a nível de Sofala e particularmente dos seus municípios, esta situação não é excepção. Contudo, os que lá existem nem sempre estão distribuídos de forma mais apropriada para responder os desafios próprios das dinâmicas de desenvolvimento em curso. A Tabela abaixo apresenta o número de funcionários municipais actualmente existentes indicando o número ideal necessário caso as condições financeiras fossem melhores, tendo em conta a demanda dos serviços.

Tabela 33: Distribuição dos funcionários municipais da Gorongosa por áreas de actuação

Área de afectação dos RH no município da Gorongosa	Número actual			Total Ideal*
	H	M	Total	
Vereação de Administração, Plano, Finanças e Património	13	13	26	29
Vereação de Construção, Urbanização e Meio Ambiente	16	4	20	22
Vereação de Desenvolvimento Económico Local	14	11	25	28
Vereação de Assuntos Sociais e Género	12	3	15	17
Gabinete do Presidente	4	1	5	6
Polícia Municipal	33	1	34	37
Total de RH do município	92	33	125	138

Depreende-se olhando para a tabela, que existem um total de 125²⁴ funcionários municipais arrolados dos cerca de 138 (défice de 10% dos existentes) efectivamente necessários para que os serviços sejam realizados eficazmente. Importa salientar que destes, 26 estão afectos à Vereação de Administração, Plano, Finanças e Património que tutela a área dos RH ao nível do município. Por sua vez, a área dos RH conta somente com 4 funcionários dos quais 2 possuem o nível médio geral de escolaridade e por isso em situação de adaptados para RH e outros 2 possuem 10ª Classe e por isso, também adaptados para técnicos profissionais de RH, conforme é apresentado na Tabela 34.

Tabela 34: Tipo de formação académica/profissional, área de formação e experiência de trabalho efectivo no sector dos RH no município de Gorongosa

Nº de funcionários	Nível de formação	Área de formação	Adequação da formação em relação a RH / Experiência
2	Médio	Ensino Geral (12ª Classe)	Adaptável / +-9 anos
2	Básico	Ensino Geral (10ª Classe)	Adaptável / +- 3 e 38 anos

²⁴ Há uma ligeira contradição entre os dados apresentados na divisão dos funcionários por níveis de formação profissional ou académica e por afectação. Pelo primeiro critério há 126 funcionários enquanto pelo segundo, são 125 de modo que a posterior esta situação deverá ser harmonizada junto do município.

Notas adicionais sobre RH no Conselho Autárquico de Gorongosa:

Gorongosa é um município em franco desenvolvimento em parte devido a sua localização ao longo da EN1 tendo por isso facilidades de acesso aos principais centros urbanos por estrada. No entanto, tem estado a ser afectado pelo ambiente de insegurança que se tem recorrentemente estalado tanto no distrito de Gorongosa, assim como nos distritos vizinho das províncias de Sofala e Manica. No caso concreto dos RH locais, são feitas as seguintes notas:

- Muitos funcionários municipais possuem escolarização geral o que exige que as pessoas aprendam fazendo;
- Dos poucos formados, foram-no em áreas como: Engenharia e Gestão de Água, Administração Pública, Gestão Ambiental, Química, Topografia, Construção Civil, Planeamento Físico, Cartografia, Agro-pecuária, Contabilidade e Recursos Minerais. Depreende-se contudo, que nem todos foram colocados em função das suas habilidades de formação;
- A estimativa dos funcionários realmente necessários contra os existentes foi dada pelas respectivas vereações de tutela. Foi referido que mesmo os existentes, alguns deles não foram enquadrados na sua carreira justamente devido a limitações financeiras;
- As maiores preocupações apresentadas pelos funcionários municipais estão relacionadas com a falta ou insuficiência de equipamentos de trabalho, instalações condignas, uniforme e transporte para o exercício das suas funções.

Identificação dos pontos fortes e pontos fracos na área dos mercados e feiras

Pontos Fortes	<p>- Pessoal que trabalha na área dos RH é maioritariamente jovem e está entusiasmada para fazer mais do que actualmente consegue face às evidentes limitações.</p> <p>- Existe localmente e na área dos RH particularmente, um nível satisfatório de organização com informação sistematizada numa base de dados electrónica. Mas esta informação necessita de ser constantemente actualizada tendo em conta as necessidades técnicas da edilidade.</p>
Pontos Fracos	<p>- Há falta de pessoal técnico qualificado na área dos RH, mas também em diferentes sectores que compõem o governo municipal de Gorongosa.</p> <p>- A limitação da edilidade em recursos financeiros, não permite colocar em prática um plano alargado de capacitação dos funcionários em suas áreas de actuação no entanto, foi capacitado 1 funcionário em matéria de Planificação e Orçamentação pelo IFAPA. O Plano de capacitações tem sido elaborado anualmente de acordo com as necessidades imediatas da instituição.</p>

2.11.2 Proposta de matriz de indicadores

Na Tabela seguinte apresenta-se a proposta de matriz de indicadores referindo qual a situação actual (T(0)) e o que se pretende alcançar daqui 5-10 anos (Objectivo).

Tabela 35: Proposta de matriz de indicadores

	T (0)	Objectivo
Recursos Humanos		
% de funcionários com formação técnica nas áreas em que estão colocados.	<10%	>50%
% de funcionários com formação média a superior em áreas relevantes.	55%	>75%
Número/ano de capacitações aos funcionários nas diferentes áreas de actuação municipal.	1	>10

2.11.3 Intervenções

Face ao diagnóstico efectuado cumpre agora definir intervenções (acções) que contribuam para resolver os problemas / desafios identificados no subcapítulo 2.10.1, bem como que permitam concretizar os objectivos constantes nos indicadores apresentados no subcapítulo anterior.

Para este sector foi definida 1 intervenção cuja descrição completa é apresentada na ficha constante no Anexo I. A intervenção, identificada com o código IRH01, prende-se com a Colocação dos RH em áreas que sejam tecnicamente competentes, de acordo com seu nível de formação e assegurar capacitações contínuas em tempos regulares.

Uma abordagem global das intervenções propostas é efectuada no capítulo 3

3 SÍNTESE GLOBAL E INTERVENÇÕES

3.1 INTRODUÇÃO

Face ao Levantamento de Campo e ao Diagnóstico apresentado [Capítulo 2] é feita de seguida uma análise integrada do diagnóstico dos diversos sectores, capítulo 3.2, sendo seguida por uma análise das intervenções previstas tendo em conta os objectivos do DIISB.

Note-se que, como já referido nos anteriores capítulos, não serão apresentados elementos para o sector Sistemas de Abastecimento de Água, Saneamento, Sistema Viário, Acessibilidade e Mobilidade e Energia Eléctrica, Iluminação Pública e Electrificação Domiciliária.

3.2 SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO – DESTAQUES

Na Tabela seguinte apresentam-se as principais questões levantadas na caracterização para cada um dos sectores.

Tabela 36: Análise Integrada do DIISB

Uso do Solo e Infraestruturas de Ordenamento do Território	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Existência do PEU Monitorização do uso do solo tendo como base a elaboração dos IOT, garantindo a melhor gestão e uso sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de eficácia dos instrumentos do território existentes, aliado ao facto de não serem desenvolvidos outros IOT de âmbito municipal (PP, PPU, PGU) Existência de um tecido urbano diverso e desigual, com ocupação informal e bastante disperso, existindo áreas com um processo de “alastramento descontrolado” Falta de controlo e monitorização das acções / intervenções propostas nos diversos IOT Falta de aderência entre os DUAT pedidos e o território
Informação de Base	
Síntese	Tarefas desenvolvidas pelo Consultor
<ul style="list-style-type: none"> Face à instabilidade política vivida durante o ano 2019, não foi possível realizar o Levantamento de Campo no município da Gorongosa No entanto o Consultor realizou todos os esforços para recolher e realizar o diagnóstico 	<ul style="list-style-type: none"> Georreferenciação de plantas dos IOT e respectiva vectorização da informação necessária; Redelimitação da proposta de uso actual do solo
Intervenções	
Propostas 5 intervenções de entre as quais 2 são consideradas prioritárias	

Protecção contra Enchente e Sistema de Drenagem

Pontos Fortes

- As características fisiográficas da região promovem uma rápida drenagem natural das águas
- Probabilidade de ocorrência de inundação é relativamente baixo
- Controlo e fiscalização realizado pelos técnicos do município

Pontos Fracos

- Recursos humanos do município partilhados por diversos sectores
- Falta de meios de transporte e equipamentos para operações de manutenção, controle e fiscalização
- Não planeamento de ocupação de terras para a construção de habitação
- Falta de implementação do plano de ocupação de terras
- Construção no interior das faixas de reserva das linhas de água

Informação de Base

Síntese

- Face à instabilidade política vivida durante o ano 2019, não foi possível realizar o Levantamento de Campo no município da Gorongosa
- No entanto o Consultor realizou todos os esforços para recolher e realizar o diagnóstico

Tarefas desenvolvidas pelo Consultor

- Identificação de passagem hidráulicas
- Identificação da rede de drenagem
- Infra-estruturas de protecção contra cheias
- Áreas de inundação

Intervenções

Definidas 10 intervenções, das quais 4 são consideradas prioritárias

Protecção contra Erosão e Concentração de Encostas e Taludes

Pontos Fortes

- Existência de intervenções de combate à erosão
- Alocação de recursos no combate à erosão

Pontos Fracos

- Ocupações espontânea de terrenos contribuem para a dificuldade no combate e controlo da erosão
- Extracção de solos e queimadas
- Lacunas ao nível da avaliação integrada entre a prevenção e a correcção

Informação de Base

Síntese

- Informação escassa
- Dificuldade em obter informação actualizada

Tarefas desenvolvidas pelo Consultor

- Análise e recolha de informação

Intervenções

Definidas 2 intervenções, das quais 1 é considerada prioritária

Resíduos Sólidos

Pontos Fortes

- Existência de um quadro regulamentar

Pontos Fracos

- Ausência de sustentabilidade financeira
- Ausência de taxas associadas ao serviço público prestado no sector
- Falta de registos e controlo/monitoria efectivo das actividades

- Ausência do PGIRSU
- Falta de capacidade técnica e institucional

Informação de Base

Síntese

- Informação disponibilizada é limitada e reduzida
- Ausência do PGIRSU

Tarefas desenvolvidas pelo Consultor

- Identificação de pontos de deposição / lixeira

Intervenções

Definidas 6 intervenções, das quais 5 são consideradas prioritárias

Mercados e Feiras

Pontos Fortes

- Pessoal que trabalha na área, jovem e disposto a fazer mais do que actualmente consegue
- Localização estratégica ao longo da EN1 constitui um factor de maior movimentação de pessoas e mercadorias o que pode permitir maior desempenho em termos de receitas dos mercados e feiras.

Pontos Fracos

- Insuficiência de quadros aliado a falta de enquadramento nas suas carreiras
- O rápido crescimento das demandas ligadas à acelerada procura pelas cidades e vilas que constitui um desafio enorme para a edilidade para prover serviços básicos condignos incluindo mercados e feiras devidamente organizados e funcionais na sua plenitude
- Maior proliferação de mercados e vendedores informais ao longo das principais vias propicia a imundície e insegurança para os seus utentes
- A proliferação de espaços informais não permite melhor organização visando a arrecadação de receitas e torna o ambiente urbano insalubre
- Gorongosa é um município com graves problemas de erosão pluviométrica devido à configuração de seu terreno

Informação de Base

Síntese

- Inexistência de informação específica tal como coordenadas, áreas dos mercados, bancas e vendedores estratificados pelos binómios dentro/fora e fixos/não fixos

Tarefas desenvolvidas pelo Consultor

- Mapeamento dos mercados, feiras e outros mecanismos de comercialização de produtos locais

Intervenções

Definidas 3 intervenções, das quais 1 é considerada prioritária

Recursos Humanos

Pontos Fortes

- Recursos Humanos jovens e motivados
- Existe localmente e na área dos RH particularmente, um nível satisfatório de organização com informação

Pontos Fracos

- Há falta de pessoal técnico qualificado na área dos RH
- Limitação da edilidade em recursos financeiros não permite colocar em

sistematizada numa base de dados electrónica	prática o contracto assinado com o IFAPA
Informação de Base	
Síntese	Tarefas desenvolvidas pelo Consultor
<ul style="list-style-type: none"> Existe localmente informação de RH 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos recursos humanos existentes
Intervenções	
Definida 1 intervenção	

3.3 INTERVENÇÕES

Face ao diagnóstico da situação de referência do município da Gorongosa, cada sector analisado, identificou propostas de intervenções / acções visando a melhoria do sector como um todo (acesso, qualidade, sustentabilidade).

Nesse sentido, foram definidas 27 acções com alcances, sectoriais e territoriais diferentes, bem como graus de prioridade diferentes.

Na Tabela seguinte apresentam-se o número de intervenções por sector analisado e respectivo enquadramento nos eixos estratégicos do Projecto.

Tabela 37: Número de intervenções por sector e enquadramento nos eixos estratégicos do Projecto

	Gorongosa	Assistência Técnica ou Capacitação Institucional	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
IOT	5	2	3
IEN	10		10
IER	2		2
IRS	6	3	3
IMF	3	2	1
IRH	1	1	
Total	27	8	19

Da análise da Tabela, verifica-se que são os sectores da Protecção Contra Enchente e Sistema de Drenagem (EN), Resíduos Sólidos (RS) e o Uso do Solo e Infraestruturas de Ordenamento do Território (OT) aqueles que apresentam um maior número de intervenções. Todavia deve ser mencionado que o Sector EN apresenta uma grande número de intervenções, variando o grande de prioridade de baixo, médio e elevado, o elevado número decorre da tipologia de intervenções que passam pelo revestimento de linhas de água (IEN01 a IEN03), limpezas de trechos de linhas de água (IEN04 a IEN06) e limpeza e desobstrução de canais (IEN07 a IEN09).

Para melhor avaliar o grau de prioridade, na Tabela seguinte apresentam-se as intervenções por sector e por grau de prioridade.

Tabela 38: Número de intervenções por sector de acordo com o Grau de prioridade

	Grau de Prioridade			
	Gorongosa	Baixa	Média	Elevada
IOT	5	1	3	1
IEN	10	3	3	4
IER	2		1	1
IRS	6		1	5
IMF	3	1	1	1
IRH	1			1
Total	27	5	9	13

As intervenções cujo grau de prioridade é elevado – 13 intervenções das 27 propostas – correspondem essencialmente às intervenções do sector EN (IEN07 a IEN09) que decorrem, maioritariamente, da limpeza e desobstrução de passagens hidráulicas. Também com grau elevado elencam-se as intervenções do RS (IRS01, IRS02, IRS03, IRS04 e IRS06).

Por forma a avaliar a incidência territorial das intervenções, na Tabela seguinte apresenta-se o número de intervenções por sector de acordo com a incidência territorial. Note-se que na mesma intervenção podem existir mais do que uma incidência territorial.

Tabela 39: Número de intervenções por sector e de acordo com a incidência territorial (bairro / município)

	IOT	IEN	IER	IRS	IMF	IRH	Total
Aeródromo							
Nhataoa 2							
Madibe							
Matucudur		3					3
Tsuassiona		1					1
Nhambondo		1					1
Mapumbue		4					4
Município da Gorongosa	5	1	2	6	3	1	18
Total de Intervenções	5	10	2	6	3	1	27

O número de intervenções que abrangem a totalidade do município são 18, sendo os sectores OT e RS que propõem um maior número de intervenções de incidência municipal. Ao nível dos bairros, são nos bairros Mapumbue e Matucudur onde recaem um maior número de intervenções do sector EN.

Na Tabela seguinte apresenta-se o número de intervenções por sector de acordo com a incidência territorial com prioridade elevada.

Tabela 40: Número de intervenções por sector e de acordo com a incidência territorial com prioridade elevada (bairro / município)

	IOT	IEN	IER	IRS	IMF	IRH	Total
Aeródromo							
Nhataoa 2							
Madibe							
Matucudur		1					
Tsuassiona							
Nhambondo		1					
Mapumbue		1					
Município da Gorongosa	1	1	1	5	1	1	10
Total de Intervenções	1	4	1	5	1	1	13

Como já mencionado, são 13 as intervenções com grau de prioridade elevada, sendo que 10 abrangem todo o município e as restantes três o bairro Matucudur, o bairro Nhambondo e o bairro Mapumbue,

Em suma, do total das intervenções propostas existem áreas específicas onde as intervenções integradas são mais urgentes e têm um maior benefício para um maior número de população – correspondendo às intervenções com prioridade elevada e que a seguir se identificam:

Uso do Solo e Ordenamento do Território

- **IOT02 Elaborar / implementar / Fiscalizar / Monitorizar os IOT**
- **IOT03 DUAT (Emissão, Fiscalização e Taxas)**

Protecção contra Enchente e Sistema de Drenagem

- **IEN07 a IEN09 | Limpeza e desobstrução de passagens hidráulicas, com base em blocos de betão, rede de nylon ou polietileno e elementos de fixação metálicos com protecção contra corrosão.**
- **IEN10 Estruturas de retenção de resíduos sólidos**

Protecção contra Erosão e Concentração de Encostas e Taludes

- **IER01 Mapeamento de áreas vulneráveis e/ou com evidências de erosão**

Resíduos Sólidos

- **IRS01 Elaboração do PGIRSU**
- **IRS02 Avaliação da conversão de lixeira municipal em aterro controlado**
- **IRS03 Elaboração e implementação de plano de manutenção de equipamentos de RSU, inc. análise de viabilidade à recuperação de equipamentos não operacionais**
- **IRS04 Elaboração e implementação de um plano de competências do sector**

- **IRS06 Construção do aterro controlado, inc. equipamentos (deposição final)**

Mercados e Feiras

- **IMF01 Melhoramento de todos os mercados formais existentes e construção de novos mercados e locais definitivos para a realização de feiras municipais**

Recursos Humanos

- **IRH01 Colocação dos RH em áreas que sejam tecnicamente competentes, de acordo com seu nível de formação e assegurar capacitações contínuas em tempos regulares**

Como já referido, avaliando a incidência territorial das intervenções verifica-se que são 18 intervenções que têm incidência municipal, dessas, apenas 10 são de prioridade elevada. Ao nível do bairro, são os bairros Mapumbue e Matucudur que têm um maior número de intervenções propostas, sendo estes bairros os que apresentam um maior número de intervenções de prioridade elevada.

Em termos de alcance sectorial verifica-se que são os sectores EN e RS os que têm um maior número de propostas de intervenção, sendo o sector RS o que apresenta mais propostas com prioridade elevada.

4 RESULTADOS DO PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO

Face à situação política vivida nos últimos meses de 2019, aliado ao prazo estipulado para a elaboração do DIISB Sofala, não foi possível realizar auscultação pública aos *stakeholders* do município da Gorongosa.

O Consultor tem clara noção que a não auscultação aos interessados compromete a avaliação e validação dos elementos aqui apresentados, em especial, no que se refere às intervenções propostas para o município. Nesse sentido, sugere-se que seja realizado, *à posteriori*, um trabalho de consulta entre o MAEFP, ANAM e o CAVG.

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]

ANEXOS

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]

1 ANEXO 1 – FICHAS DE INTERVENÇÃO

1.1 USO DO SOLO E INFRAESTRUTURAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Acção	1.1.1 IOT01 Avaliar as desconformidades Jurídico-legais
Tipologia	Estudo
Outros Sectores	Todos
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	5

Descrição da acção	Compreender as diferentes desconformidades existentes entre a ocupação actual do solo e os domínios legais do território. Redelimitar os limites administrativos tendo como base a ocupação real do território
--------------------	--

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Assistência Técnica ou Capacitação Institucional
	Resultados da acção	A correcta delimitação dos limites administrativos permitirá ao município a melhoria de gestão e organização do território, evitando problemas.
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	1
	Grau de Prioridade	5
	Estimativa do Custo	A definir
	Entidade Responsável	Administração local (Município da Gorongosa)

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto	
---	--

Ação	1.1.2 IOT02 Elaborar / implementar / Fiscalizar / Monitorizar os IOT
Tipologia	Estudo
Outros Sectores	Todos
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	25

Descrição da ação	Elaborar e implementar os Planos de Pormenor para os restantes bairros do município. Realizar uma avaliação cuidada do IOT em vigor e promover a fiscalização e monitorização dos mesmos.
------------------------------	---

Caracterização da ação	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da ação	A implementação desta intervenção permitirá ao município reduzir os problemas actuais evidenciados no território, melhorando a gestão do sector.
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	5
	Grau de Prioridade	25
	Estimativa do Custo	A definir
	Entidade Responsável	Administração local (Município da Gorongosa)

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Ação	1.1.3 IOT03 DUAT (Emissão, Fiscalização e Taxas)
Tipologia	Governança
Outros Sectores	-
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	15

Descrição da acção	Necessidade de identificar todos os DUAT emitidos e os que faltam emitir, através de fiscalização e posterior cobrança das devidas taxas de autorização e anuais a pagar pelos requerentes e titulares do DUAT
-----------------------	--

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da acção	A identificação efectiva do DUAT (consequente fiscalização e cobrança de taxas) e do cadastro de terras permitirá uma melhor gestão do território e maior sustentabilidade ao sector
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	3
	Grau de Prioridade	15
	Estimativa do Custo	A definir
	Entidade Responsável	Município da Gorongosa / Serviços de Cadastro

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
---	--

Ação	1.1.4 IOT04 Sistema e gestão do Ordenamento do Território e Uso do Solo
Tipologia	Governação
Outros Sectores	Todos
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	4

Descrição da acção	<p>Criar um sistema informático – base de dados – para melhor gestão e controlo do território, no qual devem ser incluídos as emissões de DUAT, os IOT, carta de uso do solo, etc...</p> <p>Nesta acção deve também estar contemplado a capacitação dos técnicos da autarquia.</p>
---------------------------	--

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Assistência Técnica ou Capacitação Institucional
	Resultados da acção	A implementação de um sistema e de uma gestão pode desempenhar um papel muito importante para ajudar a Administração local na resolução dos problemas do próprio município e que os munícipes têm enfrentado.
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	1
	Grau de Prioridade	5
	Estimativa do Custo	A definir
	Entidade Responsável	Administração local (Município da Gorongosa)

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Ação	1.1.5 IOT05 Produzir uma carta do uso do solo detalhada de forma a ser feita uma monitorização e gestão do território
Tipologia	Estudo
Outros Sectores	Todos
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	5

Descrição da acção	Produzir uma carta do uso do solo detalhada, com identificação de todos os usos, de forma a ser feita uma monitorização e gestão do território.
---------------------------	---

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da acção	A cartografia de uso e ocupação do solo apresenta-se como um elemento fundamental para o ordenamento do território ao permitir a representação da realidade do terreno, das actividades e da distribuição espacial dos fenómenos. O uso do solo apoia a tomada de decisão, quer ao nível do desenvolvimento de instrumentos de ordenamento e planeamento do território, quer na definição de políticas de gestão dos recursos.
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	1
	Grau de Prioridade	5
	Estimativa do Custo	A definir
	Entidade Responsável	Administração local (Município da Gorongosa)

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

1.2 PROTECÇÃO CONTRA ENCHENTE E SISTEMA DE DRENAGEM

Ação	1.2.1 IEN01 a INE03 Revestimento da linha de água
Tipologia	Construção
Outros Sectores	Protecção contra Erosão e Contenção de Encostas e Taludes
Município	Gorongosa
Bairro	Vários
Grau de Prioridade	3

Descrição da ação	Vala trapezoidal em colchão reno (pedra envolvida em malha metálica com protecção contra corrosão) num comprimento total de 5,5 km. Largura de fundo variável em função da linha de água e taludes inclinados a 45°.
------------------------------	--

Caracterização da ação	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da acção	Com esta intervenção o Município passará a contar com infraestrutura de drenagem necessária para garantir um escoamento mais eficiente neste bairro e uma linha de água com aspecto melhorado
	Prioridade da intervenção	1
	Prioridade do Município e população local	3
	Grau de Prioridade	3
	Estimativa do Custo	664,800 USD
	Entidade Responsável	Município de Gorongosa

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto	
--	--

Ação	1.2.2 IEN04 a INE06 Limpeza de alguns trechos de linhas de água
Tipologia	Construção
Outros Sectores	Resíduos Sólidos
Município	Gorongosa
Bairro	Vários
Grau de Prioridade	12

Descrição da acção	Limpeza de alguns trechos de linhas de água para remoção de lixo e desassoreamento num comprimento total de 3950m. O trabalho de limpeza não deve remover raízes das plantas para evitar perda de solos por erosão.
---------------------------	---

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da acção	Com esta intervenção as linhas de água passarão a funcionar de forma mais eficiente contribuindo para a redução do risco de inundação nos bairros identificados.
	Prioridade da intervenção	3
	Prioridade do Município e população local	4
	Grau de Prioridade	12
	Estimativa do Custo	47,400 USD
	Entidade Responsável	Município de Gorongosa

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Acção	1.2.3 IEN07 a INE09 Limpeza e desobstrução de passagens hidráulicas
Tipologia	Construção
Outros Sectores	Sistema Viário, Acessibilidade e Mobilidade
Município	Gorongosa
Bairro	Vários
Grau de Prioridade	16

Descrição da acção	Limpeza de vegetação e desassoreamento em passagens hidráulicas em pontos específicos na linha de água.
---------------------------	---

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da acção	Limpeza de vegetação e desassoreamento em 08 passagens hidráulicas
	Prioridade da intervenção	4
	Prioridade do Município e população local	4
	Grau de Prioridade	16
	Estimativa do Custo	2,000 USD
	Entidade Responsável	Município de Gorongosa

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Acção	1.2.4 IEN10 Estruturas de retenção de resíduos sólidos
Tipologia	Construção
Outros Sectores	Resíduos Sólidos
Município	Gorongosa
Bairro	Vários
Grau de Prioridade	20

Descrição da acção	Construção de 09 estruturas para retenção de resíduos sólidos em canais, com base em blocos de betão, rede de nylon ou polietileno e elementos de fixação metálicos com protecção contra corrosão. Conforme as figuras abaixo.
---------------------------	--

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da acção	Redução da poluição de rios e oceanos
	Prioridade da intervenção	4
	Prioridade do Município e população local	5
	Grau de Prioridade	20
	Estimativa do Custo	27,000 USD
	Entidade Responsável	Município de Gorongosa



1.3 PROTECÇÃO CONTRA EROSÃO E CONCENTRAÇÃO DE ENCOSTAS E TALUDES

Ação	1.3.1 IER01 Mapeamento de áreas vulneráveis e/ou com evidências de erosão
Tipologia	Estudo
Outros Sectores	Uso do Solo e Ordenamento do Território
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	25

Descrição da acção	A avaliação da ocupação e uso do solo juntamente com o cruzamento de diversas características urbanas (e.g. declives, linhas de água, redes de drenagem), irá permitir a determinação de áreas vulneráveis e/ou evidências de erosão. Desta forma espera-se a definição de um ponto de partida – ou simplesmente um marco sobre a situação actual – de forma a permitir uma monitoria futura assim como uma actuação com base em princípios de maior eficiência, não só em intervenções de emergência, mas também em termos de prevenção.
---------------------------	---

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da acção	Aferição sobre a situação de partida em relação e a necessária monitoria e avaliação do progresso dos objectivos/metast
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	5
	Grau de Prioridade	25
	Estimativa do Custo	5 000USD
	Entidade Responsável	CAVG

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Ação	1.3.2 IER02 Mobilização de solos incluindo e vegetação de áreas mais degradadas
Tipologia	Construção
Outros Sectores	
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	12

Descrição da ação	<p>Como medida de cariz emergencial em áreas mais problemáticas em termos de erosão. Dependendo duma análise prévia, propõe-se nesta intervenção o reforço/mobilização de solos, com re-vegetação, de modo a travar o avanço da erosão nos bairros previamente identificados.</p>
----------------------	---

Caracterização da ação	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da ação	Necessidade de recuperação de áreas degradadas com impacto na qualidade de vida da população
	Prioridade da intervenção	4
	Prioridade do Município e população local	3
	Grau de Prioridade	12
	Estimativa do Custo	16 000 USD
	Entidade Responsável	CAVG

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
---	--

1.4 RESÍDUOS SÓLIDOS

Ação	1.4.1 IRS01 Elaboração do PGIRSU
Tipologia	Governança
Outros Sectores	
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	25

Descrição da ação	Além da obrigação estipulada no Decreto 94/2014 de 31 de Dezembro, o PGIRSU é um documento norteador essencial ao bom desempenho do sector. Uma vez que o município não dispõe de um PGIRSU será necessário garantir o desenvolvimento de um processo participativo que espelhe as necessidades e as características locais, no sentido da definição de soluções adaptadas, sendo que o resultado final possa ser aprovado na Assembleia Municipal.
------------------------------	---

Caracterização da ação	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Assistência Técnica ou Capacitação Institucional
	Resultados da ação	Elemento central aos investimentos a realizar no sector cuja implementação permite um acompanhamento efectivo, reforço de capacidades institucionais e mudanças de atitude
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	5
	Grau de Prioridade	25
	Estimativa do Custo	16 000 USD
	Entidade Responsável	CAVG

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Ação	1.4.2 IRS02 Avaliação da conversão de lixeira municipal em aterro controlado
Tipologia	Estudo
Outros Sectores	
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	25

Descrição da ação	A falta da deposição controlada é um elemento central que necessita de ser devidamente analisado em vários aspectos definidos na legislação, nomeadamente o Diploma Ministerial nº 31/2018 que aprova a Directiva para a Construção, Operação e Encerramento de Aterros Controlados, assim como a própria Directiva Técnica para a Implantação e Operação de Aterros Sanitários em Moçambique. Esta análise deve incluir análises de solos e permeabilidade, seguindo-se da elaboração de um ante-projecto e projecto executivo para efeito de uma intervenção no local – assumindo-se a viabilidade necessária – com afectação de equipamento necessário à exploração.
--------------------------	---

Caracterização da ação	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da ação	Intervenção essencial à melhoria da gestão de resíduos e ao alinhamento com a regulamentação nacional
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	5
	Grau de Prioridade	25
	Estimativa do Custo	56 000USD
	Entidade Responsável	CAVG

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Ação	1.4.3 IRS03 Elaboração e implementação de plano de manutenção de equipamentos de RSU, inc. análise de viabilidade à recuperação de equipamentos não operacionais
Tipologia	Estudo/Governança
Outros Sectores	
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	25

Descrição da acção	Os equipamentos do sector são um elemento central à prestação de serviço e precisam de ser mantidos de forma a que o período de vida útil seja assegurado de forma a permitir uma expansão sustentável do serviço de gestão de resíduos. As dificuldades financeiras não justificam que a manutenção básica preventiva não seja realizada, sendo que a inexistência de um plano de manutenção adequado é uma condição essencial nesse contexto.
---------------------------	---

Caracterização da acção	Intervenção face aos objectivos do projecto	Assistência Técnica ou Capacitação Institucional
	Resultados da acção	Intervenção associada à capacidade de prestação do serviço e à necessária melhoria de desempenho de modo a expandir/melhorar os serviços básicos à população
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	5
	Grau de Prioridade	25
	Estimativa do Custo	16 000USD (assistência técnica)
	Entidade Responsável	CAVG

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Ação	1.4.4 IRS04 Elaboração e implementação de um plano de competências do sector
Tipologia	Estudo/Governança
Outros Sectores	
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	25

Descrição da ação	As competências do sector necessitam de ser reforçadas de modo que o corpo técnico possa ser capaz de atender à crescente necessidade dos serviços – algo a ser reflectido/introduzido no PGIRSU. Para o efeito, será necessário definir um plano de competências tendo em vista a revisão da distribuição de funções de cada elemento da estrutura organizativa do sector nas várias áreas (e.g. recolha, deposição final controlada, monitoria e avaliação) de um modo equilibrado. Espera-se que a sua implementação permita a melhoria e avaliação do desempenho dos cargos técnicos para executar as operações.
--------------------------	--

Caracterização da ação	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Assistência Técnica ou Capacitação Institucional
	Resultados da ação	Intervenção associada à capacidade de prestação do serviço e à necessária melhoria de desempenho de modo a expandir/melhorar os serviços básicos à população
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	5
	Grau de Prioridade	25
	Estimativa do Custo	12 000 USD (assistência técnica na elaboração do plano e formação em várias áreas)
	Entidade Responsável	CAVG

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Ação	1.4.5 IRS05 Reforço de equipamentos (recolha)
Tipologia	Equipamentos
Outros Sectores	
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	12

Descrição da ação	Função da discussão no âmbito da elaboração do PGIRSU espera-se um reforço dos equipamentos (tambores, tractor e atrelado) de forma a assegurar a expansão do serviço de recolha. No entanto, e considerando as diferentes limitações organizacionais, a aquisição de equipamentos deve ser antecedida do reforço das capacidades e procedimentos associados à manutenção e operação de equipamentos.
------------------------------	---

Caracterização da ação	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da ação	Intervenção associada à capacidade de prestação do serviço de modo a expandir/melhorar os serviços básicos à população
	Prioridade da intervenção	4
	Prioridade do Município e população local	3
	Grau de Prioridade	12
	Estimativa do Custo	74 000 USD (tractor e atrelado e 30 tambores)
	Entidade Responsável	CAVG

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

Ação	1.4.6 IRS06 Construção do aterro controlado, inc. equipamentos (deposição final)
Tipologia	Construção/Equipamentos
Outros Sectores	
Município	Gorongosa
Bairro	
Grau de Prioridade	20

Descrição da acção	<p>Com base na avaliação da conversão de lixeira municipal em aterro controlado (intervenção nº 2) será conhecido o método de deposição que melhor se adequa às condições locais, incluindo a intervenção e equipamentos necessários às operações de deposição final controlada.</p> <p>O modelo de gestão poderá ser alvo de reflexão no sentido da contratualização do serviço.</p> <p>O investimento deve estar associado à intervenção do município na actualização das taxas de forma a assegurar a manutenção/operação do serviço de deposição controlada de resíduos, inexistente até à data.</p> <p>Dada a reduzida quantidade de resíduos a utilização de equipamento pode ser equacionada, de forma que a operação possa ser manual – uma vez que o equipamento pode não ser viável para a operação e porque existirá o risco de ser alocado noutras actividades.</p>
--------------------	---

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da acção	Intervenção associada à capacidade de prestação do serviço básicos à população
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	4
	Grau de Prioridade	20
	Estimativa do Custo	560 000 USD (Construção, incluindo selagem e Equipamento – tractor com pá frontal e atrelado e outros equipamentos)
	Entidade Responsável	

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
---	--

1.5 MERCADOS E FEIRAS

Acção	1.5.1 IMF01 Melhoramento de todos os mercados formais existentes e construção de novos mercados e locais definitivos para a realização de feiras municipais
Tipologia	Financiamento
Outros Sectores	Sectores das Finanças, Construção e Parceiros
Município	Gorongosa
Bairro	Todos com mercados formais
Grau de Prioridade	25

Descrição da acção	Melhorar os acessos internos, sistemas de drenagem das águas pluviais dentro dos mercados, água, energia e se possível ordenar as bancas por produtos vendidos.
---------------------------	---

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Mobilização de Investimentos em infraestruturas básicas
	Resultados da acção	Ter os mercados e locais de feiras devidamente organizados permite melhor controle dos seus utentes que culmina com boa cobrança de taxas e/ou impostos devidos, elevando assim as receitas que por sua vez podem viabilizar mais intervenções na governação municipal.
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	5 (A autarquia também tem esta acção como prioritária pois em muitos dos mercados não há condições criadas para os vendedores exercerem suas actividades de forma condigna.)
	Grau de Prioridade	25
	Estimativa do Custo	498.000,00 MZN Este valor consta do plano municipal e inclui a reabilitação do Mercado Feira destruído após a passagem do ciclone IDAI.
	Entidade Responsável	Município de Gorongosa

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto	
--	--

Acção	1.5.2 IMF02 Assistência Técnica ou Capacitação Institucional
Tipologia	Estudo
Outros Sectores	Finanças e Desenvolvimento Local
Município	Gorongosa
Bairro	Todos com mercados formais
Grau de Prioridade	15

Descrição da acção	Procurar entender quanto a autarquia perde por ano/mês devido a proliferação de mercados e vendedores informais e não fixos, pelo abandono das bancas fixas dentro dos mercados dando lugar à fuga as taxas e/ou impostos devidos.
---------------------------	--

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Assistência Técnica ou Capacitação Institucional
	Resultados da acção	Vai facilitar a planificação, colecta e cobrança de taxas e/ou impostos diminuindo desta forma a dependência da autarquia por financiamentos externos.
	Prioridade da intervenção	5
	Prioridade do Município e população local	3 (A autarquia está a par deste fenómeno mas não tem a dimensão de perdas infligidas à colecta de receitas.)
	Grau de Prioridade	15
	Estimativa do Custo	350.000,00 MZN
	Entidade Responsável	Município da Gorongosa

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto	
--	--

Ação	1.5.3 IMF03 Capacitação contínua dos funcionários municipais responsáveis pela planificação, colecta e cobrança de receitas locais
Tipologia	Capacitação
Outros Sectores	RH e parceiros da área de formação
Município	Gorongosa
Bairro	n/a
Grau de Prioridade	4

Descrição da acção	De modo geral notam-se algumas fragilidades em termos de RH para exercer funções com zelo e competência. Assim, sendo a área dos mercados uma das principais fontes de colecta de receitas deve munir-se de pessoal qualificado, competente e motivado.
---------------------------	---

Caracterização da acção	Intervenção face aos eixos de intervenção do Projecto	Assistência Técnica ou Capacitação Institucional
	Resultados da acção	Melhor resposta humana à actuação municipal nas actividades económicas com enfoque para os mercados e feiras.
	Prioridade da intervenção	2
	Prioridade do Município e população local	2 (Pode ser uma necessidade não-sentida mas com forte influência na melhoria das condições de colecta de receitas)
	Grau de Prioridade	4
	Estimativa do Custo	300.000,00MZN
	Entidade Responsável	Município de Gorongosa

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto	
--	--

1.6 RECURSOS HUMANOS

Acção	1.6.1 IRH01 Colocação dos RH em áreas que sejam tecnicamente competentes, de acordo com seu nível de formação e assegurar capacitações contínuas em tempos regulares.
Tipologia	Governação
Outros Sectores	Todas as vereações municipais
Município	Gorongosa
Bairro	n/a
Grau de Prioridade	16

Descrição da acção	Reorientação dos funcionários municipais tendo em conta as suas qualificações e passar a fazer novas admissões em função das reais necessidades em áreas específicas incluindo o sector de RH. Este deve ser o primeiro para que tenha capacidade de melhor assessorar os vários sectores da autarquia em matéria de qualificações, competência e acções motivacionais necessárias.
---------------------------	---

Caracterização da acção	Intervenção face aos objectivos do projecto	Assistência Técnica ou Capacitação Institucional
	Resultados da acção	Vai melhorar a prestação dos serviços municipais a todos os níveis com particular atenção nos recursos humanos afectos à gestão do pessoal.
	Prioridade da intervenção	4
	Prioridade do Município e população local	4 Há consciência desta situação mas a sua materialização fica refém das burocracias próprias da função pública e do cabimento orçamental.
	Grau de Prioridade	16
	Estimativa do Custo	5.651.500 MZN. Este é o valor estimado pela edilidade para fazer face aos custos com RH que inclui despesas correntes e de investimento no período de 2019-2023.
	Entidade Responsável	Município da Gorongosa

Figura/ esquema com a implantação da intervenção / Projecto (se aplicável):	
--	--

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]